

# RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

ANO X — N° 100 — MARÇO/79 — Cr\$ 35,00

**IBDF frustra  
empresas de  
reflorestamento  
do RN**

**Criação de  
eqüinos no RN  
já é um negócio  
viável**

**As reivindicações  
que os empresários  
gostariam de fazer  
ao novo Governador**

**LAVOISIER  
ASSUME O PODER  
“APARENTEMENTE  
TRANQUÍLO”**

**LIDERANÇAS  
SINDICAIS  
COMEÇAM A  
ACREDITAR NA ABERTURA**



a marca que oferece mais a você.



**Venha conhecer os novos modelos  
da linha FORD, com as inovações  
que lhe asseguram cada vez mais  
conforto e economia.**

REVENDEDORES AUTORIZADOS EM NATAL:

**GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.**

MATRIZ: Av. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-4586, 231-3097 e 231-4272.  
FILIAL: Rua Presidente Bandeira, 656 — Fones: 231-4586.

# RN/ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

## Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá  
Marcelo Fernandes de Oliveira

## Gerente-Administrativo

Maurício Fernandes

## Redatores

Luciano Herbert  
José Ari  
Aderson França  
Paulo de Sousa Lima

## Correspondente em Mossoró

Emery Costa

## Fotografias

João Garcia de Lucena

## Diagramação

Fernando Fernandes

## Fotocomposição e Montagem

Antônio José D. Barbalho  
Fortunato Gonçalves  
Francisco das C. Martins

## Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Domingos Gomes de Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Joanielson de Paula Rego, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 30,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 280,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 40,00.

## CHEGAMOS AO NÚMERO 100

RN/ECONÔMICO chega ao seu número 100. Apesar disto, estamos conscientes de que até agora demos apenas os primeiros passos na atividade editorial e jornalística. A comunicação social é um ramo dinâmico e apaixonante, ao qual estamos vinculados muito mais pela vocação do que pelas recompensas que ele possa oferecer. Sentimo-nos satisfeitos ao observar o nosso trabalho sendo aceito e reconhecido não só no Rio Grande do Norte, mas em muitos pontos do país de onde chegam em número sempre maior os pedidos de assinaturas da revista. Com esta edição registramos, com orgulho, que estamos circulando pela centésima vez sem que nunca tenha havido um desmentido ou uma correção a fazer nas notícias, reportagens e artigos que temos publicado. À confiança que os empresários do Estado depositam em RN/ECONÔMICO, nós temos respondido com maior empenho para que a revista continue sendo um porta-voz autêntico e comprometido apenas com a verdade.

Marcos Aurélio de Sá  
Marcelo Fernandes de Oliveira  
Editores

## REPORTAGENS

Lavoisier assume o poder "aparentemente tranqüilo"	13
Lideranças sindicais do RN começam a acreditar na abertura	21
Construção civil em momento difícil espera contar com o apoio do Governo	26
IBDF frustra nossas empresas de reflorestamento	34
Natal ganha edifício destinado a profissionais da área da saúde	44
Criação de equinos no RN já é um negócio viável	48
Motel Tahiti: um empreendimento vitorioso	56
Guararapes implanta novas fábricas em Natal e Fortaleza	60
Primeira exposição pecuária do ano apresenta bons resultados	62
Redução de prazos nos financiamentos não alterou o ritmo das vendas	77



## SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Página do Editor	8
Direito Econômico	82

## ARTIGOS

Aluisio Machado Cunha Recrutamento e seleção de pessoal: uma abordagem simplificada	65
Pedro Simões Neto Anotações para uma nova ética (1)	70

# HOMENS & EMPRESAS

## EMPECA SE ASSOCIA À NATIONAL FISHER

A **EMPECA**, principal indústria pesqueira do Rio Grande do Norte com ramificações em outros Estados da região Norte/Nordeste, acaba de assinar documentos para a formação de uma sociedade do tipo "joint venture" com a **National Fisher**, empresa estatal da República de Trinidad Tobago. Para formalizar o contrato, os dirigentes da **EMPECA** foram recebidos pela Embaixada deste país, em Brasília.

## GRUPO MEDEIROS CONTINUA EM EXPANSÃO

O grupo **Medeiros (Confecções Soffe-dem e Medeiros & Cia)** continua expandindo os seus negócios no Rio Grande do Norte. Depois de haver implantado na cidade de Jardim do Seridó uma unidade da sua indústria de confecções (que já está produzindo 40 mil peças por mês), o grupo coloca em funcionamento ali uma indústria beneficiadora de castanha de caju, proporcionando mais 350 empregos diretos. Capacitada a beneficiar 3 mil toneladas/ano de castanha, a empresa absorverá a produção das serras de Santana, Cuité e Santa Luzia, como também consumirá a castanha produzida na Fazenda Tabajara, de propriedade da família, onde existem 650 mil cajueiros frutificando. Todo o investimento foi feito com recursos próprios.

## ALPARGATAS RECEBE MÁQUINAS DA ALEMANHA

Já se encontram em fase de montagem as 220 máquinas recentemente recebidas pela **Alpargatas Confecções do Nordeste S/A**, procedentes da República Federal da Alemanha, e que custaram à empresa a soma de Cr\$ 19 milhões. Estas máquinas, somadas ao equipamento de procedência nacional que custou outros Cr\$ 18 milhões, completam as necessidades da **Alpargatas**, em termos de expansão da sua produção em 50 por cento, conforme o projeto apresentado à **SUDENE**. Assim, logo a empresa terá condições de proporcionar mais 500 empregos diretos e de elevar de 12 para 18 mil a sua produção diária de camisas. Por outro lado, **Paulo Costa Júnior**, diretor da **Alpargatas**, informa que duas medidas tomadas pela empresa se constituíram em absoluto sucesso: a instalação de uma agência do **BRADESCO** dentro da própria fábrica e a abertura de um armazém reembolsável para atender aos empregados. No caso do armazém, ele está fazendo uma média de 50 atendimentos/dia, faturando em torno de Cr\$ 300 mil por mês. As vendas são feitas praticamente a preços de custo, como uma forma de apoio aos operários.



Vicente de Paulo Avelino

## ODONTO-MÉDICA DUPLICA CAPITAL E AMPLIA SUAS INSTALAÇÕES

A **Odonto-Médica Industrial e Farmacêutica S/A** acaba de elevar o seu capital social de Cr\$ 2,7 milhões para Cr\$ 5.640.000,00, mediante a incorporação de 70 por cento das reservas levantadas no último balanço e subscrição de Cr\$ 1 milhão de ações novas. **Vicente de Paulo Avelino**, diretor-presidente da empresa que lidera no Rio Grande do Norte o comércio de produtos odonto-médicos e de drogas, informa que as suas instalações físicas estão sendo ampliadas em mais 380 metros quadrados. A construção dessa nova área já está em fase final, situando-se na rua Princesa Isabel, em pleno centro comercial natalense.

## 10 MILHÕES JÁ INVESTIDOS NA INDÚSTRIA DE PELES S/A

O grupo empresarial composto por **José Dias de Souza Martins**, **Francisco Souto Filho** e **Luiz Amorim** já realizou investimentos da ordem de Cr\$ 10 milhões na implantação do projeto da **INPELE — Indústria de Peles S/A**, cujas instalações no município de São Gonçalo do Amarante estão bastante adiantadas. Está sendo esperada para os próximos dias a primeira fiscalização da **SUDENE** ao projeto. Por outro lado, **José Dias** informa que as máquinas que a indústria vai necessitar já foram, em grande parte, encomendadas ao mercado nacional e serão financiadas através do **FINAME**. A **INPELE** deverá entrar em funcionamento experimental no primeiro semestre do próximo ano, produzindo camurças, napas e outros tipos de couros trabalhados. Gerará 180 empregos diretos quando estiver implantada.

## A SERTANEJA: 14 MILHÕES DE ICM

Em 1978 as lojas do grupo **A Sertaneja** recolheram de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias a expressiva soma de Cr\$ 14 milhões, mantendo-se pelo quarto ano consecutivo com a empresa do setor de eletro-domésticos que mais paga ICM no Rio Grande do Norte. A informação constou do discurso com que **Radir Pereira** deu por inaugurada mais uma filial da sua organização.

## LOJISTAS NO NORDESTE SE REÚNEM EM NATAL

Na primeira semana de julho, Natal será sede do 3º **Encontro Nordestino do Comércio Lojista**, conclave promovido pela **Federação dos Clubes de Diretores Lojistas do Rio Grande do Norte**, tendo como anfitrião o CDL de Natal. Contando com total apoio da **Confederação Nacional do Comércio**, o encontro reunirá cerca de 150 empresários da região.

## ECOCIL LANÇA SEU EDIFÍCIO COMERCIAL

A **Empresa de Construções Civis Ltda. — ECOCIL** — está ultimando as providências para o lançamento do primeiro edifício comercial de Natal dotado de garagens. Ocupando uma área de 1.300 metros quadrados na confluência das ruas João Pessoa, José de Alencar e General Osório, no centro comercial da Cidade, o edifício possuirá 10 andares, sendo os cinco primeiros destinados a 130 garagens, enquanto nos demais haverá 100 salas para escritórios e gabinetes de profissionais liberais. Informa o engenheiro **Fernando Bezerra**, diretor-presidente da **ECOCIL**, que o lançamento ocorrerá dentro dos próximos 30 dias. No andar térreo do prédio haverá ainda 8 módulos para lojas.

## MARCOSA ENTREGA 4 MÁQUINAS CATERPILLAR

**Moacir Alves**, gerente de vendas da **Marcosa S/A** no Rio Grande do Norte, comunica a entrega de mais quatro tratores **Caterpillar D4**. Os adquirentes foram a **Prefeitura Municipal de Mossoró**, o agropecuarista **Fernando Burlamarqui**, o industrial **Alonso Bezerra** e o minerador **Miguel Honorato Alves**, proprietário de uma mina de águas-marinhas no município de Tenente Ananias. **Moacir** também informa que até o mês de maio próximo a **Marcosa** transferirá as suas instalações do bairro da Ribeira para a avenida Antônio Basílio, no bairro Boa Sorte. Além da mudança de endereço, a empresa passará por uma fase de reestruturação administrativa, com objetivo de incrementar seus negócios no Estado.

# HOMENS & EMPRESAS

## SORIEDEM CONFIA NA MODA JOVEM

**Garibaldi Medeiros**, diretor-presidente da **Soriedem S/A Confeções**, confia na estabilidade do mercado de confeções do País e continua com as suas atenções voltadas para o setor da moda jovem, ao qual hoje a **Soriedem** destina mais de 70 por cento da sua produção. No ano de 1978, graças à montagem de um bom esquema de comercialização no Sul do País, a **Soriedem** para atender ao volume de pedidos dos seus clientes foi forçada a partir para a política de contratar outras indústrias de confeções para produzir calças e camisas com suas etiquetas. Em Natal, as **Confeções Sparta**, **Reis Magos** e **Erbus**, e em Recife a **Valisere** passaram quase o ano inteiro produzindo exclusivamente para a **Soriedem**.

## BANDERN E RIONORTE: UNIÃO À VISTA

A nova direção do **Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A** vê com grande interesse o problema da absorção do controle acionário da **RIONORTE — Crédito, Financiamento e Investimento**, que hoje está com o **BDRN**. Nesse sentido, **Ernani Melo**, presidente do **BANDERN**, e **Nelson Hermógenes Freire**, presidente da **RIONORTE**, já mantiveram alguns contatos em torno do assunto, acreditando-se que no mais tardar até o segundo semestre a mudança poderá acontecer. Em princípio, admite-se até que a **RIONORTE** venha a ficar com um ou dois andares do edifício-sede do **BANDERN**, a ser construído na rua João Pessoa, esquina com a Felipe Camarão.

## DENTÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA.

O odontólogo **Sebastião Fernandes** e o comerciante **Eider Leite** acabam de inaugurar a **DENTERN — Dentária do Rio Grande do Norte Ltda.**, empresa sucessora de **F. Fernandes Costa — Casa Clidenor Lago**, com uma tradição de 52 anos no mercado de produtos odontológicos neste Estado. Inaugurada no dia 31 de março, a **DENTERN** prestou homenagem ao antigo proprietário **Francisco Fernandes**, apondo uma placa com o seu nome no salão de exposições da loja. O orador da solenidade inaugural foi o professor da Faculdade de Odontologia, **Giuseppe Leite**. A **DENTERN** permanece com o endereço da avenida Rio Branco, 715.

## DIVEMO COM NOVO DIRETOR COMERCIAL

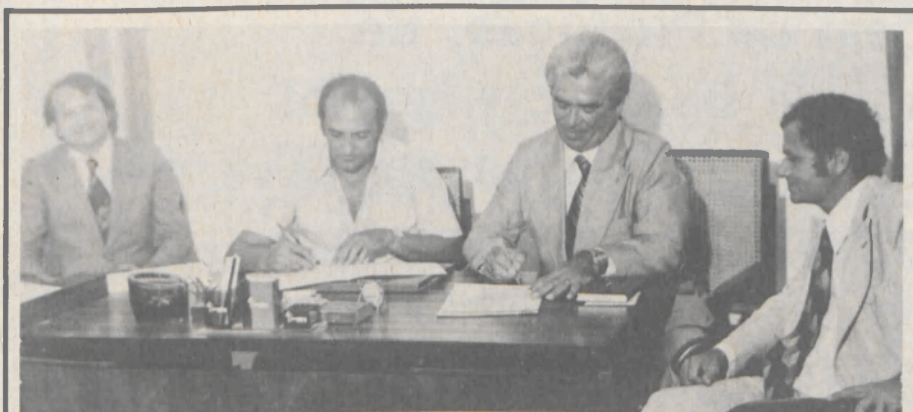
**Gustavo Colasso**, diretor-presidente, e **Antônio José Homem de Melo**, diretor-financeiro/administrativo da **Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores — DIVEMO S/A**, convidaram o empresário paulista **José Carlos Benassi** para vir ocupar a direção-comercial da revenda **Mercedes-Benz** em Natal, convite que já foi aceito. **Benassi** atuava em São Paulo como elemento de ligação entre a fábrica **Mercedes-Benz** e os revendedores nos Estados, de modo que já conhece com profundidade o ramo de veículos pesados.

## LOJA ESPECIALIZADA EM MÓVEIS INFANTIS

Natal já possui a sua primeira loja especializada exclusivamente em móveis infanto-juvenis. Trata-se da **Babylândia**, instalada na avenida Deodoro, 444. Dirigida por **José Júnior da Fonseca**, a empresa revende no Estado todos os móveis da linha **Babylândia** de São Paulo, conhecidos em todo o País.

## GETÚLIO QUER ABREVIAR APROVAÇÃO DE PROJETOS

Para manter contatos com a Chefia da Divisão Industrial da **SUDENE**, o secretário da Indústria e Comércio, **Getúlio Nóbrega** irá a Recife nos primeiros dias de abril. Na sua agenda, o assunto principal é a demora com que alguns projetos do Rio Grande do Norte estão sendo analisados. Ele tentará incluir nas próximas pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, pelo menos, os seguintes projetos: **Salina Amarra Negra**, **Porcelana Beatriz**, **Confeções Soriedem** (ampliação), **Tropical de Pisos** e **Arnaud Irmãos** (agropecuária).



## PREFEITURA DE MOSSORÓ ADQUIRE PERFURATRIZ

O prefeito **João Newton da Escóssia**, de Mossoró, adquiriu à **COBRAZ** uma máquina perfuratriz a ser utilizada no programa de perfuração de poços tubulares na chapada do rio Mossoró. A máquina, fabricada pela **Prominas Brasil S/A**, deverá ser entregue até o próximo dia 20 de abril, e custou Cr\$ 1,5 milhão, sendo comprada com recursos próprios da Prefeitura e apoio do **INCRA**. Na foto, o flagrante da assinatura do contrato de compra e venda, vendo-se no centro, à esquerda, o prefeito mossoroense, e à direita o empresário **Sinval Coelho**, diretor da **COBRAZ**. Ao lado dos dois, os deputados **Carlos Augusto Rosado** (à esquerda) e **Mário Marinho**, que testemunharam o ato.



## GOVERNO FEDERAL ADERE AO FIAT

A **Navona Veículos S/A** fez este mês a entrega dos 3 primeiros automóveis **Fiat** vendidos a um órgão do Governo Federal no Rio Grande do Norte. Na foto acima, **Roberto Moura**, diretor da **Navona**, entrega ao diretor-administrativo da **Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura** as chaves dos veículos.

**Cem edições.  
Centenas de milhares de  
exemplares de uma revista  
divulgando pelo Brasil afora  
uma imagem positiva  
do Rio Grande do Norte.  
Imagem de Produção, de  
Trabalho, de Desenvolvimento!  
Não poderíamos deixar passar esse  
evento sem uma palavra de  
apoio aos que fazem de  
RN/ECONÔMICO o mensageiro  
da nossa luta e da nossa  
confiança no futuro.**

**SORIEDEM S. A.  
CONFECÇÕES**

# REALIZE-SE!

## O CARRO DOS SEUS SONHOS ESTÁ EM DUAUTO VEÍCULOS!

Carros novos  
de todas as marcas  
com garantia de fábrica.

Seu carro velho é pago à vista. Agora em promoção especial, a entrada você só paga em JANEIRO. À vista ou financiado, seu carro já sai emplacado.

TODAS AS MARCAS



**FIAT**



**Mercedes-Benz**



Um passo à frente



Foi feito para você



**duauto veículos ltda.**

O salão nobre do automóvel.  
Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

# AS REIVINDICAÇÕES QUE OS EMPRESÁRIOS GOSTARIAM DE FAZER AO GOVERNADOR

O relacionamento constante e obrigatório que a editoria de RN/ECONÔMICO mantém com os homens da área empresarial do Rio Grande do Norte nos permite detectar quais são realmente as reivindicações básicas que eles têm a fazer ao Governo que se inicia. Mas antes de nos referirmos a elas, é bom deixar claro que tais reivindicações são formuladas para o bem da própria comunidade potiguar, pois a segurança e o progresso do Estado dependem do bom desempenho, da multiplicação e do fortalecimento das suas empresas urbanas e rurais. Sem empresas saudáveis, rentáveis e sólidas nunca a economia terá estabilidade, nunca a administração pública es. adual terá a arrecadação que necessita e nunca se vencerá o crônico subdesenvolvimento que escraviza nossa terra. Portanto, atender apelos dos empresários, da classe que mais gera riquezas, empregos, impostos, será no mínimo um dever, uma prova de inteligência e de capacidade administrativa do governante.

Se, no passado, muitos dos nossos administradores não tiveram visão suficiente para dialogar, atender e incentivar as classes produtoras, nem por isso estará o atual chefe do Governo obrigado a seguir-lhes o mau exemplo. Frustrar a implantação de novos negócios, seja no comércio, na indústria, na agricultura ou no setor de serviços; obstacular com atitudes medíocres e mesquinhas a expansão de empreendimentos; ter como norma a desconfiança e a prevenção contra os que venham a recorrer aos instrumentos oficiais de apoio, será um comportamento que refletirá ainda mais atraso para o nosso povo. Só poderemos supor um Rio Grande do Norte rico, um Governo fortalecido e respeitado, uma comunidade organizada, livre e talvez feliz se viermos a ter um empresariado dinâmico, se instalarmos mais fábricas, mais lojas, mais fazendas que representa-

rão mais empregos e mais renda. E se tudo estiver sob o comando do homem e a serviço do homem, e não do Estado. O Estado deve proteger, assistir, regular, nunca usurpar funções que não lhe competem, pois está provado que o intervencionismo quase sempre termina em fracasso.

Vejamos, porém, o que o empresariado quer do Governo Lavoisier Maia:

**1** direito de preferência nas concorrências públicas, de modo a que empresas de fora só sejam contratadas quando ofereçam reais vantagens. Sendo importante atentar para o fato de que não é sempre que o menor preço significa uma vantagem real para o Estado;

**2** isenção do ICM para toda a produção de horti-granjeiros, medida que resultaria em estímulo ao produtor agrícola do Rio Grande do Norte, ao que parece o único do País que sofre o peso dessa carga tributária;

**3** que o Governo lute por todos os meios para que a nossa florescente indústria de confecções não venha a se estagnar pela falta de incentivos fiscais, logo agora quando está verdadeiramente comprovada a vocação do Rio Grande do Norte para a indústria têxtil;

**4** que o Estado conceda às empresas o máximo de incentivos fiscais ao seu alcance, consciente de que as que forem beneficiadas poderão crescer mais rapidamente e se transformarão nos





grandes contribuintes do futuro, além de estarem desde logo aumentando a circulação de riquezas e criando empregos;

**5** que o Governo não adote medidas na área econômica sem ouvir a palavra das lideranças empresariais, a fim de que sejam evitadas as fórmulas inspiradas em padrões tecnocratas, muitas vezes as menos viáveis para atender aos interesses conjuntos do Estado e das empresas;

**6** que o Estado invista em pesquisas e adote providências para que a cultura algodoeira (principal atividade econômica estadual) se torne compensadora. Um amplo programa de seleção de sementes, a transmissão de técnicas modernas de cultivo, entre outras, seriam medidas que a curto e médio prazo elevariam a nossa produção de algodão por hectare, que atualmente não chega a 200 quilos enquanto que no Sul do País ela se situa numa marca dez vezes maior;

**7** que, em vez de procurar estatizar a atividade mineradora, o Governo crie mecanismos de apoio técnico e financeiro aos nossos exploradores de minérios, tão esquecidos, embora a vocação mineral do Estado continue sendo tão enaltecida pelos demagogos;

**8** que o Governo, com seus recursos ou em convênio com órgãos nacionais e estrangeiros, dê início a um grande programa de preparação da população para o trabalho, ensinando profissões, aperfeiçoando o homem para que ele progrida na sua atividade profissional, e até financiando instrumentos de trabalho;

**9** que o governador não se limite a tomar conhecimento dos problemas econômicos apenas por intermédio dos seus auxiliares e dos seus técnicos, mas que visite as empresas e os campos, ouça patrões e empregados, teste as sugestões e soluções propostas por eles;

**10** que o Governo seja um cliente zeloso dos seus compromissos e retribua na mesma moeda o tratamento que ele exige do empresário. Quando este deixa de cumprir em dia as suas obrigações para com o Estado está condenado a pagar multas, juros e correção monetária. Então, que o Estado também sofra estas penalidades quando faltar nos seus prazos de pagamento.

Todas estas reivindicações são justas. Chegam até a se constituir num roteiro prático e seguro para orientar o governador no caminho da promoção do bem público. Dentre as dez, porém, nos parece a mais importante a primeira, a que pede preferência para as empresas locais. Nos últimos quatro anos elas foram marginalizadas, preteridas, maltratadas. É hora de fazer justiça a quem trabalha, produz e investe aqui. Que o Estado só compre fora o que não for possível comprar dentro das nossas fronteiras; que só contrate serviços em outros Estados quando aqui mesmo eles não puderem ser atendidos. Observe-se que as nossas empresas pagam impostos aqui mesmo no Rio Grande do Norte. Às vezes, comprar mais barato em outras praças representa um grande prejuízo para a Fazenda Estadual que deixa de arrecadar a parcela de ICM a que teria direito se a operação de compra fosse realizada aqui, mesmo por um custo um pouco maior. Nossos municípios também perdem receita. E é ainda maior o prejuízo para o nosso povo, pois o dinheiro deixa de circular em nosso meio e nós ficamos cada dia mais pobres.

Marcos Aurélio de Sá



## **Primeiro nós garantimos o carro. Depois, garantimos a garantia.**

**Nós temos o melhor negócio para você sair com seu Volkswagen usado hoje mesmo!**

- Vários planos de financiamento, de acordo com o seu orçamento.
- Todos os carros são de procedência garantida e revisados em nossas oficinas.
- Certeza de economia e maior valor de revenda que só a marca Volkswagen pode lhe dar.

**Quem quer um carro usado vai direto à**

**Em nossas lojas você encontra sempre boas ofertas de Fusca, Brasília, Passat, Kombi e Variant. Todos revisados e garantidos. Venha escolher o seu.**



**REVENDEDORES  
AUTORIZADOS**

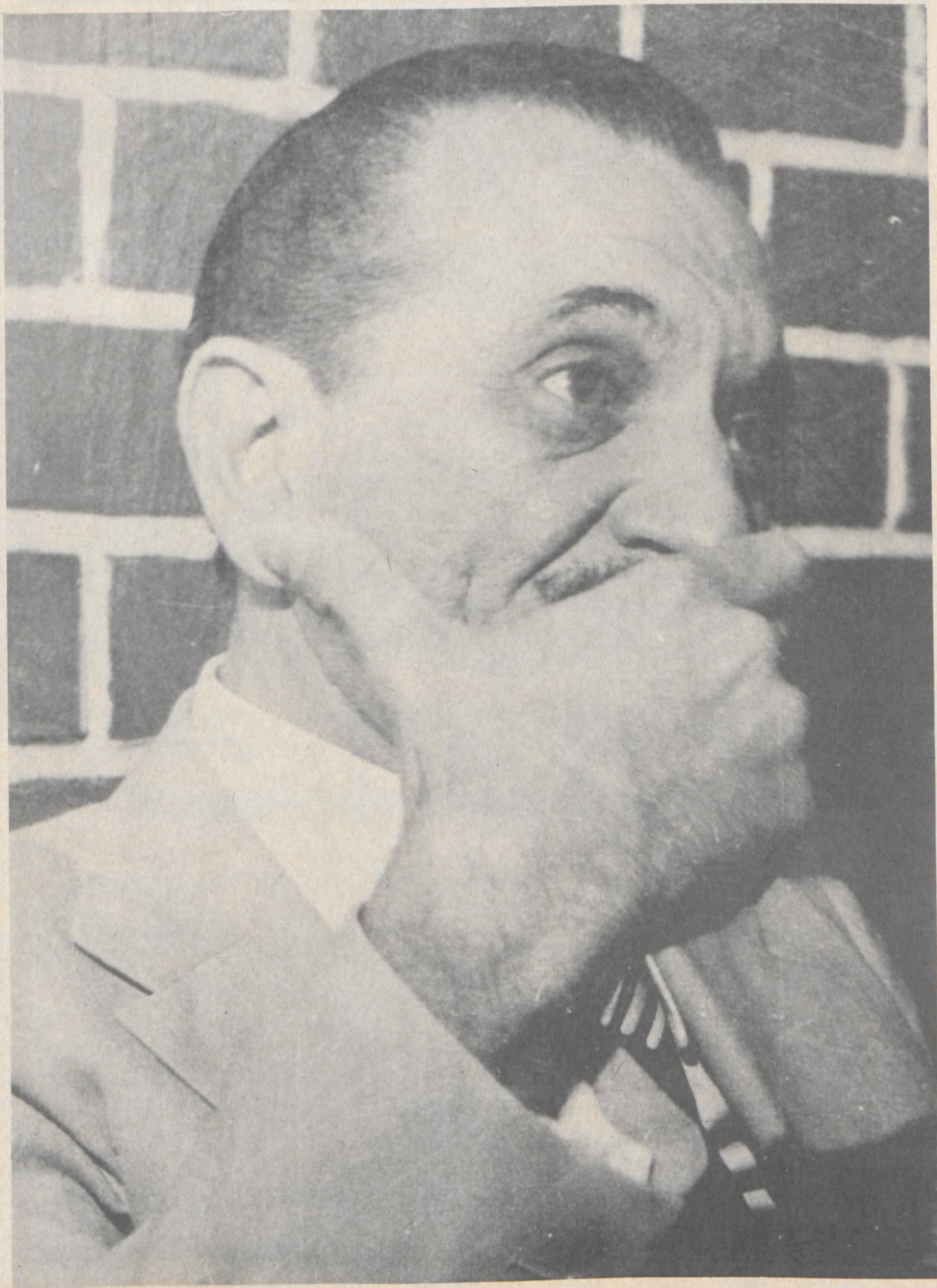
**MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140  
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim**

**Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212**

**A Alpargatas  
Confecções Nordeste S. A.  
congratula-se com  
a RN Econômico pela  
sua 100<sup>a</sup> edição.**



**ALPARGATAS CONFECÇÕES NORDESTE S.A.**



# Lavoisier assume o poder «aparentemente tranquilo»

Forçado a retribuir o apoio recebido do MDB adesista na última campanha eleitoral e obrigado a contribuir para o fortalecimento da ARENA por orientação do Presidente João Batista Figueiredo, o governador Lavoisier Maia está entre dois fogos. Sua assessoria de imprensa declara que ele está “aparentemente tranquilo” diante dos muitos problemas que vai enfrentar nos próximos quatro anos.

Se levarmos em conta as colocações feitas pela sua assessoria de imprensa, temos hoje um governador fadado a se transformar logo logo em um mito na história potiguar, assim como o seu homônimo da França setecentista se transformou em figura importante na História Universal. Diz textualmente um *release* oficial distribuído à imprensa natalense na véspera da posse:

*“Se o francês Antoine Laurent de Lavoisier foi tão importante para a História humana, por ter criado o moderno método da Química, separando-a da Alquimia medieval — o Lavoisier, de Catolé do Rocha, será importante na História norte-rio-grandense” (...)*

Embora o textolouvaminheiro e fútil não explique bem por qual razão o nosso novo governante será um personagem histórico, ele transmite por curso forçado a idéia de que Lavoisier Maia é um humanista, uma figura carismática, um quase gênio da Medicina e, ao mesmo tempo, um realizado estadista. E termina declarando que, *“por uma feliz coincidência, no Ano Internacional*

*da Criança, as mães norte-riograndenses passam a ter no seu governador alguém que entende tão profundamente das suas condições ginecológicas” (...)*

Antes de construir uma boa imagem para o governador que se inicia na função, matérias deste quilate servem muito mais para ridicularizar. E quem conhece de fato Lavoisier Maia sabe bem que ele não merece, pela sua sobriedade e caráter, comparações absurdas e megalomaniacas como estas com que os seus assessores o presentearam, com tamanha infelicidade.

**QUEM É O GOVERNANTE** — A imprensa já reportou até com exagero as circunstâncias em que se consumou a indicação de Lavoisier Maia para suceder o seu primo Tarcísio. Hoje não resta dúvida de que ele chegou ao poder conduzido e até empurrado pela força do prestígio que Tarcísio Maia conseguiu conservar nas ante-salas do gabinete do Presidente Geisel. Foi um candidato imposto, contra todas as lideranças tradicionais do Estado, muito embo-

ra ao final — quando a sua escolha era um fato consumado — muitos políticos tenham assimilado o seu nome.

De fato, (sem nunca ter disputado antes um cargo público eletivo, Lavoisier Maia como político militante é um neófito. Foi discípulo aplicado do seu primo antecessor, de quem aprendeu lições importantes. Mas ainda tem muito o que aprender e, consciente disto, já está cercado de *professores* de alto nível, como os irmãos Aluizio e Agnelo Alves, apesar de se saber improvável que eles lhe ensinem o velho *pulo do gato*.

Para os tempos do AI-5, Lavoisier deu provas de grande capacidade política, assumindo no período eleitoral a postura de ameaçador e anunciador de castigos, para quem ficasse contra o Governo. Pela sua conduta, centenas de prefeitos e políticos rurais aderiram ao famoso *sistema de forças amigas que elegeu o senador Jessé Freire*. Ou aderiam, “ou passariam a pão e água no próximo Governo”. A estratégia garantiu 80 mil votos de maioria à ARENA em 15 de novembro de 1978, e nin-

guém pode deixar de creditar a ele, em grande parcela, essa vitória esmagadora.

Não se sabe é se, para os tempos de abertura, ele tem guardados outros trunfos, outras estratégias, agora democráticas, para conquistar o povo. Principalmente quando ao seu redor já pululam os eventuais candidatos à sua sucessão, que ainda ocorrerá em 1982, ao que tudo indica pela via direta. Continuador confesso de Tarcísio Maia, Lavoisier representa a esperança da manutenção de uma família no comando do Estado ainda por muito tempo. Tudo ele fará para não perder as rédeas do poder. E, para ajudá-lo, outros membros da sua família já se posicionaram em pontos fundamentais, como a Prefeitura de Natal e a Companhia Nacional de Álcalis (que im-



Lavoisier Maia assume o Governo como continuador confesso do seu primo Tarcísio.

## UM HOMEM FORA DE SÉRIE

**A seguir, leia alguns trechos selecionados do documento distribuído à imprensa pela assessoria do governador do Estado. Neles, observe a tentativa de mostrar Lavoisier Maia como um superdotado, um político consumado, um homem fora de série!**

*“Ser homem e ser humanista ao mesmo tempo é coisa rara no tempo desumano em que vivemos. Pois, Lavoisier Maia Sobrinho, Governador do Rio Grande do Norte, a partir de hoje, o consegue naturalmente, sem auto esforçar-se para assim parecer. Um homem modesto, circunspecto, aparentemente tranqüilo, capaz de manter um papo com o seu jardineiro, opinar sobre a Loteca, ou trocar idéias tanto com o Presidente da Nação quanto o mais humilde servidor, sempre com a mesma dignidade e a costumeira atenção — eis alguns traços da personalidade marcante do novo Governador”.*

*“Vigoroso em suas decisões, de atitudes definidas e lealdade irremissível. E também organizado e capaz de se manter preso ao trabalho muitas horas além das que são, costumeiramente, utilizadas pelos mais renitentes trabalhadores. Sua responsabilidade profissional e ad-*

*ministrativa excede aos ditames das contingências. Sua paciência para ouvir e discutir problemas vai além do possível (é um político nato sem dúvida, mas da categoria dos que dignificam e redimensionam a atividade política). Pela argúcia, o senso crítico e a habilidade no trato das questões públicas, tornou-se estimado ao mesmo tempo que respeitado pelos que o assessoram, os quais nele vêem a continuidade natural, com personalidade própria, do seu antecessor, Tarcísio Maia, um dos maiores, senão o maior de todos os governadores que administraram o Estado desde a redemocratização do País, em 1946, até o presente”.* (...)

*“Nascido aos 09 de outubro de 1928, no seio de uma das mais tradicionais família nordestinas — os Maia — Lavoisier teve como berço o lugar denominado CABEÇOS, município de Almino Afonso — e*

*desde a mais tenra infância, como pátria sentimental, Catolé do Rocha — PB”.* (...)

*“O fato de ter escolhido a profissão em que se notabilizaram gênios como Paracelso, Albert Schwitzer e Oswaldo Cruz, já demonstra a vocação humanista deste paraibano de 1923 — ano marcante para a História da Medicina e do Humanismo, pois foi o ano em que Fleming descobriu a penicilina. Se o francês Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794) foi tão importante para a História humana, por ter criado o moderno método da Química, separando-a da alquimia medieval — o Lavoisier, de Catolé do Rocha, será importante na História norte-riograndense pelo entrelaçamento, facultado pelo seu Humanismo, entre Ciência e Política. Entendemos humanismo como uma reflexão que se volta para a espécie humana, no sentido de lhe buscar a realização da possível fe-*



Ao redor do governador recém-empossado, já pululam os candidatos à sua sucessão. Aluízio Alves é apenas um deles.

planta no Rio Grande do Norte o maior projeto industrial que o Estado já teve).

**QUAL É SEU PARTIDO?** — Segundo sua própria assessoria de imprensa, o nosso último governador biônico assumiu o cargo “*aparentemente tranqüilo*”. Depois de formar um secretariado que não agradou nem satisfaz às tradicionais lideranças do Estado, que não se julgam suficientemente representadas, Lavoisier fez um discurso de posse onde, na parte política, deixou no ar uma grande interrogação quanto ao seu posicionamento verdadeiro, em termos de ARENA ou MDB. Senão relembremos dois trechos da sua fala:

1. Tendo à sua direita o ex-governador Aluízio Alves, já candidato

*licidade social. E para lutar por isto é necessário que os fatores sociais da Cultura sejam nuclearizados pela atividade política”. (...)*

*“Lauro Maia e sua esposa Idalina Maia, deram vários irmãos a Lavoisier e dentre os filhos do casal, desde criança que Lavoisier foi um dos que sempre estiveram presente às reuniões políticas realizadas em sua casa, e nas quais se discutiam e se traçavam as coordenadas e os rumos de cada campanha eleitoral. Habitou-se ao diálogo, à estratégia, ao cochicho que fazem do político um ser especial e o aprimoram no relacionamento humano e na visão superior dos problemas gerais, de que não participa o homem comum”.*

*“Do pai, Lavoisier herdou, além do caráter, a convicção do dever a cumprir, a responsabilidade para com a sociedade e a terra, como também uma visão aguda dos problemas e da equação das questões em que a comunidade se sobrepõe ao indivíduo, a vida pública à atividade privada. É um homem bem dotado de inteligência, estudioso e trabalhador. É detentor — como já referíamos — de um número invejável de diplomas e cursos em sua especialidade médica, o que testa e*

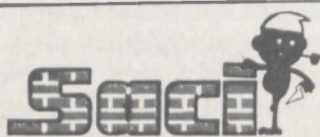
*atesta seu desvelo pela profissão que abraçou e o seu interesse em permanecer sempre atualizado com as modernas disciplinas científicas atinentes a sua carreira”. (...)*

*“Vale salientar: Lavoisier não é destas figuras, hoje, tão comuns, que só se preocupam em acumular diplomas como ostentação utilitarista para subir na vida. Não. Cada diploma significa para ele estudo e interesse pleno pelo tema de cada Curso, Congresso ou Jornada Médica. E a prova é que também tem contribuído no plano teórico e da pesquisa, podendo ser registrados os seus ensaios: “Estudo Crítico do Uso da Antibiototerapia no Pós-Operatório de Pacientes Cesareadas”. (...); “Conduta Terapêutica da Clínica Obstetrícia da FMUFRN no tratamento da Doença Hipertensiva Específica da Gestação”. (...); “O uso da Oxiprenalina no Sofrimento Fetal Agudo”. (...)*

*“Talvez, se tivesse mais tempo, Lavoisier muito mais contribuisse, no plano da ensaística médica, desde suas observações na prática e com seu interesse pela saúde humana. Este homem de formação simples — que, no entanto, já recebeu título de cidadania de vá-*

*rios municípios norte-riograndenses (além de outras honrarias como “Primeira Nota da Integração Social — Diploma Câmara Cascudo de Honra ao Mérito”, num reconhecimento pelos serviços prestados à coletividade com empenho e dedicação, em setembro de 1977, Título “Mérito Auta de Sousa”, pela atuação em favor da Cultura e do desenvolvimento do Rio Grande do Norte — Título de Sócio Benemérito do Conselho Comunitário do Bairro da Cidade da Esperança”, concedido a 11 de julho de 1977, Placa pelo reconhecimento e apoio para realização do Curso de Orientadores de Saúde RURAL-NORTE — sabe do valor da sabedoria experimental, haurida simultaneamente nos livros e na prática diária”.*

*“Este homem e humanista, Lavoisier Maia Sobrinho, será agora o nosso Governador. É por uma feliz coincidência que, no Ano Internacional da Criança, as mães norte-riograndenses passem a ter no seu Governador alguém que entende tão profundamente das suas condições ginecológicas e dos problemas do parto. Sob este médico ginecologista e obstetra, a administração norte-rio-grandense está gerando um novo tempo para o nosso Estado”.*



**mostra porque  
está sempre  
na vanguarda.**



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir  
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:  
222-1543 — 222-4877 — 222-3513  
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

lançado ao Governo em 1982, pelo MDB, disse Lavoisier Maia: "Aos correligionários, aqueles que chamados a contribuir para que uma nova fase política se instaurasse no Rio Grande do Norte, asseguro o mesmo apoio que recebi, no propósito de, por um lado, fortalecer sua liderança, e, por outro lado, consolidar as bases que sustentarão um Governo comprometido com o povo e seu futuro";

2. Como os correligionários a que ele se referia acima são, sem dúvida, também os integrantes do MDB que participaram da eleição de Jessé Freire, o trecho primeiro é muito mais importante do que este segundo: "Ao meu partido — a ARENA — serei fiel e reconhecido pelo apoio que me presta e contribuirei para que se fortaleça, no âmbito estadual, a fim de que exerça o papel fundamental que lhe cabe neste momento decisivo da política nacional". Há até quem diga que ele só fez esta referência à ARENA porque lá em Brasília o Presidente Figueiredo estabeleceu como meta do seu Governo prestigiar o partido da situação.

**O TEMOR DE ALUÍZIO** — A aliança com Aluízio Alves é hoje o fator que permite à família Maia a posição de destaque na política do Rio Grande do Norte. E Lavoisier Maia, sem dúvida, não ignora que Aluízio só estará ao seu lado enquanto esta posição lhe for vantajosa. De um momento para outro, as ambições da família Alves se chocarão com as da família Maia. Aluízio possui hoje no Estado um sistema de comunicação de massa formado por um jornal e três estações de rádio, sistema que logo poderá ser reforçado com uma estação de TV (canal já concedido), por mais algumas emissoras de rádio no interior e pela modernização do jornal *Tribuna do Norte*, que está em dias de mudar sua impressão para o processo *offset*. A partir daí, já se tornaria desvantagem para a família Maia o rompimento, pois ela praticamente perderia qualquer acesso aos veículos de comunicação de massa do Estado. Depois, fatalmente, os Maias

passariam a enfrentar oposição maciça e em campo aberto, coisa a que não estão afeitos.

Em 1982, Aluízio Alves querera voltar ao Governo do Rio Grande do Norte; querera fazer do seu filho Henrique Eduardo um senador da República; e é possível que venha a querer, finalmente, fazer justiça ao seu sobrinho Garibaldi Alves Filho, promovendo-o a deputado federal. Em contrapartida, José Agripino Maia, filho e herdeiro político de Tarcísio, querera passar de prefeito de Natal a governador do Estado. Esta hipótese é quase concreta, a partir da hora em que analisarmos as circunstâncias em que José Agripino concordou em vir a ser o prefeito natalense. Ele largou grandes vantagens financeiras e toda a certeza de sucesso na iniciativa privada para vir enfrentar a verdadeira roda-viva do dia-a-dia de uma Prefeitura pobre e desaparelhada, que nem sequer poderá lhe dar a metade do salário que percebia como diretor de indústria. Por seu turno, Lavoisier Maia, ao concluir o seu mandato governamental, almejará uma cadeira no Senado, uma ambição aliás rotineira dos que exercem a chefia do Executivo. Não há quem evite, portanto, um choque incontornável de interesses capaz de resultar num eventual rompimento das duas famílias.

Entre os próprios familiares e auxiliares do governador Lavoisier Maia isto é tido como algo provável. Acreditam os Maias que, a qualquer momento, os Alves poderão mudar suas diretrizes, bastando para tanto até um motivo banal. Por isso é que eles têm pregado que Tarcísio e Lavoisier precisam estar sempre de alerta para não serem surpreendidos. Acham, ainda, que a família já deve mesmo ir se preparando para tomar a iniciativa do rompimento quando chegar a ocasião, ao invés de ficar na posição de passividade.

**AS DUAS FACÇÕES** — Como no Rio Grande do Norte só existem duas alternativas, ou melhor, dois grupos politicamente estruturados — um comandado por Aluízio Alves e outro pelo senador Dinarte



*A centésima edição do RN/ECONÔMICO representa, antes de tudo, uma marca da vitória do jornalismo sério a serviço das melhores causas da comunidade.*

*Abordando com precisão e profundidade os mais discutidos temas da economia do Rio Grande do Norte, este veículo se impôs pela independência e pelo compromisso com a verdade. Parabéns.*



**Radir Pereira & Cia.**

Mariz —, e como a família Maia é uma espécie de corpo agregado, mas estranho, no meio deles, tem muita razão a assessoria de imprensa do Palácio Potengi em classificar Lavoisier Maia como um homem apenas “*aparentemente tranqüilo*”. Na verdade, o atual governador deve estar diante de um dilema que o leva à insegurança política. De Dinarte Mariz, cujo esquema foi duramente derrotado nas últimas eleições, ele não tem muito o que temer, em termos de ameaça ao futuro político da família Maia. Mas do grupo aluizista ele fica a esperar o pior, tão logo venha a ser uma pedra no caminho da marcha de retorno de Aluizio. Tem muito sentido a forma como Lavoisier lançou a sua mensagem política no momento da sua posse: tendo Aluizio à sua direita, o governador garantiu retribuir a ajuda dos correligionários, possibilitando que eles fortaleçam suas lideranças; e só depois se referiu ao seu partido, a ARENA. De fato, seus correligionários mais fortes são os aluizistas, que não pertencem à ARENA. Fica, assim, consolidada uma aliança que na gíria política já se convencionou chamar de “arenebê”, embora o tempo de sua duração não possa ser previsto.

Entraram em banho-maria os atritos entre os Maias e o pessoal do grupo do senador Dinarte Mariz. Isto é um claro sintoma de que estão abertas as portas para um futuro reencontro, bastando um estalar de dedos do governador. O que retarda a reaproximação é apenas a ligação estreita dos Maias com os Alves, por enquanto mais vantajosa para os primeiros e muito compensadora para os últimos, sob muitos aspectos, inclusive econômicos. Mas Aluizio Alves tende a se filiar ao MDB, o que tornará essa aliança ainda mais espúria e complicada do que é hoje, pois o Presidente Figueiredo quer os governadores prestigiando a ARENA e talvez Lavoisier não tenha coragem de desafiar a recomendação de Brasília de forma mais ostensiva do que o modo como se conduz atualmente.

Disse Aluizio Alves logo após a posse de Lavoisier: “*No que depen-*



Os assessores acham que bastará o governador estalar os dedos e Dinarte Mariz se reaproximará.

*der de mim (...), da minha capacidade de atuação política, tudo farei para que o MDB, dirigido por Henrique Eduardo, cresça no Rio Grande do Norte, cumprindo os seus deveres de oposição fiel aos sentimentos populares (...) sem negar ao Governo a melhor forma de apoio (...)*”

Mesclando seu secretariado de

aluizistas, muitos dos quais antigos militantes do MDB que viraram a casa para se utilizarem das benesses oficiais, Lavoisier Maia está — em sentido figurado — alimentando cobras e escorpiões, que não demoram a inocular veneno talvez mortal nas artérias potiguares do partido que Figueiredo quer fortalecer.

Nesses últimos 100 meses, RN/ECONÔMICO tem sido para nós uma fonte permanente de consulta. Tudo o que precisamos saber sobre a economia do Rio Grande do Norte está contido nas suas páginas.

# J. Resende Comércio S/A

Rua Dr. Barata, 187 — Ribeira  
Av. Rio Branco, 608 — Cidade Alta  
NATAL-RN

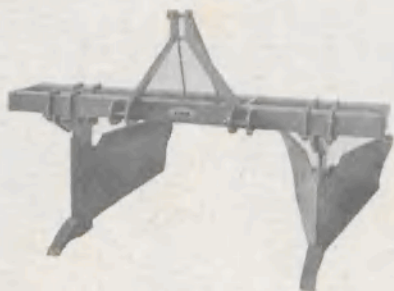
**HENRIQUE LAGE  
PARABENIZA  
QUEM DIVULGA O  
DESENVOLVIMENTO**



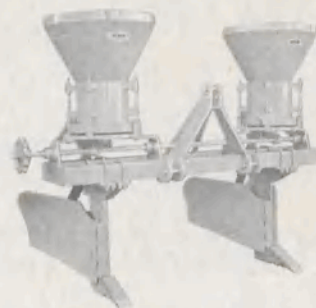
Desde suas origens, no século XIX, HENRIQUE LAGE SALINEIRA DO NORDESTE S. A. vem contribuindo para que o Rio Grande do Norte se torne o maior produtor de sal do Brasil. No início, o processo era rudimentar... a colheita manual. Hoje, empregando tecnologia moderna, a colheita é mecanizada e o trabalho do homem valorizado... Foi quase um século sempre evoluindo, para mais e melhor produzir riquezas para o Estado e o País. A revista RN/ECONÔMICO tem mostrado isto em muitas ocasiões, noticiando nossas atividades. Por esta razão, achamos justo parabenizá-la no lançamento de seu 100º número, pelo seu trabalho de reportar as atividades de quem ajuda a construir a grandeza do Brasil.



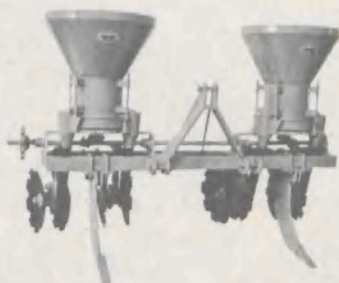
**UMA EMPRESA  
DO GRUPO NORA-LAGE**



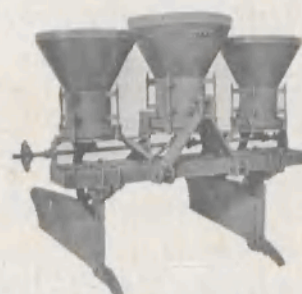
Sulcador 2 linhas.



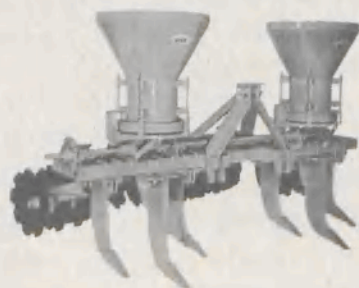
Sulcador c/2 adubadeiras.



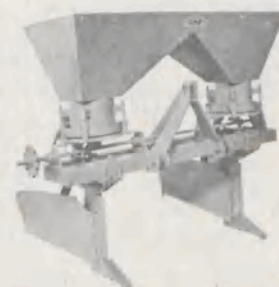
Subsolador c/cultivador adubador "Tipo Leve".



Sulcador p/torta e adubo.



Super cultivador mod. C. P. A. A.



Sulcador c/adubadeira caixa p/400 kilos de adubo.



Lâmina desenraizadora.



®

**COBRAZ**

**MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.**

AV. SALGADO FILHO, 2860

FONES: 231-1549 — 231-2725 — 59.000 — NATAL-RN.

Arte Gemini

# LIDERANÇAS SINDICAIS DO RN COMEÇAM A ACREDITAR NA ABERTURA

Os primeiros movimentos em favor de melhores salários já estão se registrando no Rio Grande do Norte. Mais de uma dezena de líderes sindicais assinaram manifesto ao Presidente da República pedindo a fixação do salário-mínimo em Cr\$ 6.114,00. Os professores querem reajuste de 200 por cento em seus salários a partir de maio, quando os índices oficiais só autorizam aumento de 40 por cento. São os primeiros sinais da abertura política no País que chegam ao RN.

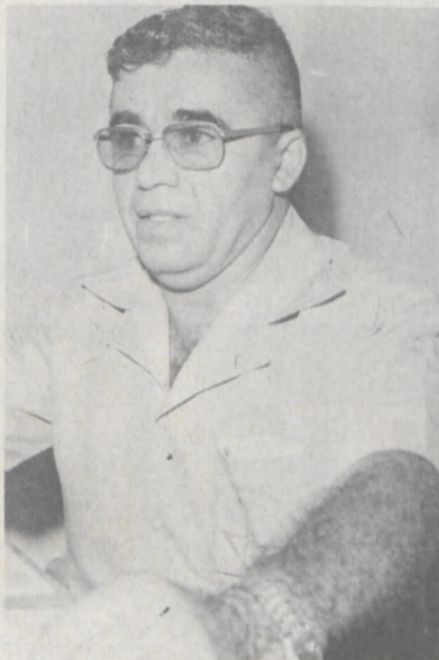
Respirando os primeiros e leves sopros da abertura política que começa a tomar conta do país, a classe operária que nos últimos 15 anos se mantinha à margem das lutas reivindicatórias e da militância trabalhista resolveu sair da passividade. Em São Paulo registrou-se a primeira grande greve dos novos tempos, envolvendo centenas de milhares de metalúrgicos, movimento que no fim pôde ser apontado como vitorioso e capaz de servir como incentivo para outras categorias profissionais. Livres da ameaça do AI-5, os trabalhadores estão criticando abertamente os graves defeitos da atual conjuntura econômica do Brasil, pedindo mudanças urgentes na política de concentração da renda e lutando por salários mais realistas.

Escalões moderados no governo já começam até a cortejar líderes trabalhistas do passado, como Leonel Brizola, esperando a ressurreição do antigo Partido Trabalhista Brasileiro que, no atual momento, serviria para dividir e abrandar os ímpetos de radicalismo do MDB que, de uma hora para outra, poderão criar impasses políticos de gravidade.

**SINDICATOS E ABERTURA** — No Rio Grande do Norte os dirigentes sindicais não estão alheios ao momento nacional. O primeiro sinal

de que não estão em recesso é a participação que estão tendo num movimento nacional em favor da unificação do salário-mínimo, e da sua fixação em bases condizentes com o atual custo de vida. Nessa sua luta, os nossos líderes sindicais têm buscado o apoio do Governo do Estado e de outras forças da comunidade.

Mas, afinal, como o operariado do Estado está encarando o clima de liberdade que retorna? Como se posiciona diante da perspectiva de novos critérios de relacionamento com os patrões? O que pensam do



Francisco Rosa: "A abertura política atende aos anseios do povo brasileiro".

uso da greve como arma para lutar pelos seus direitos? Entre um Luís Inácio da Silva (Lula) e um Leonel Brizola, com quem estão os trabalhadores do RN?

Francisco Rosa, com 32 anos de militância sindical e 16 anos na presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte, fala com muita segurança:

*"No meu modo de pensar, considero que a abertura política é um sinal da sensibilidade do Governo que atende, desse modo, os anseios do povo brasileiro. O maior crime é o de permanecer no erro, não o de corrigí-lo. E é essa correção que o Governo está fazendo com a abertura política".*

Sem se afastar muito das palavras do seu colega que lidera os trabalhadores da construção civil, Pedro Ricardo Filho, presidente da Comunidade Assistencial de Natal (entidade que coordena o serviço de assistência médica, odontológica e social aos operários), fala sobre a abertura:

*"O momento é de expectativa. O trabalhador potiguar está apenas observando o rumo que as coisas estão tomando, mantendo-se afastado e desmotivado para as manifestações de protesto ou para lutar por mudanças. Continua faltando espírito de classe, talvez por causa da falta de educação política e até de escolaridade".*



# FIAT

## 147 GLS

### Motor

Dianteiro, transversal, de quatro cilindros em linha, quatro tempos, refrigerado a água, com circuito selado:

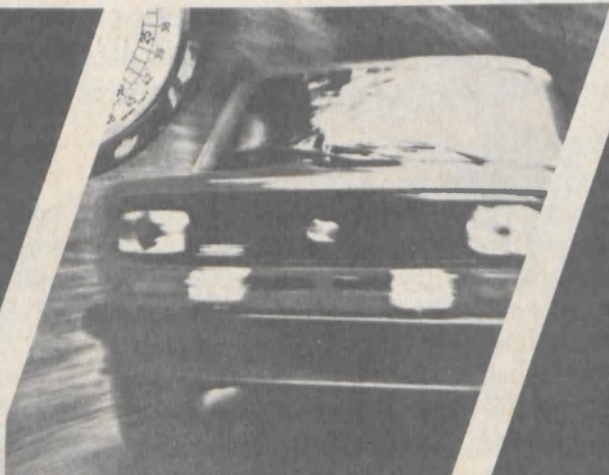
diâmetro x curso dos cilindros (mm)	76 x 71,5
cilindrada total cm <sup>3</sup>	12974
taxa de compressão	7,5:1
potência máxima CV (SAE)	61
regime de potência máxima (rpm)	5.400
torque máximo kgm (SAE)	9,9
regime de torque máximo (rpm)	3.000



## 147 rallye

A Fiat acaba de lançar no Brasil a sua experiência em rallies: aqui está o Fiat 147 Rallye, um carro planejado para que você destrute no dia a dia o que a Fiat aprendeu em rallies e que a transformou em marca-campeã dessas competições em todo o mundo.

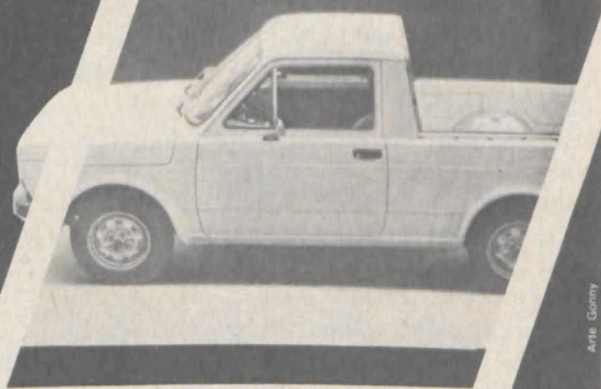
O motor do 147 Rallye é um motor preparado especialmente para quem gosta de economia e potência ao mesmo tempo. Tem 4 cilindros, com 1.300 cc de cilindrada, carburador duplo corpo, válvulas de admissão e escape no cabeçote, e comando por correia dentada. A potência máxima é de 72 CV a 5.800 rpm e o torque de 10,8 kgm a 4.000 rpm.



## pick-up

Na pick-up sem cobertura, a capacidade da caçamba é de 650 litros, ampliada para 1.560 litros na versão que utiliza o teto de lona.

A capacidade de carga, para as duas versões, é de 350 quilos com duas pessoas, ou de 380 quilos com o motorista.



Arte: Guim

# FIAT

Concessionárias autorizadas no R. G. do Norte.

## NAVONA

Av. Salgado Filho, 3540 (logo após o viaduto)  
Tels.: 231-2122 e 231-5276  
Natal-RN.



Praça Ulrich Graf, 100  
Tel.: 321-3377 — 59.600  
Mossoró — Rio G. do Norte.



Porém, numa evidência de que o clima de abertura ainda não foi assimilado, alguns líderes sindicais ainda evitam dar respostas quando interrogados sobre temas políticos. Um deles, Ermano Paulino Correia, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios, fala com muita reserva. Diz ele sobre a abertura:

*“É um assunto muito delicado e cheio de dúvidas. A gente tenta, quer fazer uma análise... mas termina achando melhor não falar muito, porque se compromete”.*

**PARTIDO TRABALHISTA** — A pergunta acerca da viabilidade da formação de um novo Partido Trabalhista no País e de uma maior dinamização da vida sindical, encontrou respostas que denotam duas situações: a) os líderes acham que está havendo uma grande carência de nomes capazes de conduzir com firmeza os ideais da classe operária; b) o operariado, de uma maneira geral, está um tanto desinteressado pelo assunto, havendo pouca cons-



**Ermano Paulino: “Falta conscientização aos operários. Só procuram o Sindicato quando precisam de assistência médica”.**

cientização sobre as vantagens que um partido político geraria para a classe.

Ermano Paulino declara que no seu Sindicato existem 300 associados e que, apesar desse número representar pouca coisa em termos quantitativos, ainda assim serve para comprovar o pouco entendimento

a respeito das reais finalidades do órgão de classe. Diz Ermano:

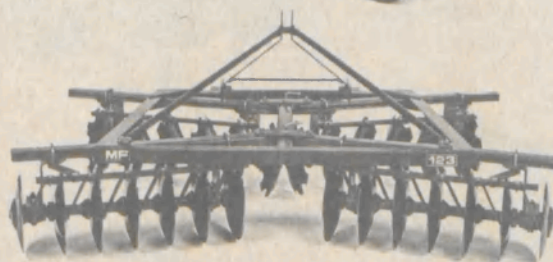
*“O que existe é uma falta muito grande de conscientização. Os associados só procuram o Sindicato na hora em que precisam de alguma assistência médica. O que se pode, de imediato, esperar desses homens em termos políticos, quando se fala na volta do Partido Trabalhista? É difícil dizer, pois são em pequeno número os que entendem o significado disso tudo. Para a grande maioria, tanto faz como tanto fez”.*

E complementa:

*“Por outro lado, os trabalhadores não dispõem de muito tempo para se envolver com problemas políticos. Vivem para o trabalho a troco de um salário pequeno. Sua preocupação número um é a luta pelo sustento da família e só. O que todos desejam é tranquilidade, mesmo com sacrifícios”.*

**RENOVAÇÃO** — Pedro Ricardo Filho acha que é preciso haver uma renovação partidária no País, que permita uma oportunidade para o

## A linha Massey Ferguson foi projetada para fazer a agricultura render!



**Revendedor Exclusivo no Rio Grande do Norte**  
**JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A**

Matriz — Rua Teotônio Freire, 283 — Fone: 222-0710 — Natal-RN.  
Filial — Rua Alfredo Fernandes, 4 — Fone: 321-2339 — Mossoró-RN.

trabalhador contar com seus representantes no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais. E explica:

*"Trata-se de uma necessidade de todas as classes sociais. Elas precisam de alguém ou de um partido que lute pelos seus interesses. A volta do Partido Trabalhista é vista com expectativa, levando-se em conta os acontecimentos do passado, que culminaram com a Revolução de 1964".*

Mas se define:

*"Eu sou pela volta do PTB, porém sem a interferência de elementos perniciosos à sociedade e estranhos à classe trabalhadora. Esse partido deveria ser poderoso, bem estruturado e ter objetivos certos e bem nacionais, não com as características do antigo PTB, que só visava o benefício próprio dos seus líderes".*

Pedro Ricardo não chega a ser contra a volta de Leonel Brizola à liderança do PTB, demonstrando nesse aspecto uma contradição com relação ao que disse acima:

*"Entre Brizola e Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, prefiro o primeiro à frente do PTB pois acredito que hoje o ex-governador gaúcho, com mais vivência e mais consciência política, conduziria melhor o partido".*

Sobre Lula, diz Pedro Ricardo:

*"Vejo muita euforia nas suas declarações e observo que ele quer ir com muita sede ao pote..."*

**O DIREITO DE GREVE** — O presidente da Comunidade Assistencial de Natal e que também já foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Rio Grande do Norte se diz favorável à greve, quando é feita com objetivos lícitos e não com o sentido de anarquia. E explica:

*"Só sou contra a greve quando ela é feita com a finalidade de promover a baderna, a destruição da propriedade particular e dos bens públicos. Mas a greve justa, pacífica, deve existir e sei que há necessidade de que ela exista, apesar da Lei 4.330".*



Pedro Ricardo: "Entre Leonel Brizola e Lula, prefiro o primeiro à frente do PTB".

Já Ermanno Paulino acha que, em face da assistência que o Governo Federal vem assegurando ao trabalhador brasileiro nos últimos anos, não há necessidade de se falar em revisão da atual lei de greve. Ele afirma que "a greve só deve ser realizada mediante prévia autorização do Governo".

**FALTA DE PREPARO** — Francisco Rosa, há 16 anos na presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, usa de toda franqueza para colocar sua opinião sobre a presença do trabalhador num partido político:

*"Acho desnecessária a militância política do trabalhador. E isto não é de agora. Tenho 32 anos de vi-*

*da sindical e nunca vi um trabalhador bem preparado para a política. Essa falta de interesse e motivação, inclusive, chega a provocar a desagregação dos sindicatos e da classe trabalhadora. Até nas assembléias rotineiras do nosso Sindicato observo que são muito poucos os que delas participam, o que é lamentável".*

Para Francisco Rosa, "um Partido Trabalhista no Brasil seria igual a qualquer outro partido, servindo apenas para que os políticos dele se utilizassem para chegar às massas e pedir votos. Eles prometeriam lutar em defesa dos interesses dos trabalhadores mas, depois de eleitos, continuariam sem nada fazer".

E conclui:

*"Eu prefiro as coisas assim como estão: tudo caminhando bem; o Governo ciente dos problemas; os sindicatos prestando assistência aos seus associados. Por isso, não vejo necessidade de revisão da lei de greve. O que se precisa fazer é educar melhor o trabalhador, para depois se pensar em reestruturação".*

Sobre a questão Lula ou Brizola, fala Francisco Rosa:

*"Brizola não tem mais a simpatia do trabalhador. Era um aproveitador e não um idealista. Quanto a Lula, ainda não entendi o que ele quer, de onde veio e para onde vai. Ele defende e ataca ao mesmo tempo. Acho que ele deve estar a serviços de terceiros".*

**AS MELHORES MARCAS DE MÓVEIS E MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO ESTÃO NA COMSERV.**

Calculadora "Tecnika 2103-P"

Mesa "Formobile"

Fichário "Visisystem"

Cofres "Marte"

**COMSERV — Comércio, Representações e Serviços Ltda.**  
Máquinas de Escrever, Calcular, Eletrônica, Móveis de aço, Sistema de Arquivamento Racional e Artigos d/ Escritório. Móveis domésticos em geral. Rua Cel. Estevam, 1416/18  
Fones: (842) 222-4042 — 222-3203 — Alecrim — Natal-RN.





Aos que fazem a revista  
RN/ECONÔMICO,  
nossos parabéns pela  
sua centésima edição!

**T. Barreto**

**Indústria e Comércio S. A.**

# CONSTRUÇÃO CIVIL EM MOMENTO DIFÍCIL ESPERA CONTAR COM O APOIO DO GOVERNO

Quando ocorrem as mudanças de Governo, a construção civil é uma das atividades mais atingidas, pois geralmente se segue um período sem novas obras públicas. Só depois da chamada "arrumação da casa" os governantes traçam os seus planos e reiniciam os contratos de empreiteiros. No Estado, os empresários falam da retração e pedem ao novo Governo uma oportunidade para o diálogo.

A indústria da construção civil no Rio Grande do Norte, como na maioria dos pequenos Estados brasileiros, sobrevive às custas de muitas dificuldades, dentre as quais se destacam a dependência do poder público (que é quase que o único contratante de obras) e a concorrência desigual com as grandes companhias construtoras dos Estados maiores (as quais geralmente abiscoitam os grandes contratos).

Porém, no momento, o que mais preocupa os empresários do setor da construção entre nós é a perspectiva de retração do mercado em decorrência da recente mudança de Governo. Geralmente, os primeiros seis meses ou até o primeiro ano é gasto pelos novos administradores na chamada "arrumação da casa". Só depois desse período cresce o volume de obras, graças aos novos planos governamentais que começam a ser executados. Não é fácil para os empreiteiros vencerem essa fase, sendo todos eles forçados a reduzir drasticamente os seus custos operacionais sob pena de arcarem com prejuízos vultosos.

**DEPOIS DO MASSACRE...** — Mas, além de terem de suportar a recessão natural da transição entre um Governo e outro, os construtores norte-riograndenses vivem um momento de grande ansiedade e incer-



Fernando Bezerra fala sobre os problemas das construtoras do RN.

teza. No Governo de Tarcísio Maia, eles enfrentaram a indiferença e até, em alguns casos, a hostilidade dos órgãos da administração estadual. Houve empresas que, por mais que tentassem, não lograram construir uma única obra pública de responsabilidade do Estado, tudo por causa dos critérios usados nas concorrências públicas que só serviram para abrir o mercado local às construtoras de fora. De fato, houve nos últimos anos uma verdadeira avalanche de

empreiteiros, principalmente do Ceará, agindo no Rio Grande do Norte.

Hoje os empresários da construção civil voltam a sua atenção para a forma como o governador Lavoisier Maia encarará o assunto. E, para deixá-lo a par dos problemas enfrentados pela classe, o Sindicato das empresas já começam a se movimentar, pedindo acima de tudo diálogo e boa-vontade.

**UM DOCUMENTO EM ELABORAÇÃO** — Acenos de diálogo e de bom relacionamento foram feitos, mas nunca concretizados, pelo ex-governador Tarcísio Maia. Houve até uma ocasião em que, depois de manter uma reunião com alguns líderes da indústria da construção civil, o governante chegou a acertar com a classe um jantar que serviria, concomitantemente, para reaproximá-la do Governo. Tal evento foi esperado por um longo tempo, sendo adiado por pelo menos três vezes, sempre de véspera. E, quando o calendário marcou o dia 15 de março de 1979, as esperanças de receber um gesto de atenção de Tarcísio foram por terra: Tarcísio já não era mais governador!

Tinham, portanto, os empresários, motivos para acreditar que Tarcísio nutria por eles algum tipo de repulsa jamais esclarecida ou justifi-

cada. Como prova dessa crença, vieram o Governo escancarando as portas do Estado para as empresas forasteiras, mesmo tendo isso custado graves prejuízos para a economia do Rio Grande do Norte.

Apesar dos pesares, a intenção da classe agora é passar uma esponja no passado e reiniciar sua campanha de reaproximação com o Governo. Para tanto, o Sindicato da Indústria da Construção Civil, tendo à frente o engenheiro Fernando Bezerra, está elaborando um documento que será entregue ao governador Lavoisier Maia, pedindo basicamente uma maior proteção para o empresariado local. O documento, segundo explica o presidente do Sindicato, baseia-se num outro redigido a alguns dias no Rio Grande do Sul pelos construtores gaúchos, também iniciando ali uma campanha de fortalecimento das empresas locais. E Fernando Bezerra considera que uma hora de mudança de Governo é sempre uma boa hora para se pedir soluções justas e em favor da comunidade. Afinal, o crescimento das empresas da terra significa desenvolvimento para a própria terra. E explica o dirigente sindical:

*“O que pretendemos é que o novo governador retome o diálogo perdido a quatro anos e nos dê condições de apresentar sugestões dentro dos padrões normais de legalidade. Nós entendemos o Governo como uma defesa do Estado”.*

**AS SUGESTÕES** — Entre as sugestões que o empresariado pretende fazer ao Governo no sentido de melhorar as relações entre ambos, estão: a) a criação de uma espécie de Conselho Estadual de Economia, composto também por empresários e ligado à Secretaria da Indústria e Comércio, que seria sempre consultado quando surgissem problemas entre o Estado e as empresas, sendo as suas considerações levadas em conta. Isto evitaria a prevalência das soluções elaboradas por tecnocratas sem visão prática e sem maior conhecimento da realidade econômica; b) planejamento a longo prazo das



**Flávio Azevedo pede mudanças de critérios no julgamento das concorrências.**

obras governamentais; c) pontualidade nos pagamentos do Estado às firmas construtoras.

**NADA DE ILEGAL** — Embora queiram proteção, os empresários da construção civil deixam claro que não pretendem que o Estado cometa nenhuma ilegalidade para beneficiá-los. É o que se pode deduzir, por exemplo, das palavras do engenheiro Flávio Azevedo, um dos diretores da Construtora A. Azevedo Ltda:

*“Legalmente, uma empresa construtora pode e deve participar de concorrências públicas em qualquer ponto do País. Não defendemos, portanto, a criação de leis específicas que venham a cercear esse direito no Rio Grande do Norte. O que achamos é que é preciso normatizar os editais de concorrência aqui no Estado. Na confecção de um edital deve haver exigência de idoneidade financeira e técnica em função de duas coisas: primeiro, o porte da obra; e, segundo, o estabelecimento de categorias para as empresas, ao invés de nivelar as pequenas com as médias e grandes construtoras. Isso sendo feito, não tenhamos dúvidas de que as empresas locais já começariam a ser beneficiadas”.*

## PAULIRMÃOS

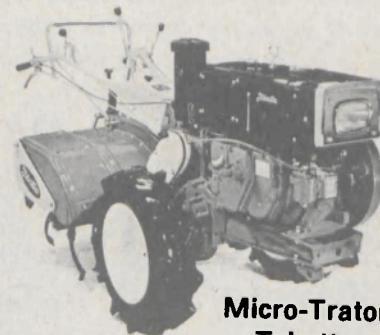
Tradição em máquinas agrícolas



**Agrale 4.200**



**Agrale 4.100**



**Micro-Trator Tobatta**

**Revendedor Autorizado para o Rio Grande do Norte, dos produtos:**

- AGRALE
- Tratores e Motores
- TOBATA
- Micro-Tratores e Motores
- AGRALE-TOBATA
- Motores Marítimos e Estacionários
- MARK
- Bombas Hidráulicas e Equipamentos p/ piscinas
- HATSUTA
- Pulverizadores, Atomizadores e Moto-Serras
- CREMASCO - PENHA - NOGUEIRA
- Desintegradores de Forragem
- FACIT
- Máquinas e Sistemas para escritório
- FIEL - CONFIANÇA
- Móveis de aço para escritório
- WALNE
- Móveis de aço e arquivos eletromecânicos



**PAULA, IRMÃOS COMERCIAL LTDA**

Praça Augusto Severo, 260 — C. Postal 207  
Fone: PABX 222-0916 — Escritório:  
222-1532 — Oficina: 222-4584 — NATAL — RN

Flávio relata um fato que bem demonstra como foram prejudicadas as empresas locais:

*"Há algum tempo, a nossa firma venceu a concorrência e construiu a primeira etapa do conjunto habitacional "Janduí", na cidade de Açú. Quando concluímos essa fase, não desmontamos o nosso canteiro de obras que estava localizado a 100 metros do local onde seria construída a segunda etapa do mesmo conjunto pois esperávamos ganhar a concorrência seguinte, dadas as vantagens que detínhamos, ou seja, já estávamos com os nossos operários lá instalados e prontos para continuar o trabalho imediatamente. Ocorre que uma empresa cearense apresentou uma proposta mais barata do que a nossa, e sem analisar outros aspectos que não o preço, o Governo preferiu mudar de construtora. O que nós achamos é que, de agora por diante, os responsáveis deviam passar a analisar a concorrência por completo, pois há itens que muitas vezes são mais im-*



**José Aurélio Guedes prefere sair do ramo.**

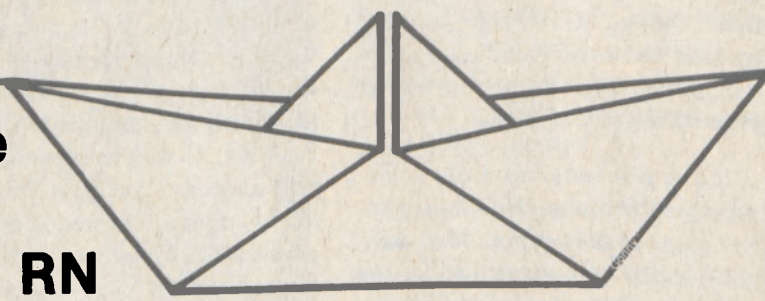
*portantes do que o preço, podendo até representar economia para o Estado".*

**UMA VÍTIMA? — Uma empresa**

que parece ter sido uma vítima do esquema posto em prática no Governo Tarçísio Maia é a Construtora Norte-Brasil, em fase de desativação. José Aurélio Guedes, seu diretor-presidente, interrogado pelo repórter sobre o motivo que o levava a deixar o ramo e encerrar as atividades no setor da construção civil, fez um ar de riso e respondeu em tom de blague: *"É a velhice, meu filho. O diretor da Norte-Brasil está completando 60 anos de idade e já demonstra cansaço para essa vida de sacrifício"*.

No entanto, por trás do enigmático sorriso e da frase emocional, estava presente muita decepção, talvez uma vontade muito grande de dizer algumas verdades. Dizer, por exemplo, que sua empresa construiu várias obras para o poder público, concluiu-as, mas não recebeu o pagamento nos prazos certos; que a sua empresa, sem receber pelas obras executadas, se viu obrigada a recorrer aos bancos, pagando juros extorsivos; que, no final, ele verifi-

## **Ainda mais presente no desenvolvimento do RN**



*Nós estamos transportando também para o exterior os principais produtos da nossa economia: sal, algodão, minérios e a boa imagem do nosso crescimento econômico.*

*Nos navios que partem daqui, para o Sul do País e até para o estrangeiro, nós proporcionamos a cortesia de exemplares da revista RN/ECONÔMICO, por ser um veículo de informações seguras e objetivas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.*

*Nesta edição número 100, que é bem o atestado da maioria da revista RN/ECONÔMICO, os nossos parabéns pelo significativo evento.*

**AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA.**

**Trav. Aureliano Medeiros, 37-Fones - 222-0149/1449 - Natal - RN**

cou que não compensava tanto esforço e preferiu cerrar suas portas e ir cuidar de outros negócios menos ingratos.

E a Construtora Norte-Brasil não é um exemplo isolado. Outra empresa que prefere mudar os seus rumos é a Souto Engenharia, cujo diretor-administrativo, Mário Roberto Barreto afirma:

*“Estamos construindo um final de obra para o poder público e em seguida vamos parar de atuar nesse campo. Partiremos para um outro tipo de engenharia que nos dê condições de escapar dessa concorrência desleal com tantas empresas de fora”.*

**PERÍODO DE TRANSIÇÃO** — Para suportar os próximos meses sem novas obras, em decorrência da



Mário Roberto Barreto procurará fugir da concorrência com as empresas de fora.

mudança de Governo no País e nos Estados, as construtoras de uma maneira geral estão obrigadas a montar esquemas especiais de trabalho.

Nesse sentido, a opinião do diretor-presidente da ECOCIL (Empresa de Construções Civis Ltda.) e presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, é a seguinte:

*“Há realmente uma perspectiva de crise no setor, mas que não é um privilégio só do nosso Estado. Toda mudança de Governo implica na necessidade das construtoras formarem equipes de planejamento que tracem um roteiro de atividades para o período. Existe no momento uma alternativa que é se voltar as vistas para o programa de habitação popular do Banco Nacional da Habitação, hoje um programa irreversível no País todo e cada vez mais dinâmico. Esperamos que em nosso Estado o INOCOOP continue no seu*

Entregue a chave da sua máquina a quem mais entende de Som e Equipamentos

**EQUIPADORA LAZARO**  
 Av. Deodoro, 431  
 222-0284 • Natal-RN

*excelente ritmo e que seja definitivamente aprovada a construção em Natal da chamada "Cidade Satélite". Quanto à COHAB, já sabemos que ela tem planos bastante ambiciosos a executar".*

**OBRAS EM CONSTRUÇÃO —**

Um cortejo rápido mostra que, dentro do Estado, as construtoras locais possuem um número razoável de obras em execução. A ECOCIL, por exemplo, está construindo um conjunto residencial para os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e conclui a segunda etapa do Conjunto Ponta Negra, ambos projetados pelo INOCOOP. Também está executando as obras do parque aquático e quadras de esporte do Centro Integrado SESI/SENAI. Como obras de sua própria iniciativa, a empresa tem um edifício comercial pronto para ser iniciado no centro de Natal, com frente para as ruas João Pessoa, Jo-

sé de Alencar e General Osório; também iniciará brevemente um prédio de apartamentos na Praia do Meio.

A Construtora A. Azevedo possui duas obras importantes em execução: a segunda etapa do Conjunto Ponta Negra e o Conjunto Santa Catarina, da COHAB, que representam um custo em torno de Cr\$ 100 milhões. A PROEX está construindo a nova sede da Assembléia Legislativa (obra de Cr\$ 25 milhões), o Centro Regional de Agricultura de Mossoró (Cr\$ 12 milhões), serviços de abastecimento d'água em várias cidades do interior (Cr\$ 25 milhões), a nova sede do Banco Itaú, em Natal (Cr\$ 10 milhões), e o Edifício Versalhes, também em Natal, obra que custará em torno de Cr\$ 6 milhões. Juntamente com a Construtora A. Azevedo, a PROEX está iniciando, por conta própria, a construção em Natal do primeiro edifício inteiramente projetado para servir como um Centro Odonto-Médico, empre-

endimento praticamente vendido na planta.

A EIT (Empresa Industrial Técnica S/A) está executando o trecho da rodovia BR-427, ligando as cidades de Jucuri (CE) a Apodi, numa extensão de 62 quilômetros, obra orçada em torno de Cr\$ 207 milhões. Também está concluindo a Avenida Beira Canal, em Natal (Cr\$ 62 milhões), e se prepara para iniciar a construção da Via Costeira, em Natal, numa extensão de 9,5 quilômetros, contratada por Cr\$ 108 milhões.

A CICOL é outra construtora que desenvolve um ritmo intenso de obras no Estado, embora hoje sua atuação mais destacada seja fora daqui, inclusive possuindo grandes obras no exterior. Em Natal, ela executa a Rodovia de Contorno, as encostas da Avenida Getúlio Vargas, o Viaduto do Baldo e obras de abastecimento d'água de diversos bairros.



**Foi feito para você.**

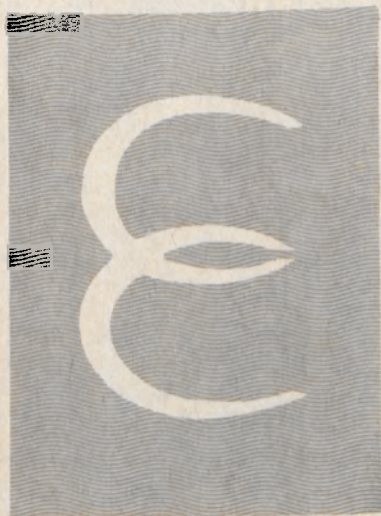


REVENDEDOR AUTORIZADO

**Natal Veículos e Peças S/A**

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0188 — Natal-RN

**CUMPRIMENTOS  
À EQUIPE  
QUE EDITA  
RN/ECONÔMICO  
PELO LANÇAMENTO  
DO SEU  
100º NÚMERO**



**ECOCCIL**

Empresa de Construções Cívís Ltda



# Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A.

CARTA PATENTE 1.338/70 — CGC/MF — 08.328.247/0001-43

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em cumprimento a determinações legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. o Balanço Geral, a Demonstração de Resultados, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 1978.

Os surpreendentes resultados apresentados no encerramento do exercício, decorreram essencialmente da constante preocupação do BDRN, no sentido de otimizar os recursos disponíveis. Como o seu capital próprio não é suficiente para que atinja seus objetivos, foi dedicada especial atenção à captação de volumes crescentes de recursos financeiros, atentando para sua adequação às peculiaridades da economia do Rio Grande do Norte.

O Governo Estadual e os órgãos federais de fomento têm reconhecido o esforço do BDRN e correspondido às suas expectativas, não lhe negando o apoio indispensável à consecução das suas metas operacionais. Com efeito, mais da metade dos recursos movimentados pelo Banco provém do BNDE e da sua subsidiária FINAME. Tem sido igualmente relevante o apoio da CEF, através do Proagro e da SUDENE/BNB, com a linha de financiamento PMI.

Em 1978, o Banco contratou 83 operações, divididas em financiamentos, investimentos e prestação de garantias, que envolveram quantidade superior a Cr\$ 220 milhões.

A análise do comportamento do saldo de aplicações, demonstra o rápido crescimento da ação financiadora do BDRN. Em 1974, este saldo era de Cr\$ 257.299 mil, tendo evoluído para Cr\$ 356.598 mil em 1975, Cr\$ 399.422 mil em 1976, Cr\$ 600.342 mil em 1977 para, finalmente, atingir a expressiva cifra de Cr\$ 798.599 mil em 1978.

Por outro lado, o seu patrimônio líquido, no encerramento do exercício de 1978, era de Cr\$ 129.605 mil, a comparar com Cr\$ 95.326 mil em 1977, Cr\$ 73.079 mil em 1976, Cr\$ 26.707 mil em 1975 e Cr\$ 14.416 mil em 1974.

Os bancos de desenvolvimento, face às condições contratuais sob que operam, excepcionalmente benéficas às empresas, normalmente geram transferências de patrimônio ao sistema sócio-econômico em que atuam, demandando, conseqüentemente, aportes contínuos de capital. Como o último aumento de capital do BDRN, com subscrição e integralização em espécie, ocorreu em 10 de maio de 1976, tem sido realizado grande esforço, visando preservar seu porte operacional.

O lucro operacional apresentado pelo BDRN no encerramento do

exercício de 1978, situou-se em Cr\$ 10.655 mil. Computadas as receitas não operacionais e deduzidas provisões e reservas, foi apurado o apreciável lucro líquido de Cr\$ 9.422 mil.

A demonstração de lucros acumulados do exercício, estima o saldo no fim do período em Cr\$ 985 mil, já que foram propostas à AGO, várias destinações para o lucro. A principal delas, Reserva de Lucros a realizar, representa uma significativa parcela a ser incorporada ao Patrimônio Líquido do BDRN.

Os números abaixo dão exata posição em que se situa hoje o BDRN. Todavia, como instituição desenvolvimentista, o BDRN avança seus resultados não apenas através dos números, mas principalmente pela constatação de que, ao apoiar financeiramente as empresas aqui sediadas, que vão implantar ou expandir suas atividades, está melhorando, sobretudo, a qualidade de vida da nossa população.

Finalmente, estamos à disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Em Natal (RN), 20 de fevereiro de 1979

HEYDER PINHEIRO DE MOURA FRANCISCO EDIVALSON BORBA  
Diretor-Presidente Diretor de Operações

ANTÔNIO LINS  
Diretor Administrativo

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.78

ATIVO	(EM Cr\$ 1.000,00)	PASSIVO	(EM Cr\$ 1.000,00)
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	134.022
DISPONIBILIDADES	24.12	DEPÓSITOS	28.094
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	157.598	DEPÓSITOS A VISTA	28.094
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS,	156.338	DEPÓSITOS A PRAZO	( — )
FINANCIAMENTOS RURAIS	1.260	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
(PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) (Nota 2)	( — )	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota II)	85.996
(RENDAS A APROPRIAR)	( — )	EMPRÉSTIMOS NO BANCO CENTRAL	2.430
CRÉDITOS DIVERSOS	40.627	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	83.566
BANCO CENTRAL — RECOLHIMENTOS E DEPÓSITOS	—	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	( — )
OUTROS CRÉDITOS	40.627	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
(RENDAS A APROPRIAR)	( — )	OBRIGAÇÕES POR RECEBIMENTOS —	
VALORES E BENS	296	TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	317
TÍTULOS DE RENDA FIXA	—	OUTRAS OBRIGAÇÕES.	19.615
OUTROS VALORES E BENS	296	PROVISÃO PARA PAGAMENTOS	4.870
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO)	( — )	OBRIGAÇÕES DIVERSAS	14.745
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	548.868	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	491.792	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	512.543
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	491.448	DEPÓSITOS	—
FINANCIAMENTOS RURAIS	344	DEPÓSITOS A PRAZO	( — )
CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	( — )	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
(PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) (Nota 2)	( — )	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota II)	512.543
(RENDAS A APROPRIAR)	( — )	EMPRÉSTIMOS NO BANCO CENTRAL	10.400
CRÉDITOS DIVERSOS	1.771	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	502.143
BANCO CENTRAL — RECOLHIMENTOS E DEPÓSITOS	—	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	( — )
OUTROS CRÉDITOS	1.771	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
(RENDAS A APROPRIAR)	( — )	OUTRAS OBRIGAÇÕES	—
VALORES E BENS	55.305	PROVISÃO PARA PAGAMENTOS	—
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (Nota 7)	55.305	OBRIGAÇÕES DIVERSAS	—
TÍTULOS DE RENDA FIXA	—	(DESPESAS A APROPRIAR)	( — )
OUTROS VALORES E BENS	—	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	129.605
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO)	( — )	CAPITAL SOCIAL (Nota 10)	64.450
PERMANENTE	4.569	(ACIONISTA — CAPITAL A REALIZAR)	( — )
INVESTIMENTOS	7	RESERVAS DE CAPITAL	46.576
BENS PARA ARRENDAMENTO MERCANTIL	—		
OUTROS INVESTIMENTOS	7		
(PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO)	( — )		

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	(EM Cr\$ 1.000,00)	
	EXERCÍCIO	2º SEMESTRE
RECEITAS OPERACIONAIS (2 a 6)	(1)	55.713
Rendas de Operações de Crédito	(2)	47.742
Rendas de Prestação de Serviços	(3)	46
Rendas de Valores Mobiliários	(4)	3.558
Lucros com Valores Mobiliários	(5)	—
Outras Rendas Operacionais	(6)	4.367
DESPESAS OPERACIONAIS (8 a 14)	(7)	45.057
Despesas de Depósitos	(8)	—
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(9)	21.907
Despesas de Serviços Bancários	(10)	—
Despesas Administrativas	(11)	22.777
Perdas com Valores Mobiliários	(12)	—
Despesas Patrimoniais	(13)	373
Outras Despesas Operacionais	(14)	—
RESULTADO OPERACIONAL (1-7)	(15)	10.655
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (17 a 20)	(16)	3.290
Rendas de Aluguéis	(17)	—
Lucros na Alienação de Bens	(18)	2.572
Lucros na Alienação de Investimentos	(19)	—
Outras Receitas Não Operacionais	(20)	718
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (22 a 24)	(21)	164
Perdas na Alienação de Bens	(22)	—
Perdas na Alienação de Investimentos	(23)	—
Outras Despesas Não Operacionais	(24)	164
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (16-21)	(25)	3.126
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(26)	—
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DO IMP.DE RENDA (15+25+26)	(27)	13.781
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(28)	2.955
RESULTADO DO PERÍODO APÓS O IMP.DE RENDA (27-28)	(29)	10.826
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (31 a 34)	(30)	1.604
Empregados	(31)	1.080
Administradores	(32)	324
Fundos de Assistência e Previdência	(33)	—
Outras	(34)	—
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (29-30)	(35)	9.422
Lucro líquido do exercício (35)		Cr\$ 9.422
RF de ações		64.450.000
Lucro líquido por ação		Cr\$ 0,14

## DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO

	(EM Cr\$ 1.000,00)	
	EXERCÍCIO	2º SEMESTRE
SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(1)	515
JUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(2)	(79)



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**

(Expressa em milhares de cruzados)

	Reservas de capital		Reservas e retenção de lucros				TOTAL	
	Capital	Outras	Legal	Lucros a realizar	Outras	Lucros acumulados		
Saldos no início do exercício	49.700	30.050	7.813	747	—	7.016	515	95.841
Recursos recebidos do governo do Estado, através do FDCI		22.200						22.200
Aumento de capital	14.750	(14.750)						—
Benficiações de ações			118					118
Transferência entre contas						515	(515)	—
Reversão de dividendos do Exercício de 1977						1.086		1.086
Correção monetária			1.145	12			137	1.294
Reversão de reservas						(23)		(23)
Ajustes de exercícios anteriores					78		(79)	(1)
Lucros do exercício							9.422	9.422
Apropriações do lucro do exercício			158	7.868			(8.026)	—
Dividendos propostos							(332)	(332)
Saldos no final do exercício	64.450	37.500	9.076	917	7.946	8.731	985	129.605

**REVERSÕES DE RESERVAS:**

Para Contingências	( 5)	—	—
De Lucros a Realizar	( 6)	—	—
Outras Reservas	( 7)	—	—
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	( 8)	9.422	9.350
<b>DESTINAÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO:</b>			
Parcela dos lucros incorporada ao capital, conforme AGE de 05.05.78	( 9)	—	—
Reserva Legal	(10)	—	155
Reservas Estatutárias	(11)	—	—
Reservas para Contingências	(12)	—	—
Retenção de Lucros para Planos de Investimentos	(13)	—	—
Reservas de Lucros a Realizar	(14)	—	7.868
Reserva Especial	(15)	515	—
Dividendos Intermediários: (Cr\$ 0,005 por ação do capital social)	(16)	—	332
SALDO À DISPOSIÇÃO DA A.G.O. (4+5 + 8 - 9 + 16)	(17)	9.343	985
<b>DESTINAÇÕES PROPOSTAS À A.G.O.:</b>			
Reserva Legal	(18)	158	—
Reservas Estatutárias	(19)	—	—
Reservas para Contingências	(20)	—	—
Retenção de Lucros para Planos de Investimento	(21)	—	—
Reservas de Lucros a Realizar	(22)	7.868	—
Reserva Especial	(23)	—	—
Dividendos (Cr\$ 0,005 por ação do Capital Social)	(24)	332	—
SALDO NO FIM DO PERÍODO (17 - 18 + 24)	(25)	985	985
Montante do dividendo por ação do Capital Social		Cr\$ 0,005	

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**1) PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras do presente exercício foram elaboradas de acordo com as exigências contidas na Lei 6.404/76 e na forma do novo Plano de Contas dos Bancos de Desenvolvimento (CODES) instituído pelo Banco Central do Brasil através da Circular 393, de 27.09.78.

As modificações mais relevantes em relação ao exercício passado foram:

- a) A classificação do circulante e do Ativo Realizável a longo prazo, assim como do Passivo Circulante e Passivo Exigível a longo prazo, com base no prazo de 360 dias;
- b) Transferência do Saldo da conta "Rendas em Suspensão" para a rubrica "Reservas de Lucros a Realizar", de acordo com exigências do Banco Central do Brasil.

**2) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Não foi efetuada nenhuma Provisão. Para Crédito de Liquidação

Duvidosa, visto que inexistia saldo na rubrica "Créditos em Liquidação".

- 3) Imobilizado está registrado ao custo de aquisição acrescida da correção monetária do período. Anteriormente esta prática inexistia;
- 4) O Patrimônio Líquido foi corrigido até o limite do montante da correção do Ativo Permanente;
- 5) As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo estimado de vida útil dos bens.

**TAXAS:**

- Imóveis de uso — 04% a.a.
- Sistema de comunicação — 10% a.a.
- Sistema de segurança — 10% a.a.
- Sistema de transportes — 20% a.a.
- Equipamentos de uso — 10% a.a.

- 6) A provisão para Imposto de Renda foi constituída líquida de incentivos fiscais;
- 7) As participações acionárias estão registradas pelo valor nominal, visto que nenhum tem caráter de relevância;

**8) GARANTIAS PRESTADAS**

(Cr\$ 1.000)

- Fianças ..... 53.890
- Avais ..... 11.139

65.029

9) O regime de competência foi observado para registrar as operações ocorridas no exercício;

**10) CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 1978 o Capital Social do Banco estava representado por 64.450.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, participando o Governo do Estado do Rio Grande do Norte com 99,99% do capital;

**11) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS (Cr\$ 1.000)**

- Banco Central do Brasil ..... 12.830
- BNDE ..... 258.462
- FINAME ..... 53.662
- FINEP ..... 4.112
- EMBRATUR ..... 18.488
- BNB ..... 26.325
- BNH ..... 224.660

**HEYDER PINHEIRO DE MOURA**  
Diretor Presidente

**ANTÔNIO LINS**  
Diretor Administrativo

**FRANCISCO EDIVALSON BORBA**  
Diretor de Operações

**IVANILDO DIAS GUIMARÃES**  
TC-CRC/RN—1.113

Ata da sexta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A - BDRN, realizada no dia 13 de março de 1979.

Aos 13 (treze) dias do mês de março de 1979, em sua sede social, alta à Av. Floriano Peixoto, nº 550, nesta cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho de Administração do BDRN, os senhores DANILO DE GADÉ NEGÓCIO — Presidente, BENIVALDO ALVES DE AZEVEDO — Vice-Presidente e HEYDER PINHEIRO DE MOURA — Membro, convocados através de expedientes de n.ºs. 05/79-DP, 06/79-DP e 01/79-SP, datados de 05 de março de 1979, devidamente protocolados, conforme disposição legal, para apreciação da seguinte pauta: I — Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração de Lucros e Perdas relativos ao exercício de 1978; II — Parecer dos Auditores Independentes; III — Outros assuntos de interesse da Sociedade. Pela ordem do dia, o Dr. Danilo de Gadé Negócio, na qualidade de Presidente do Conselho convidou a mim Nazaré Pereira de Medeiros, respondendo pela Secretaria Geral do BDRN, para secretariar a reunião e, em seguida colocou em discussão a pauta do dia, concernente ao Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração de Lucros e Perdas relativos ao exercício de 1978 e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Após a leitura e metucioso exame dos documentos constantes da pauta do dia, e fundamentado no mencionado parecer do Conselho Fiscal do Banco, o Sr. Presidente submeteu a matéria à apreciação do plenário, ficando então, decidido, pelos senhores Conselheiros, por unanimidade, que o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Lucros e Perdas relativos ao exercício de 1978, o parecer dos Auditores Independentes, bem assim o parecer do Conselho Fiscal, encontram-se

corretamente formalizados, não merecem qualquer ressalva, e estão aptos a receber a aprovação dos senhores acionistas do BDRN. Absteve-se de votar o Conselheiro Heyder Pinheiro de Moura. Esgotada a ordem do dia, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a reunião, esta ata redigida por mim Nazaré Pereira de Medeiros, Secretária, foi lida a todos os presentes e por eles aprovada unanimemente, sendo assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais Conselheiros e pela Secretária. Esta cópia está conforme o original de fls. 012 a 012v do Livro de Registro de Atas e Pareceres do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN. (NAZARÉ PEREIRA DE MEDEIROS) Secretária.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN, após apurado exame em todas as contas, livros, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1978, pronunciamos-nos favoravelmente no tocante a sua legalidade e proclamamos que as referidas contas se encontram em condições de receber a devida aprovação dos senhores acionistas.

Natal, 09 de março de 1979

**OTTO DE BRITO GUERRA**  
**OLACILDIO XIMENES JALLES**      **YVONE FERREIRA BARBALHO**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Examinamos o balanço patrimonial do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. — BDRN, levantado em 31 de dezembro de 1978 e as demonstrações de resultado e das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. — BDRN em 31 de dezembro de 1978, o resultado de suas operações e as mutações do seu patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos para instituições financeiras e com os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto as mudanças de práticas contábeis descritas na Nota 1.

Recife, 31 de janeiro de 1979

**BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.**      Sérgio Brilhante de Albuquerque  
CRC-SP-5528-S-PE      CRC-RJ-018.064-2-S-PE

## IBDF FRUSTRA NOSSAS EMPRESAS DE REFLORESTAMENTO

No Sul do País, a maioria dos projetos no setor de reflorestamento foi implantada, sem que houvesse falta de recursos e de apoio do Governo. Mas no Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte, praticamente nada existe embora empresas estejam aptas a atuar nessa atividade e já possuam até mesmo projetos aprovados pelo IBDF.

Transcorridos pouco mais de dez anos da instituição da política de reflorestamento incentivado no Brasil, constata-se que esse setor econômico transformou-se numa das mais dinâmicas atividades empresariais do País. Mantendo um ritmo permanente de crescimento desde o início de sua implantação, o reflorestamento com incentivos fiscais já permitiu o plantio de mais de 4 bilhões de árvores em mais de dez Estados e proporcionou a criação de aproximadamente 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. Até hoje, o reflorestamento já absorveu recursos da ordem de Cr\$ 12 trilhões, constituindo-se em investimento de seguro e de comprovado retorno econômico-social.

Ninguém é capaz de negar que no Sul do País, principalmente no Estado de São Paulo, a política de reflorestamento com incentivos é hoje um sucesso absoluto. Lá, onde os recursos são carreados com maior facilidade, chegando até mesmo a sacrificar Estados pobres, como é o caso do Rio Grande do Norte, se os objetivos da política do Governo Federal são atingidos em sua totalidade, pelo menos se aproximam das metas oficiais: contribuição efetiva no balanço de pagamentos, aumento e redistribuição de renda e participação no combate à inflação.

**OS PROJETOS NO RN** — No entender da maioria dos empresários envolvidos com essa atividade, os



Alínio Azevedo: "Os projetos de reflorestamento não estão recebendo a atenção que nós esperávamos".

projetos de reflorestamento no Rio Grande do Norte não andam bem, ou melhor, não recebem a atenção que se esperava, tendo em vista a circunstância de que, não obstante serem classificados como projetos próprios, com recursos a eles alocados pelos respectivos optantes/investidores, tiveram esses recursos transferidos, pela Diretoria de Reflorestamento, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, para projetos da vala comum a serem implantados na região Sul do País, num evidente desrespeito à legislação específica e em detrimento dos interesses das empresas do Estado.

O Governo Federal, com o Decreto-Lei 1.376, de 12.12.74, instituiu o atual sistema de aplicação de incentivos fiscais para as pessoas jurídicas, isto é, enquanto as pessoas físicas, nas declarações de rendimentos, normalmente, aplicam seus incentivos no Fundo 157, as pessoas jurídicas o fazem nos Fundos criados pelo citado Decreto-Lei, ou seja FINAM, FINOR e Fiset. Com o novo sistema o Governo pretendeu, também, corrigir distorções verificadas no curso do processo anterior, notadamente vícios que precisavam ser eliminados, tais como: 1) o desequilíbrio entre oferta e procura de incentivos; 2) o atraso nos cronogramas de investimento como resultado da escassez de recursos; 3) práticas irregulares de intermediação em que proliferam exageradas comissões de corretagem e captação de recursos, conseqüência também do desequilíbrio entre oferta e procura dos incentivos.

No que concerne ao Fiset, duas são as espécies de projetos incentivados: os projetos próprios, também chamados de projetos fechados, que são os de que trata o artigo 18 do Decreto-Lei 1.376. São aqueles em que o contribuinte, ao fazer a sua declaração de rendimento, faz opção pelo Fiset e a seguir indica qual o projeto ou projetos em que deseja investir, que é exatamente o que ocorre com os projetos do Rio Grande do Norte; e os projetos comuns, que são aqueles em que o próprio

FISET, em lugar do contribuinte, investe recursos recolhidos em projetos aprovados pelos órgãos de desenvolvimento, mediante a subscrição de ação ou certificado de participação em reflorestamento, precisamente para onde foram transferidos os recursos alocados aos projetos de reflorestamento do Rio Grande do Norte.

Segundo afirma Alínio Azevedo, presidente da Associação Norte-Rio-grandense de Reflorestadoras, "com raras exceções, cada empresa de reflorestamento do Estado, através de cartas-consultas apresentadas no exercício de 1977 teve o seu programa de reflorestamento a ser implantado em 78 fixado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 500 hectares. Mas, lamentavelmente, apresentados os projetos correspondentes aos 500 hectares aprovados, não obstante os recursos alocados a cada projeto, o IBDF reduziu essa área para apenas 100 hectares, num patente descaso pela economia do Estado. Por oportuno, desejamos esclarecer que, quando nos referimos ao IBDF, nos reportamos ao Departamento de Reflorestamento, pois a Delegacia local, do delegado ao mais humilde funcionário, somente atenções e demonstração de boa vontade temos recebido".

**SEM QUASE NADA** — Tanto a Agência Centro como a Agência Metropolitana-Alecrim do Banco do Brasil ainda não receberam qualquer autorização, este ano, para repasse de dinheiro destinado a projetos de reflorestamentos do Estado. Segundo informou o gerente da Metropolitana-Alecrim, Francisco Xavier Fernandes, "nós apenas cumprimos as ordens de liberações e estas até o momento ainda não chegaram. No ano passado chegamos a liberar perto de Cr\$ 6 milhões, mas este ano, nenhuma quantia".

O delegado local do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Clidenor Coelho Galvão, declara:

"Desconheço inteiramente qualquer medida que tenha levado ao



Francisco Xavier Fernandes, do Banco do Brasil, informa que este ano não chegaram as ordens de liberação.



Clidenor Galvão, do IBDF, desconhece qualquer medida contrária às reflorestadoras do RN.

indeferimento ou redução dos projetos do Estado".

Sabe-se porém, que foi observada a tradição da empresa proponente como também o detalhe de terem tido projetos anteriores aprovados, indeferindo-se sistematicamente todos os programas ou cartas-consultas das novas empresas.

O empresário Anderson Abreu é um dos que se sentem prejudicados com a medida adotada pelo IBDF. Ele afirma que preparou a terra es-

perando ser aprovada uma quantidade de hectares superior a pelo menos os 800: "Gastamos com o preparo da terra, com o adubo, com toda a planta da propriedade e no final nos aprovam somente 100 hectares. Realmente é desanimador".

Segundo dados levantados junto a Delegacia local do IBDF, existem no Estado, sete empresas especializadas em reflorestamento, sendo que a pioneira é a Refloreicultura Ltda. com plantio exclusivo de co-

## MÁQUINAS PARA CERÂMICA

# M.V.P. 5 Super

### MORANDO

**CÉSAR Comércio e Representações Ltda.**

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

queiros. Segundo ainda o IBDF, ainda este ano a Reflorecultura, cujo diretor é Hemetério Gurgel, implantará 17 projetos com área de 1.500 hectares nos municípios de Guamaré e São Bento do Norte. As seis restantes iniciarão no corrente ano a implantação de seus projetos com a seguinte distribuição: Reflorestadora Seridó Ltda, três projetos de 150 hectares de coqueiros a serem implantados em Pedro Avelino; Reflorestadora São João da Mata Ltda, também com três projetos de coqueiros em Pendências; Companhia Agro-Industrial Vicente Martins — CAVIM, com dois projetos de 100 hectares, também de coqueiros em Pureza; Mangue-seco Reflorestadora S/A, dois projetos de 100 hectares, de coqueiros, em Guamaré; Salina Amarra Negra S/A, dois projetos de 100 hectares de coqueiros em Galinhos; e a Reflorestadora Riograndense Ltda. com dois projetos de 100 hectares de coqueiros no município de Pedra Preta.

Como se pode observar, todas as seis empresas reunidas somam uma área bastante inferior à da empresa pioneira, daí confirmando-se o argumento de ser uma empresa de tradição no ramo e também de já possuir projetos anteriores aprovados.

**PREJUÍZO** — Segundo informou o presidente da Associação Norte-Riograndense de Reflorestadoras, Alínio Azevedo, “efetivamente, houve prejuízo para as empresas de reflorestamento, uma vez que todas, sem exceção, científicas do deferimento ou aprovação de suas cartas-consultas pelo IBDF, ficaram convictas da aprovação dos projetos de reflorestamento a essas cartas-consultas correspondentes, cujo julgamento seria do próprio IBDF, em razão do que passaram a fazer a implantação de seus projetos, com gastos avultados com serviços topográficos, confecção de plantas, contratação de pessoal técnico, inclusive engenheiros florestais ou agrônomos, elaboração de projetos, comissões pela captação de recursos, pagamento em emolumentos ao próprio IBDF, além de aluguel ou compra de máquinas agrícolas, desmata-



Anderson Abreu Júnior: “Todos os recursos foram carreados para São Paulo”.

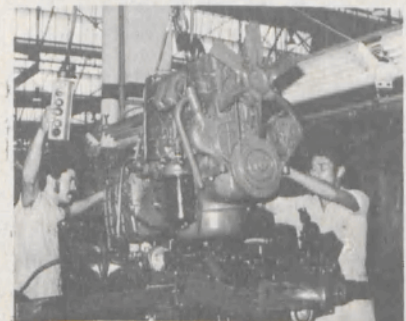
*mento, destocamento, aragem e gradagem de terras, viveiros de mudas, etc. Quanto à influência na economia*

*do Estado, somente a longo prazo poderia ser definida, sabido como é que todo empreendimento de natureza econômica cria empregos diretos e indiretos, bem como propicia uma melhor circulação de riquezas”.*

**A ASSOCIAÇÃO** — Como a insatisfação foi generalizada, a Associação de Reflorestadoras arcou com a responsabilidade de tomar a frente do problema. Essa Associação é uma sociedade civil, sem finalidade econômica ou política, com sede em Natal e formada pelas empresas de reflorestamento que aqui exerçam as suas atividades, tendo, entre outros objetivos, congregar as suas associadas e promover os meios necessários para que possam cumprir os seus objetivos específicos, defender os interesses e direitos das associadas junto à entidades públicas e privadas, além de procurar conscientizar os poderes públicos e as classes produtoras quanto às vantagens do

## Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com peças genuínas. Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa para seu Mercedes-Benz.



**Divemo S.A.**  
**Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores**

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 — Natal-RN.

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822  
Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

reflorestamento, nos seus aspectos econômico, social e ecológico; divulgar os conhecimentos e técnicas florestais e, afinal, incentivar a implantação de indústrias que explorem matéria-prima de origem florestal.

Segundo o seu presidente, "apesar de criada há apenas seis meses, a Associação tem procurado se desincumbir de suas finalidades, havendo inclusive participado de entendimentos com os ministros da Agricultura e presidente do IBDF, quando através de diretorias acompanhou os governadores Tarcsio Maia e Lavoisier Maia, com o objetivo de conseguir daquelas autoridades maiores cotas de reflorestamento para as empresas suas associadas".

Infelizmente, segundo afirma Abreu Júnior, um dos sócios, "somos ainda muito pequenos para brigar com toda a força do Governo de São Paulo que carregou para seu Estado todos os hectares necessários para a dinamização da política de reflorestamento do Governo".

Diz uma publicação oficial do IBDF que além dos objetivos econômicos, o reflorestamento serve ainda para integrar regiões marginalizadas, fixa o homem do campo e gera novos empregos, além de preservar as florestas naturais, enriquecer o solo com a reciclagem de nutrientes e proteção contra a erosão e que "é imprescindível, portanto, que continuemos a reflorestar em ritmo acelerado para que possamos fazer frente à crescente demanda imposta pelos diferentes setores, preservarmos o remanescente das matas naturais e transformarmos o Brasil em exportador de produtos florestais. O Governo brasileiro, através de órgãos competentes, determina áreas prioritárias à atividade, seleciona os projetos de viabilidade técnica e econômica, acompanha, orienta e fiscaliza a atividade de campo".

Só que no Rio Grande do Norte está acontecendo de uma forma bastante diferente: os projetos não estão sendo selecionados como deviam e não está sendo observada a fundo a viabilidade técnica e econômica de alguns ambiciosos projetos!

# QUEM CONSTRÓI, SABE: NA HORA DE COMPRAR MADEIRA, Queiroz Oliveira

Tudo é uma questão de lógica. Quem possui maiores estoques e se abastece diretamente das principais fontes produtoras, tem todas as condições para atender melhor. É por esta razão que QUEIROZ OLIVEIRA mantém sua posição de liderança no comércio de madeiras no Estado. O seu sistema de atendimento é eficiente e lá você também encontra tudo o que precisa para a sua construção.



**QUEIROZ OLIVEIRA**  
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

Av. Rio Branco, 185 — NATAL R. Cel. Gurgel, s/n — MOSSORÓ

**CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI**

# COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - **cosern**



CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA Nº 08324196/0001-81

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 1978

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSERN, em cumprimento ao que prescreve a Lei e o Estatuto, têm a honra de submeter à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1978, devidamente acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

## I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Durante o ano de 1978, graças aos esforços desenvolvidos neste e nos anos anteriores, obteve-se acentuada melhoria nos índices operacionais, especialmente quanto à redução das interrupções no fornecimento de energia, não obstante o progressivo crescimento do seu mercado consumidor.

No início do exercício, quando da adaptação do Estatuto da COSERN à nova Lei das Sociedades Anônimas, procedeu-se à sua integral reformulação, com modificações e introdução de novos dispositivos de há muito exigidos pelo atual estágio de desenvolvimento da Companhia. Ressalte-se que, até essa Reforma, aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 14.02.78, o Estatuto, com pequenas alterações, ainda conservava o mesmo texto originalmente aprovado quando da constituição da Companhia, em 20.02.62.

Por outro lado, do ponto de vista de Gestão, evidenciou-se um elevado aumento na produtividade, vez que com praticamente o mesmo número de empregados do ano anterior, a COSERN intensificou seus programas de atendimento a novos consumidores, aprimorou técnicas de operação e manutenção dos sistemas de transmissão, transformação e distribuição de energia, além de ter conseguido acelerar ainda mais o ritmo de seus investimentos, com a execução de obras de eletrificação em todas as regiões do Estado.

O esforço empreendido pela Administração da COSERN ao longo do exercício social de 1978 bem se reflete através dos resultados do econômico-financeiros alcançados, e que a seguir passa-se a demonstrar.

## II - MERCADO

## 1 - Solicitação do Sistema Elétrico

Em 1978, a energia requerida pelo mercado consumidor da COSERN alcançou 459.535.879 kWh, fornecidos pela CHESF e SAELPA, enquanto que a demanda máxima de potência verificada foi de 101.662 kWh/h.

## 2 - Compra e Venda de Energia

O Mercado de Venda de energia elétrica, conforme consta no Quadro I anexo, vem crescendo nos últimos quatro anos a uma taxa média de 19,33% ao ano. A compra de energia, que apresentou o crescimento médio da ordem de 18,58% em decorrência da diminuição relativa das perdas na distribuição, evoluiu de maneira menos acentuada (Quadro II e Gráfico I).

Ao longo de 1978, registrou-se um acréscimo na venda de energia da ordem de 15,7%. Por não ter havido, durante o ano de 1978, a ligação de novas indústrias de porte, verificou-se um crescimento de apenas 11,7% no Consumo Industrial, sendo que essa classe teve uma participação de 39,0% sobre o total das Vendas. A classe Residencial, com 23,4% de participação no total, apresentou um expressivo crescimento, da ordem de 19,7%. A classe Comercial foi a que apresentou a maior taxa de crescimento, ou seja, 31,7% em relação a 1977, embora sua participação no total das vendas tenha sido de apenas 14,0% (Gráficos II e III).

Para atender ao seu mercado, a COSERN comprou energia à CHESF e à SAELPA, representando o fornecimento da CHESF 97,0% da compra total. No exercício de 1978, verificou-se um crescimento na compra de energia de 15,9% sobre o consumo, e de 15,5% sobre a demanda de potência.

## 3 - Consumidores

Ao final do exercício de 1978, a COSERN contava com 148.009 consumidores; no período de 1975 a 1978, registrou-se um acréscimo de 57,59% novos consumidores, sendo que, somente em 1978, houve um aumento de 20.924 novos consumidores em relação ao exercício anterior, o que representa um acréscimo de 16,5%. A classe Residencial destacou-se com um acréscimo de 18.895 consumidores, correspondendo a 90,3% do crescimento total. Tal fato decorre do esforço da Empresa em beneficiar as populações de baixa renda, pois 37,6% do aumento total desta classe foram executados pelo Programa Residencial de Popularização de Energia, em Natal, Mossoró e mais 77 municípios do Estado.

4 - PROGRAMA RESIDENCIAL DE POPULARIZAÇÃO DE ENERGIA (Instalações internas para Consumidores de Baixa Renda) Através do Programa Residencial de Popularização de Energia, iniciado no final de 1977, a COSERN executou instalações elétricas internas em 10.135 residências de famílias de baixa renda, com alocação de recursos da ordem de 8 milhões de cruzeiros, dos quais custeou com recursos próprios cerca de 23%, repassando aos beneficiários do Programa o restante, para pagamento em 60 prestações mensais de aproximadamente Cr\$ 11,00 cada. Para execução do Programa, a COSERN, além dos recursos próprios, conta com os recursos oriundos de Contrato de empréstimo, firmado com a ELETROBRÁS, no valor de Cr\$ 18.525.000,00, dos quais foram liberados, até a presente data, Cr\$ 3.229.038,69. O referido programa prevê o atendimento a mais 15.165 famílias pobres, nos próximos 15 meses.

## Evolução do Mercado de Venda de Energia Elétrica

Classe	1975 - 1978				Quadro I		
	Venda de Energia Elétrica em 1.000 kWh				Evolução Anual - %		
	1975	1976	1977	1978	76/75	77/76	78/77
.Residencial	63.565	73.452	84.533	101.189	15,6	15,1	19,7
.Industrial	89.414	116.765	149.617	167.053	30,6	28,1	11,7
.Comercial	28.896	35.660	45.422	59.805	21,4	27,4	31,7
.Rural	3.077	3.553	4.126	4.696	11,5	16,1	13,8
.Outros	67.208	76.655	86.334	95.351	11,1	12,6	10,4
<b>T O T A L</b>	<b>252.160</b>	<b>306.085</b>	<b>370.032</b>	<b>428.094</b>	<b>21,4</b>	<b>20,9</b>	<b>15,7</b>

## Evolução da Compra de Energia e Demanda

Empresa	1975 - 1978				Quadro II		
	A n o s				Evolução Anual - %		
Fornecedora	1975	1976	1977	1978	76/75	77/76	78/77
CHESF							
.Energia (MWh)*	272.509	323.055	386.335	445.953	18,5	19,6	15,4
.Demanda (kW)	645.230	764.177	907.020	1.042.615	18,4	18,7	14,9
SAELPA							
.Energia (MWh)	3.273	3.819	10.024	13.583	16,8	162,4	35,5
.Demanda (kW)	12.004	13.126	30.884	40.318	9,3	135,3	30,5
<b>T O T A L</b>							
.Energia (MWh)	275.782	326.874	396.359	459.536	18,5	21,3	15,9
.Demanda (kW)	657.234	777.303	937.904	1.082.933	18,3	20,7	15,5

(\*) MWh = 1.000 kWh

## Gráfico I

C O S E R N

## EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA: COMPRA E VENDA

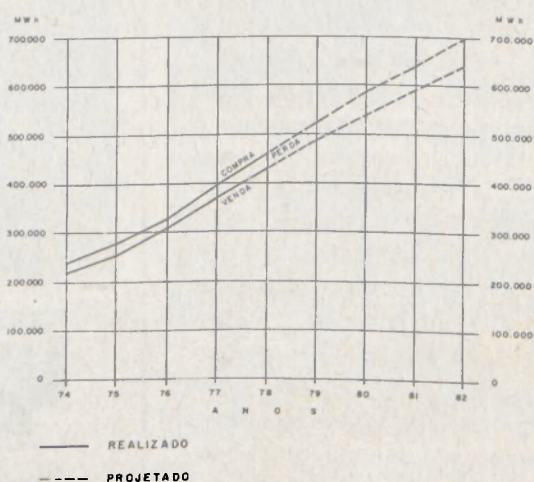
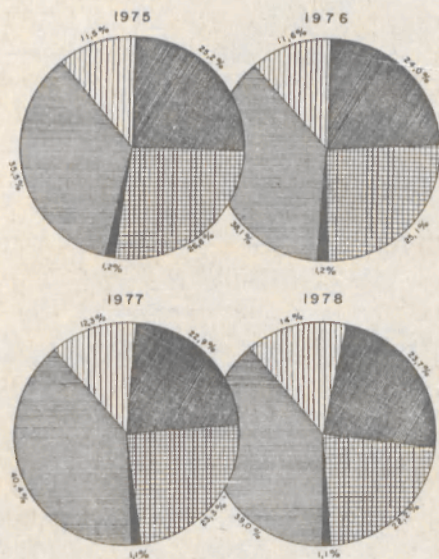


Gráfico II

COSERN

PARTICIPAÇÃO NO CONSUMO POR CATEGORIA DE CONSUMIDOR



CONVENÇÕES:

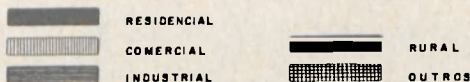
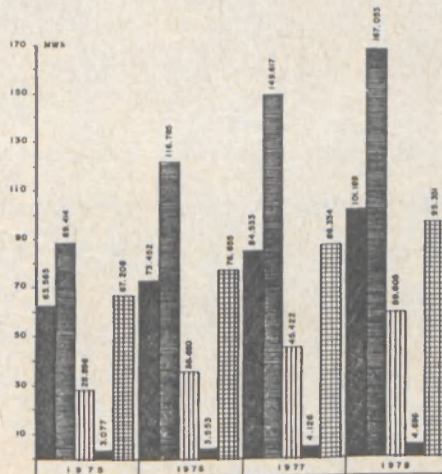


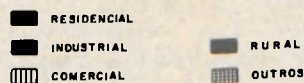
Gráfico III

COSERN

EVOLUÇÃO DO CONSUMO POR CLASSE DE CONSUMIDOR



CONVENÇÕES:



III - EXPANSÃO E MELHORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO ESTADUAL

Objetivando expandir e aumentar a confiabilidade do Sistema, a COSERN, em 1978, alocou, em investimentos, recursos da ordem de Cr\$ 151 milhões de cruzeiros, cujas características físicas especificadas a seguir, permitam uma melhor apreciação do desempenho e esforço desenvolvidos. Dentre os principais projetos implantados pela Empresa, no período de janeiro a dezembro/78, destacam-se os seguintes:

1. Subestações 69/13,8 kV

Projeto	Potencia Instalada (em 1000 kVA)	Fase em que se encontra
Ampliação da SE-Goianinha	De 2,5 para 5,0	Concluída
Ampliação da SE-Marcelino Vieira	De 1,0 " 2,5	Concluída
Ampliação e Reforma da SE-Parnamirim	De 5,0 " 10,0	Concluída, energizada em jan/79.
Ampliação da SE-São José de Mipibu	De 1,0 " 2,0	Concluída
Reforma da SE-Almino Afonso	-	Em andamento
SE-Mossoró - III	-	Em andamento. Obras civis concluídas
SE-Centro	-	Projeto Técnico concluído. Em fase de aquisição dos materiais. Idem, idem.
SE-Neópolis	-	-

Além das ampliações realizadas em 1978, a COSERN também incorporou ao seu Sistema as Subestações de 69/13,8 kV em Bom Pastor (Natal-45.000 kVA), Açú (5.000 kVA) e Santana do Matos (5.000 kVA), passando a operá-las, em lugar da CHESF, como Bens da União, sob regime de administração. Tais incorporações, aliadas às ampliações antes relacionadas, aumentaram, de 1977 para 1978, em 109% a potência instalada em subestação 69/13,8 kV sob a responsabilidade operacional da COSERN. O Quadro III retrata nossa capacidade instalada em SE's 69/13,8 kV, no período 1975 a 1978.

2. Linhas de Transmissão - 69 kV

Projeto	Características	
	Poste	Extensão (km)
1. LT-69 kV-SE-Mossoró II-SE-Grossos	300	39,50
2. LT-69 kV-SE-Mossoró II-SE-Mos. III	26	3,20
3. LT-69 Derivação para a SE-Igapó (2ª. Etapa)*	14	2,0
4. SE-Natal - SE-Centro*	57	5,4

(\*) Obra em andamento

3. Linhas de Distribuição - 13,8 kV

Foram construídas as Linhas para os Povoados de São Miguel (Mun. de S. Bento do Norte) e Carnaúba do Padre (Mun. de Pedro Velho), com implantação de 23 e 29 postes e extensão de 3,25 e 4,08 quilômetros, respectivamente.

4. Redes de Distribuição

4.1 - Povoados Eletrificados

Denominação	Município	Poste	Potencia ins talada (kVA)
1. Major Sales	Juiz Gomes	64	30
2. São Bernardo	Juiz Gomes	18	30
3. Juremal	Mossoró	51	15
4. Assunção	João Câmara	11	15
5. Urubaçu	S. G. do Amarante	13	15
6. Lagoa Limpa	Nova Cruz	19	15
7. Gargalheiras	Acarí (Distrito)	12	15
8. Juremal	S. B. do Norte	14	30
9. São Miguel	S. B. do Norte	15	15
10. Carnaúba do Padre	Pedro Velho	48	15
11. Boi Selado	Jucurutu	26	15
12. Pedrinhas	Areia Branca	13	15
13. Salva Vidua	Martins	14	15
14. Padre Cosme	São Miguel	25	30

4.2 - Conjuntos Residenciais

Denominação	Poste	Potencia ins talada (kVA)
1. Caniquê (I e II Etapas) - Açú	50	49
2. III-Distrito Naval - Natal	38	45
3. Ponta Negra (I Etapa) - Natal	349	585
4. Pirangi (I e II Etapas) - Natal (*)	1.514	1.105
5. Via de Acesso aos Conj. Jiqui e Pirangi	26	
6. Abolição (II Etapa) - Mossoró	208	210
7. Alfredo Mesquita (II Etapa) - Macaíba	18	15
8. Panatis - Natal	421	585

(\* ) A Iª Etapa está em andamento

4.3 - Ampliações de Redes de Distribuição

Projeto	Poste	Potência Inst. (kVA)
4.3.1 - Em Natal		
Bairros: Bom Pastor .....	309	645
Igapó (I, II e III Etapas) .....	487	450
Mae Luiza (II Etapa) ....	98	180
Cidade da Esperança .....	136	150
Ribeirama .....	202	1.530
Cabugi .....	67	25
Redinha (Distrito) .....	99	60
Felipe Camarão (*) .....	463	285
Sistemas de Alimentadores SE-Neópo - lis c/Interligação SE-Parnamirim...	153	-
Melhoramento c/desl. de Est. Prim., alim. NTV6, Inst. de ext. sec. e mu- dança de Luminária na av. Prudente de Moraes - Natal .....	28	-

Projeto	Poste	Potência Inst. (kVA)
4.3.2 - Em Mossoró		
Plano A - Parte III (Bairros de Alto de S. Ma- noel, Pintos, Walfrado Gurgel, Pte. Kennedy, Bair- ro do Papoco) .....	509	375
Plano A - Parte I (Bairros de Barrocos, Alto da Conceição, Pereiros e Partes do Bairro Doze anos e Centro) .....	961	1.650
4.3.3. - Demais Cidades do Interior		
Patú, Povoado de Sta. Maria (Mun. de S. P. do Potengi) , Canguaretama, S. do Matos , Sta. Cruz, M. Alegre, Povoado de Monte do Galo (Mun. de C. dos Dantas), Equador, S. João do Sabugi, S. P. do Potengi, J. do Seridó, Cel. Ezequiel, C. Corá, S. Vicen- te, S. J. do Mipibu (Elet. de do Bairro Novo) e Eduardo Gomes (Praia Recreio do Co- tovel) .....	325	145

(\*) Obra em andamento

Com utilização de recursos oriundos dos dividendos auferidos pelo Estado do Rio Grande do Norte por sua participação no Capital Social da COSEERN em 1977, foi implantado o Sistema de Distribuição da Cidade de Nova Carnaúbas e substituição de condutores na Linha de Transmissão Goianinha/Baia Formosa, com inversão de recursos da ordem de Cr\$ 3.500.000,00, tendo sido implantados 171 postes e instalados transformadores com potência total de 75 kVA.

#### 4.4 - Reformas e Melhoramentos

Além das obras acima referidas, a COSEERN executou pequenas obras de Reformas e Melhoramentos em Redes de Distribuição, extensões e aumentos de fases para melhoria do sistema e atendimentos às solicitações de consumidores. Nessas obras, que objetivavam, inclusive, o suprimento energético de reservatórios d'água (estações de bombeamento), de novas ruas, edifícios, indústrias, escolas, estações telefônicas, etc., foram implantados 1.734 postes e instalados transformadores com potência total de 3.412,5 kVA.

Projeto	Poste	Potência Inst. (kVA)
Municípios beneficiados com Reformas e/ou Melhoramentos nas Redes Elétricas		
-Angicos, S. Antonio, Natal, A. Branca, Par- lhas, Eduardo Gomes (Pirangi do Norte, Pra- ia de Cotovel), B. Formosa, S. G. do Ama- rante (RD-Sto. Antonio), S. B. do Norte (RD- Caicara do Norte), Olho D'Água dos Bor- ges, Lagoa Salgada, Alto do Rodrigues		

Projeto	Poste	Potência Inst. (kVA)
Municípios beneficiados com Reformas e/ou Melhoramentos nas Redes Elétricas		
Caicó, Ceará Mirim, Canguaretama, Acari, Currais Novos, Pau dos Ferros, S. Paulo do Potengi (Povoado de Sta. Maria), Nova Cruz		
Sub-Total .....	362	1.510,0
Pequenas Extensões e aumento de fases pa- ra atender consumidores, tais como: Reservatórios D'Água, novas ruas, Edifícios, Indústrias, TELERN, Es- colas, etc.		
Sub-Total .....	1.372	1.902,5
T O T A L .....	1.734	3.412,5

#### 5. Eletrificação Rural

Projeto	Poste	kVA	Extensão (km)	Consumidores
5.1 - Programa Integrado				
1. II Etapa do Sistema - Eletro-Rural da Lagoa de Extremoz e Margem do Rio Guagiru-Extre- moz .....	213	450	25,50	20
2. Sistema Eletro-Rural da Serra de Santana...	293	280	37,13	28
3. Sistema Eletro-Rural- Faz. Lafayette-Japecança Mun. S. José do Mipibu...	69	182	7,47	16
4. Eletrificação dos Nú- cleos Habitacionais Ru- rais do Perímetro Irri- gado - Cruzeta .....	27	30	2,48	23
5. Eletrificação dos Nú- cleos Habitacionais Ru- rais do Perímetro Irri- gado Itans-Sabuqi-Cai- cô .....	56	55	3,79	75
6. Sistema Eletro-Rural de Salva Vidas - Mun. de Martins .....	42	50	6,82	06
7. Sistema Eletro-Rural de Luiz Gomes-S. Bernar- do-Munc. de Luiz Gomes	67	120	8,50	08
8. Sistema Eletro-Rural Cel. João Pessoa-Padre Cosme-Mun. S. Miguel....	91	55	9,32	09
9. Eletrificação da Esta- ção de Bombeamento e Núcleo Habitacional do Perímetro Irrigado-Mun. de Pau dos Ferros .....	105	45	10,83	82
10. Sistema Eletro-Rural margando os Rios Pira- nhas e Seridó-Trecho "A" Jardim de Piranhas .....	301	293	43,03	08
Sub-Total .....	1.264	1.560	154,87	275
5.2 - Programa de Propriedades Isoladas				
Elet. de Diversas Propried.	167	547	16,76	77
T O T A L .....	1.431	2.107	171,63	352

(\*) Obra em andamento

6. Nos Quadros IV e V são apresentadas, em termos globais, as realizações da COSEERN ao longo do período 1979 a 1978, onde se verifica que, nesse período, foram instalados 20.405 postes, 41.169,0 kVA em RD's, 514,6 km de linhas, atendendo 634 consumidores no meio rural e acrescidos 101.500 kVA em Subestações 69/13,8 kV do Sistema.

#### 7. Origem dos Recursos para Investimento

Para execução do Programa de Investimentos, a COSEERN, além de seus recursos disponíveis, contou em 1978, com recursos de fontes específicas, como ELÉTRORRÁS, BNH, POLONORDESTE e as Quotas Estadual e Municipais do IUSE. A seguir demonstram-se as participações das fontes de financiamento nos investimentos realizados em 1978.

Fonte	Valor dos Recursos Cr\$ 1.000	%
Imposto Único s/Energia Elétrica-Quo- ta Estadual .....	45.994	17,2
Imp. Único s/Energ. Elét.-Q. Municipais	9.954	6,6
ELÉTRORRÁS .....	22.165	14,7
POLONORDESTE .....	11.375	7,5
BNH .....	7.530	5,0
B N B .....	1.030	0,7
Recursos de Terceiros .....	7.330	4,8
Auxílios p/Construção-Adiantamento	1.776	1,2
Auxílios p/Construção-Contribuição	3.819	2,5
Adiantamento p/fut. aumento d/Capital	1.735	1,1
Sub-Total .....	85.377	56,5
Recursos Próprios - COSEERN .....	65.749	43,5
T O T A L .....	151.126	100,0

(Quadro III)

#### POTÊNCIAS INSTALADAS EM SUBESTAÇÕES DO SISTEMA COSEERN - 69/13,8 kV

SUBESTAÇÕES 69/13,8 kV	POTÊNCIAS INSTALADAS EM 1000 KVA			
	1975	1976	1977	1978
PARNAMIRIM .....	2,5	2 x 2,5	2 x 2,5	2 x 5,0
São José do Mipibu .....	1,0	1,0	1,0	2,0
Ceará Mirim .....	2,5	5,0	5,0	5,0
Macau .....	5,0	5,0	5,0	5,0
Serra Vermelha .....	2,5	2,5	2,5	2,5
Caicó .....	2,5	2,5	2,5	2,5
Almino Afonso .....	1,0	1,0	2,0	2,0
Goianinha .....	2,5	2,5	2,5	5,0
Igapó .....	-	2,5	2,5	2,5
Acari .....	-	2,5	2,5	2,5
Mossoró .....	-	2 x 5,0	2 x 5,0	2 x 5,0
Marcelino Vieira .....	-	-	1,0	2,5
Seridó (*) .....	-	2 x 6,0	2 x 6,0	2 x 6,0
Itapetinga (*) .....	2 x 3,0	2 x 3,0	2 x 3,0	2 x 3,0
Natal .....	-	-	-	45,0
Açu .....	-	-	-	5,0
Santana do Matos .....	-	-	-	5,0
T O T A I S .....	25,5	57,5	59,5	124,5

(\*) SE's Particulares que fazem parte do Sistema COSEERN



Síntese das Realizações de Obras

em 1 9 7 8

(Quadro IV)

Programa	Características			Consumidores
	Postos	Potência (kVA)	Comprimento (km)	
1. Subestações 69/13,8 kv	-	10.000	-	-
2. Linhas de Transmissão-69 kv	40	-	50,10	-
3. Linhas de Distribuição-13,8 kv	144	-	36,91	-
4. Redes de Distribuição	6.707	1.842,5	-	6.160
4.1 - Novas Áreas	3.330	3.005,0	-	6.160
4.2 - Ampliações	3.645	5.425,0	-	5.200
4.3 - Melhoramentos	1.734	3.412,5	-	650
5. Eletrificação Rural	1.431	2.107,0	171,63	352
5.1 - Programa Integrado	1.264	1.360,0	154,87	275
5.2 - Programa de Prop. Isoladas	167	547,0	16,76	77
5. Execução de Ordens de Trabalho	187	3.648,0	-	-
<b>T O T A I S</b>	<b>10.872</b>	<b>17.597,5</b>	<b>258,64</b>	<b>12.185</b>

Realizações no Período 1975 - 1978

(Quadro V)

Item	Ano				TOTAL
	1975	1976	1977	1978	
Quantidade de Postos Impl.	2.634	2.319	4.529	10.872	20.405
Potência Instalada em RD's (kVA)	2.403,0	8.122,5	12.755,5	17.597,5	41.169,0
Extensão de Linha (km)	129,0	7,0	120,0	258,6	514,6
Consumidores Rurais atendidos	86	92	104	352	634
Potência adicional incorporada ao sistema de SE's 69/13,8 kv (em kVA)	2.500	32.000	2.000	65.000	101.500

IV - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA

Em 1978, a COSERN desembolsou recursos da ordem de MCr\$ 31.049 com materiais e serviços aplicados na manutenção do seu Sistema de Transmissão e Distribuição, registrando-se uma elevação de 48,0% comparado com o valor das despesas dessa mesma rubrica no ano de 1977 (McR\$ 20.982).

1 - Sistema de Distribuição

Visando atingir uma melhor qualidade e continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica, a Empresa dedicou atenção especial à realização de manutenções preventivas, consequindo dessa forma obter uma sensível redução nas interrupções de energia.

Deu-se prosseguimento a um vasto programa de roço de faixas das LT's, iniciado em 1977, totalizando no exercício em análise 1.877 km de linhas em 13,8 kv, a um custo final de Cr\$2.242.731,00. Foram recuperados 2.740 km de linhas de transmissão, que representaram um incremento de 470% comparado com o realizado em 1977 (480 km).

No que concerne à operação do Sistema, a COSERN aprofundou-se na avaliação do seu desempenho, promovendo o levantamento de diagramas unifilares das Linhas de Distribuição, a partir das Subestações. Com base nesse levantamento, iniciou-se o estudo de coordenação da proteção, com vistas a elevar a confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia. Em decorrência, foram re formuladas as proteções dos subsistemas derivados das Subestações de Parnamirim, Almino Afonso, Currais Novos, Goianinha e Marcellino Vieira.

Além disso, foram instalados religadores automáticos (importados) nas Subestações de Bom Pastor e Parnamirim e bancos de capacitores de 600 KVAR e 1.800 KVAR, respectivamente, nas Subestações de Marcelino Vieira e Parnamirim, conferindo ao suprimento energético uma maior eficiência.

1.1 - Manutenção das Redes de Distribuição de Natal e Mossoró.

Objetivando obter-se maior continuidade no suprimento de energia à Capital, onde se registravam com certa frequência desligamentos imprevistos, provocando a natural insatisfação dos consumidores, a Empresa procurou-se realizar uma análise detalhada das principais causas desses desligamentos, com vistas a concentrar-se as necessárias medidas preventivas. Concluída a análise, verificou-se que a maior incidência de defeitos ocorridos na Rede de Distribuição era devida ao contacto de galhos de árvores com os condutores energizados. A única turma de poda da Empresa era insuficiente para eliminar essas ocorrências com a presteza que se fazia necessária. Impossibilitados de promover o aumento de empregados, em face das limitações de ordem legal, recorreu-se à contratação de serviços de poda para a firma em preteiras, com a devida ciência e coordenação COSERN/Prefeitura. No período de abril a julho de 1978, foi realizada a poda de 5.300 árvores, com desembolso de Cr\$225.756,00, obtendo-se uma sensível redução nas interrupções de energia.

A equipe de Prontidão de Luz atendeu em 1978 a 9.970 solicitações de consumidores em Natal e 2.689 em Mossoró, intervirindo prontamente na eliminação de defeitos que afetavam o fornecimento de energia a consumidores.

Promoveu-se uma renovação de toda a frota de viaturas do Prontidão de Luz, tendo decorrido dessas providências sensíveis melhorias nas condições de trabalho e operacionalidade dos serviços. Visando a dotar, até o ano de 1979, aquele centro de complexidade e importância do sistema elétrico da Capital, estão sendo selecionados eletrotécnicos para participarem de um treinamento específico a ser promovido pela ELETROBRÁS.

A equipe de Iluminação Pública executou 26.745 tarefas, dentre as quais destacam-se a substituição de 9.160 lâmpadas em Natal e 3.330 em Mossoró, 1.561 relés, 308 reatoras, 2.893 fios de luminárias e 5.980 fusíveis. Foram adquiridas duas novas viaturas, equipadas com escadas giratórias, especialmente projetadas para esse serviço, daí resultando uma substancial melhoria na iluminação pública.

2 - Sistema de Transmissão

Fatos relevantes marcaram o exercício de 1978, no que concerne ao Sistema de Transmissão operado pela COSERN. Dentre eles merece maior destaque o recebimento já referido das Subestações 69/13,8 kv de Bom Pastor, Santana do Matos e Açú. Essa absorção suscitou uma reformulação na estrutura do Departamento de Operação da Transmissão, mediante a avaliação e redimensionamento dos recursos materiais e humanos, de forma a adaptá-los às novas dimensões do sistema, com introdução de novas técnicas e sistematizações de atuação. Foi dada ênfase à formação e reciclagem do pessoal envolvido na operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão em 69 kv. A partir de abril/78, foram iniciadas as atividades de controle e supervisão da operação do Sistema de Transmissão da COSERN, com o estabelecimento de um Despacho de Carga Central. Essa iniciativa redundou em reais benefícios à operação do sistema, tornando mais rápidas as manobras operacionais, sem prejuízo da segurança dos que a executam. Em busca de novas técnicas que aumentassem a eficiência operativa, recorreu-se à contribuição de órgãos externos com "know how" capaz de ser absorvido pela COSERN. Integrando-se ao GIT-Grupo de Intercâmbio Técnico, organismo idealizado pela ELETROBRÁS para, sob sua coordenação e supervisão, transferir experiências, desenvolvidas no âmbito das empresas do setor elétrico nacional, a outras empresas onde sua aplicação representasse uma contribuição valiosa. Conseguiu-se, contando com instrutores da CESP e CEMIG, sob orientação técnica de engenheiro de FURNAS, formar, no período de junho a setembro, uma equipe de eletriciatas para trabalhar em linha energizada de 69 kv, que, já em outubro de 1978, dava início a suas atividades na Empresa. Em que pese ao elevado custo da implantação do projeto, da ordem de Cr\$ 1.000.000,00, compreendida nesse valor as despesas com aquisição de equipamentos específicos, inclusive viatura e reboque, os resultados já alcançados, do ponto de vista econômico e de imagem da empresa, traduzem o acerto da iniciativa. Dentro do mesmo objetivo, o GIT vem também sendo utilizado no projeto de implantação de serviços de manutenção em linhas de transmissão e subestações, que visa dotar a COSERN de uma estrutura compatível com a atual dimensão do seu sistema. Além disso, o envolvimento com transformadores de força de peso acima de 5.000 kg passou a exigir a prática de técnicas mais seguras, fora do domínio das equipes de manutenção da COSERN. Na superação desse obstáculo, recorreu-se à CENELPE que, através de sua equipe especializada, pôs em prática em uma subestação da COSERN o método conhecido por "fogueira". Este método, bastante difundido em outras concessionárias do país, passou a ser aplicado na COSERN, tão logo foram adquiridos os equipamentos que se faziam necessários, já nos possibilitando o gerenciamento de vários transformadores entre nossas Subestações 69/13,8 kv.

Embora as atividades de manutenção e operação do Sistema de Transmissão tenham se desenvolvido de maneira mais satisfatória em 1978 do que nos anos anteriores, não se chegou a atingir o nível de eficiência pretendido, em virtude do precário estado de funcionamento do atual sistema de telecomunicações. Entretanto, é importante ressaltar que, desde 1977, a COSERN, devidamente assessorada pela Eletrobrás, vem-se empenhando no estabelecimento de novos sistemas de tele-rádio que atendam às suas reais necessidades. Ocorre que alguns imprevistos, dentre eles, a demora na liberação das frequências pelo Dentel, concorreram para atrasar o cronograma de implantação.

O novo sistema consistirá de 19 equipamentos HF/SSB e 39 equipamentos de VHF, que estão sendo, respectivamente, adquiridos à INTRACOM e à UNITEL; sua alocação às diversas regiões far-se-á conforme indicado no mapa anexo.

Excluindo-se as despesas com estruturas e torres para sustentação das antenas, os dois sistemas custarão à COSERN Cr\$..... 3.874.318,00, já havendo sido desembolsado a importância de Cr\$ 1.296.542,90.

Por outro lado, a COSERN vem ativamente participando, junto com as demais Empresas de Eletricidade do Nordeste, dos estudos que estão sendo desenvolvidos sob a coordenação da ELETROBRÁS, visando dotar as Empresas participantes de um adequado sistema regional de telecomunicações.

2.1 - Manutenção de Linhas de Transmissão

Com a entrada em atividade da equipe de manutenção da linha energizada em 69 kv, acentuaram-se as intervenções de caráter preventivo nas linhas de transmissão, reduzindo-se a

perda de receita decorrente dos desligamentos acidentais com a consequente melhoria da continuidade do serviço e elevação do conceito da Empresa perante os seus consumidores. Em 1978, foram substituídos 1.034 isoladores, visando prevenir as interrupções do fornecimento de energia, a saber:

Linhas de Transmissão-69 kv	Isoladores Substituídos
São José do Mipibu/Goianinha	269
Catolé do Rocha/Marcelino Vieira	39
" " /Almino Afonso	40
Currais Novos/Açari	30
Acari/Caicó	30
Mossoró/Itapetinga	247
Açú/Mossoró	130
Mossoró/Serra Vermelha	249

2.2 - Manutenção de Subestações

Obedecendo sistemática aprovada pelo Comitê Coordenador das Operações do Nordeste (CCON), foi realizada, durante o ano de 1978, manutenção em todas as subestações que integram o Sistema COSERN, prevenindo-se, desta forma, desligamentos acidentais por defeitos nos seus vários equipamentos.

Convém esclarecer que as interrupções decorrentes dos desligamentos nas subestações, embora tenham crescido no presente exercício em relação ao de 1977, refletem uma imagem positiva, posto que se referem a intervenções preventivas, realizadas em dias não úteis, requeridas pela necessidade de preservação da imunidade dos equipamentos.

#### V - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

##### 1. Capital Social

No exercício de 1978, ocorreram dois aumentos no Capital Social da Empresa. O primeiro deu-se pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1978, no valor de Cr\$ 48.868.408,00, com a emissão de 48.542.014 ações ordinárias e 326.394 ações preferenciais, passando o Capital Social de Cr\$ 167.683.459,00 para Cr\$ 216.551.867,00. Esse aumento foi efetivado mediante a utilização dos recursos oriundos das quotas Estadual e Municipais do Imposto Único sobre Energia Elétrica, Recursos de Terceiros (Eletrificacão Rural) e Reversão da Dividendos do Governo do Estado.

O segundo aumento de Capital ocorreu pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 1978, no valor de Cr\$ 2.678.812,00, convertido no total em ações ordinárias, ficando o Capital da COSEERN, em 31.12.78, no valor de Cr\$ 219.230.679,00. Esse aumento foi efetivado com a utilização de Reversão de Dividendos e Convênios da SUDENE.

O Capital Social da COSEERN ficou assim distribuído: 177.556.688 ações ordinárias e 41.673.991 ações preferenciais, ficando o Governo do Estado com 71,8% das ações ordinárias e 41,1% das ações preferenciais.

##### 2 - Evolução do Ativo Imobilizado

Ano	Composição			TOTAL
	Bens e Inst. Outras Prop.	Correção Monetária	Provisão p/ Depreciação	
1975	128.416.130	76.510.493	17.923.442	187.003.181
1976	151.243.369	124.046.129	27.936.362	247.359.135
1977	188.740.645	213.563.877	46.995.111	355.309.371
1978	258.261.486	569.756.011	159.837.718	668.179.773

##### 3 - Tarifas

As tarifas de venda de energia são majoradas por Portarias do DNAAE, órgão do Ministério das Minas e Energia, no final de cada exercício, para serem aplicadas durante todo o exercício seguinte.

Para os Consumidores do Grupo "B" - baixa tensão - são fixadas taxas mínimas de consumo mensal, segundo o tipo de ligação:

- monofásica - 30 kWh
- bifásica - 50 kWh
- trifásica - 100 kWh

São concedidos descontos especiais aos Consumidores rurais e residenciais. Aos consumidores rurais abastecidos e faturados em alta tensão é concedido um desconto de 10% nas tarifas de consumo e de demanda. Os consumidores residenciais têm um desconto de 30% nos primeiros 30 kWh de consumo.

É concedida aos consumidores das Classes Rural, Serviços Públicos de Água, Esgoto e Saneamento e Irrigação supridos em alta tensão, a opção por tarifas normais do Grupo "A", com desconto no componente de demanda, desde que reduzam sua demanda de potência nas horas de ponta do sistema da Empresa, comprometendo esse a ser firmado com a Concessionária através de Contrato de Fornecimento.

O fornecimento de energia elétrica a panificadoras ligadas em baixa tensão, que empreguem fornos exclusivamente elétricos e que reduzam em pelo menos 50% a demanda de potência de suas instalações em período de até 4 horas diárias, é efetivado com tarifa especial, fixada em Cr\$ 700,00 por 1.000 kWh (tarifa com vigência a partir de 19.01.79).

##### 4 - Investimentos realizados - 1975 - 1978

Especificação	Custo Histórico			
	1975	1976	1977	1978
1. Instalações de Transmissão	7.986	7.359	3.597	2.814
Subestações	668	3.754	819	19
Linhas de Transmissão	7.318	3.605	2.778	2.795
2. Instalações de Distribuição	14.054	15.506	30.249	62.791
3. Instalações Gerais	385	49	3.651	6.115
4. Materiais em Almoarifado para Investimentos	(2.979)	2.320	14.736	20.690
5. Obras em Andamento	(4.588)	1.662	13.051	56.559
6. Adiantamentos a Fornecedores	-	-	5.596	2.157
TOTAL	14.858	26.896	70.880	151.126

##### 5 - Desempenho Econômico

Indicadores	Em Cr\$ 1.000				Variação %		
	1975	1976	1977	1978	75/76	76/77	77/78
Passivo Circulante Exigível de Longo Prazo	43.651	53.042	89.979	162.967	21,51	69,64	81,12
Ativo Circulante Realizável de Curto Prazo	102.098	133.065	154.379	263.781	30,33	16,02	70,87
Realizável de Curto Prazo	60.686	75.201	115.106	207.968	23,75	53,27	80,68
Realizável de Longo Prazo	54.673	67.915	104.350	194.524	24,22	53,65	86,41
Disponibilidade Patrimônio Líquido	14.064	11.605	15.611	17.233	(17,46)	34,47	10,39
Imobilizado Líquido	6.013	7.186	10.756	13.444	19,51	49,68	24,99
Receita de Operação	94.451	153.343	238.389	468.057	62,35	55,46	96,34
Despesa de Operação	204.726	248.327	317.046	668.179	35,95	13,91	110,75
Recurso da Reserva Global	86.961	125.562	214.593	339.675	44,39	70,91	58,29
Lucro do Exercício	70.301	97.091	172.107	254.956	38,11	77,26	48,14
Lucro do Exercício	14.403	3.729	16.292	36.223	(74,11)	336,90	122,34
Capital Circulante	14.854	5.118	28.573	40.198	(65,54)	458,28	40,68
Adiantamento p/futuro Aumento Cap.	17.035	22.059	25.127	45.001	29,49	13,91	79,09
Imobilizações em Curso	43.631	32.211	55.168	83.518	(26,17)	71,27	51,39
Imobilizações em Curso	4.355	6.633	19.245	82.144	52,31	190,14	326,83

#### 6 - Índices Econômico-Financeiros

1. LIQUIDEZ				
Liquidez Corrente	1,39	1,42	1,28	1,27
Liquidez Imediata	0,14	0,14	0,12	0,08
Liquidez Geral	0,51	0,47	0,53	0,52
2. ENDEVIMENTO				
Sobre o Patrimônio Líquido				
Endividamento Total	1,06	1,00	0,83	0,83
Endividamento Curto Prazo	0,32	0,29	0,31	0,32
Endividamento Longo Prazo	0,74	0,72	0,53	0,51
Sobre Imobilizado				
Endividamento Total	0,70	0,65	0,73	0,57
Cobertura dos Encargos Financeiros	3,43vezes	1,63vezes	5,53vezes	3,90vezes
3. COMPOSIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS				
Participação de Cap.Próprio	48,65%	49,93%	54,57%	56,40%
Participação de Terceiros	51,35%	50,07%	45,43%	43,60%
4. IMOBILIZAÇÃO				
Imobilização Total	151,42%	153,57%	114,56%	145,50%
5. LUCRATIVIDADE				
Relação Operacional	80,84%	77,33%	74,54%	67,80%
Retorno do Investimento	10,00%	6,04%	11,48%	9,48%
Rentabilidade do Patr.Líquido	15,73%	3,34%	11,99%	8,59%
Valor Patrimonial da Ação	Cr\$ 1,54	Cr\$ 1,56	Cr\$1,42	Cr\$2,13
Lucro Disponível por Ação	Cr\$ 0,24	Cr\$ 0,06	Cr\$0,17	Cr\$0,18
Dividendos por Ação	Cr\$ 0,08	Cr\$ 0,06	Cr\$0,07	Cr\$0,07

#### 7 - Outros Indicadores Significativos

Indicadores	Anos			
	1975	1976	1977	1978
-Número de empregados em 31 de dezembro	1.130	1.079	1.217	1.244
-Relações Básicas				
..no total de consumidores	99.662	114.106	127.085	148.009
..no de consumidores residenciais	83.863	96.270	107.526	126.421
-Consumo médio de energia Residencial (kWh/mo Consumidor)	758	763	786	800
-Consumo médio p/Consumidor no Estado (kWh/mo Consumidores)	2.530	2.682	2.885	2.865
-Média de consumidores atendidos por empregado	88	106	104	119
-Média da Energia vendida por empregado (kWh/empregado)....	223.154	284.466	301.308	340.924

#### Evolução do Capital Social - 1975/78

Acionista	1975		1976		1977		Quadro VI 1978	
	NO	NO AÇÕES	NO	NO AÇÕES	NO	NO AÇÕES	NO	NO AÇÕES
Governo do Estado	28.075.106	45,6	62.201.114	63,5	105.433.246	62,9	144.663.273	66,0
ELETROBRÁS	6.994.211	11,4	6.994.211	7,1	11.789.970	7,0	11.789.970	5,4
SUDENE	7.974.967	13,0	7.974.967	8,1	14.081.203	8,4	16.760.015	7,6
Prefeituras	17.098.331	27,8	19.460.182	19,9	33.851.223	20,2	43.163.231	19,7
Outros	1.382.526	2,2	1.382.526	1,4	2.527.817	1,5	2.854.190	1,3
TOTAL	61.525.141	100,0	98.013.000	100,0	167.683.459	100,0	219.230.679	100,0

#### VI - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

##### 1. Pessoal

###### 1.1 Número de Empregados

Após o final do exercício de 1978, a COSEERN contava com 1.244 empregados, número prestabeleido pelo DNAAE. E de se passar tar que esse número, inicialmente fixado em 1.217, idêntico a número estabelecido para dezembro de 1977, foi elevado por autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, à vista de Exposição de Motivos apresentada pela Diretoria da COSEERN, através do Ofício nº 100/PR/78, pleiteando a elevação desse teto para fazer face à operação das Subestações de Bom Pastor (Natal), Santana do Matos e Água, de propriedade da União, incorporadas ao Sistema da COSEERN, sob regime de administração especial, a partir de maio/1978.

###### 1.2 Concessão de Estágios

A COSEERN, no exercício sob análise, deu continuidade ao programa de Integração Escola/Empresa, preconizado pela Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, concedendo estágio a 93 (noventa e três) alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFRN e outras escolas do sistema estadual de educação, mantenedoras de cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus.

###### 1.3 Capacitação de Pessoal

Constituiu-se permanente preocupação da Diretoria o aprimoramento do Quadro de Pessoal da Empresa, com promoção de cursos, estágios e seminários, tanto na área técnica como na área administrativa. Para o sucesso da sua política de capacitação de pessoal, a COSEERN, além dos seus recursos humanos e materiais, contou com a inestimável colaboração da ELETROBRÁS e de outras organizações especializadas em formação de pessoal, dentre as quais destacam-se o SENAI e o SENAC.

Em relação ao ano de 1977, aumentou em 25,4% a carga horária dos treinamentos realizados em 1978, com um acréscimo de 103,3% no nível de investimentos em capacitação de recursos humanos, conforme demonstrado no Quadro VII.

Em 1978, foi alugado à Arquidiocese de Natal um prédio localizado no Bairro das Quintas, para o qual, dentre outras instalações da Empresa, foi transferido o Centro de Treinamento. Em virtude dessa transferência, o Centro de Treinamento aumentou sua área disponível para 283m<sup>2</sup>, passando a contar com 03 salas de aula, salas para Instrutores, Administração, Secretaria, Almoxarifado e um dormitório com 28 leitos. A área anteriormente ocupada era de 120m<sup>2</sup>, e contava com 02 salas de aula, salas de Administração, Secretaria e Almoxarifado.

#### 1.4 Ascensão Funcional

A constante preocupação com recursos humanos levou a Empresa, a partir de 1977, a estabelecer e aplicar critérios na promoção de pessoal com base em avaliações de desempenho funcional e dentro dos limites estabelecidos pelo DNAEE. Em 1977 e 1978 foram praticamente promovidos todos os empregados com mais de dois anos de Empresa, sendo que, dos empregados promovidos, 65% o foram por antiguidade e 35% por merecimento.

Sempre que houve abertura de vagas, procurou-se preencher as mesmas com caráter prioritário através de seleção interna, possibilitando-se aos empregados ascenderem a novas classes, progredindo funcionalmente na Empresa.

Em decorrência das medidas postas em prática pela Administração, o salário médio dos empregados teve, em 1978, um crescimento de 48,82%, tendo apresentado a seguinte evolução nos últimos quatro anos:

Salário médio (Cr\$)	1975	1976	1977	1978
	1.482	2.058	2.894	4.307

#### 1.5 Assistência aos Empregados

Em convênio com a Caixa Econômica Federal e com outras instituições foi prestada assistência financeira aos empregados, tendo sido, para esse fim, movimentados créditos no total de Cr\$ 2.043.895,92. A Empresa concedeu também aos empregados financiamentos no montante de Cr\$ 526.810,87 para aquisição de medicamentos, equipamentos de correção visual, cobertura de despesas hospitalares, etc.

Continuaram a ser executados os serviços de assistência médica, odontológica e social, tendo sido iniciado, a partir do exercício em análise, o serviço de expedição e revalidação do cartão de identidade de beneficiários para fins de assistência médica do empregado e seus dependentes junto ao INAMPS.

Em 1978, houve os seguintes desembolsos com encargos sociais e salários indiretos:

	1977	1978	%
I N P S .....	6.326	8.988	42,1
F G T S .....	3.549	4.736	33,4
P A S E P .....	1.330	2.168	63,0
Prêmio Aposentadoria .....	395	337	(14,7)
Seguro Acidente Trabalho .....	949	1.480	55,9
Complementação do Aux.Doença .....	273	260	(4,8)
Gratificação de Férias .....	566	728	28,6
Participação Estatutária .....	1.788	5.641	215,5
Salário Família .....	1.650	2.368	43,5
Seguro de Vida em Grupo .....	25	142	468,0
Bolsa de Estudo .....	50	454	808,0
Auxílio Funeral .....	10	13	30,0

Em 1977, a COSERN optou pela aplicação do Salário Educação, mediante distribuição de 70 Bolsas de Estudo e 72 Indenizações para um total de 142 dependentes. Em 1978, foram distribuídas 300 Bolsas de Estudo e 164 Indenizações, atingindo-se, portanto, nesse exercício, o total de 464 dependentes.

Para 1979, prevê-se a distribuição de 615 Bolsas de Estudo e 380 Indenizações a Empregados e dependentes, totalizando 995 beneficiários.

Teve atuação dinâmica o Serviço de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. No que tange a Medicina do Trabalho, conforme Quadros abaixo, foram efetuados, em 1978, 8.256 atendimentos médicos e 3.252 atendimentos de enfermagem.

#### A T E N D I M E N T O M É D I C O

Discriminação	Nº de Pacientes
Consultas de Empregados .....	5.789
Atendimentos de Urgência .....	17
Exames Pre-Admissionais .....	216
Atendimento a acidentados .....	52
Atendimentos Domiciliares .....	18
Encaminhamento a Perícia Médica ..	101
Atestados Visados .....	299
Atestados Emitidos .....	1.138
Encaminhamento a Fisioterapia .....	32
Emissão de Guias Externas p/Médico ..	594
T O T A L .....	8.256

#### A T E N D I M E N T O D E E N F E R M A G E M

Discriminação	Nº de Pacientes
Administração de Medicamentos .....	2.275
Aplicação de Injeções .....	615
Curativos .....	1362
Vacinação .....	3252
T O T A L .....	3.252

O Serviço de Segurança do Trabalho deu continuidade às atividades de Treinamento de Pessoal para prevenção de acidentes, distribuição de materiais, fiscalização, análise de acidentes, elaboração de normas e coordenação das atividades das CIPAS, tendo em 1978 participado de reuniões do GRIDIS, em Fortaleza e Recife, e do III SSMT em Salvador, além da Reunião do Conselho Deliberativo do GRIDIS/Brasília.

#### 2. Compras

Em 1978, foram efetuadas compras no valor de MCr\$162 contra MCr\$ 67 em 1977, destinadas a suprir as necessidades de operação, melhorias e expansão do Sistema. Desse montante, apenas MCr\$ 86 foram efetivamente recebidos pelo Almoxarifado, sendo o restante transferido para o exercício seguinte. A COSERN assinou contrato de prestação de serviços com a CAEEB-Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, objetivando a administração do processamento de parte das compras de materiais e equipamentos, no país e no exterior, para serem aplicados na Construção de Subestações. Durante o exercício em causa, foram efetuadas compras no montante de MCr\$ 36.406, com recebimento de materiais equivalentes a MCr\$ 19.332 e um saldo de 1977, de MCr\$ 7.242.

Ainda neste exercício, registrou-se a transferência do Almoxarifado de Materiais pesados para o terreno de propriedade da Companhia em Neópolis e iniciada a construção de um galpão para guarda do estoque de materiais leves e instalação do pessoal burocrático da Divisão de Almoxarifado.

#### 3. Transportes

Prosseguiu, em 1978, o programa de renovação da frota de veículos, com a aplicação de Cr\$ 2.974.178 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e oito cruzeiros), sendo adquiridas com esses recursos 21 novas unidades. No mesmo período, foram alienadas 15 viaturas consideradas inaservíveis.

Em dezembro de 1977, a frota de veículos em serviço era de 94 unidades e, no final de 1978, contava-se com 98 unidades.

No exercício ora findo a frota de veículos da Empresa registrou os seguintes resultados:

- Para veículos movidos à gasolina, foram rodados 2.132.223 km (1.930.400 km em 1977), com um consumo de 483.829 litros de combustível (420.651 litros em 1977), resultando numa média de 4,41 km/litro (4,59 km/litro em 1977).
- Para veículos movidos à óleo diesel, o resultado foi de 239.561 km rodados (167.044 km em 1977) e um consumo de 58.772 litros de óleo (para 43.679 litros em 1977), obtendo uma média de 4,08 km/litro (3,82 km/litro em 1977).

#### 4. Sistemas e Métodos

Tiveram sequência, no ano, os trabalhos desenvolvidos pela ASM, utilizando os recursos disponíveis na Empresa, visando agilizar a execução de tarefas, tornando o processo mais rápido e econômico.

Em 1978, foram desenvolvidos e implantados o Sistema de Estatística de Consumo - SYSEPC e o Sistema de Controle do Empréstimo Compulsório - SYSECC, além da ampliação de sistemas anteriormente desenvolvidos, bem como foram adaptados para o computador utilizado pela COSERN (Burroughs B-3.500) uma série de programas de aplicações técnicas, dentre os quais destacam-se os seguintes: Alocação de Capacitores em RD's, Média Móvel Centrada, Cálculo de queda de Tensão, Cálculo de correntes de curto-circuito, Cálculo de Parâmetros das Linhas de Transmissão, Análise de Sistema de Controle de Recebimento de Contas de Energia (em desenvolvimento) e Cálculos de fluxos de potência.

A intensificação das atividades de processamento de dados na Empresa pode ser medida pelo aumento do volume de cartões perforados e conferidos que foi da ordem de 54% em relação ao ano anterior, e pelo aumento da utilização de horas de computador, que cresceu em 61% sobre os quantitativos de 1977.

#### TREINAMENTOS REALIZADOS 1977-78

Quadro VII

Órgão	Participações		Carga Horária		Custos Diretos (Cr\$.1.000)				
	1977	1978	1977	1978	1977	1978			
COSERN	181	140	(22,7)	2.661	2.487	(6,5)	370	824	122,7
ELETOBRÁS	19	22	15,8	3.157	3.694	17,0	231	339	46,7
OUTROS ÓRGÃOS	114	120	5,3	865	2.232	158,0	58	177	205,2
T O T A L	314	282	(10,2)	6.683	8.413	25,9	659	1.340	103,3

#### VII - AGRADECIMENTOS

Em final, cumpre à Diretoria registrar seus agradecimentos ao Governo Estadual, através da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, às autoridades federais, especialmente ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, à ELETOBRÁS e suas subsidiárias e associadas, aos empregados da Empresa, bem como a todos quantos prestaram alguma parcela de colaboração para o cumprimento da honrosa tarefa administrativa com que foi distinguida.

Natal, 14 de março de 1979.

*Capitão Alves da Nobrega*  
Diretor Presidente

*Francisco Walter F. Nogueira*  
Diretor de Operações

*Mário Camboir Coutinho*  
Diretor Financeiro

*Darlan Nobrega de Farias*  
Diretor de Planejamento

*Mário Marques*  
Diretor Administrativo

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

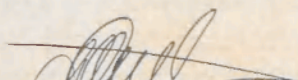
<u>ATIVO</u>			
<b>ATIVO CIRCULANTE:</b>			
DISPONIBILIDADES- Caixa e bancos		13.444	
CRÉDITOS, VALORES E BENS ATÉ 1 ANO			
Contas a receber - consumidores	97.374		
Obrigações a receber e devedores diversos	12.821		
Contas a receber - materiais e serviços	14.739		
Outros créditos	2.450		
Menos: Provisão para devedores duvidosos	3.182		
	-----		
Subtotal	124.202		
Almoxarifado	53.146		
Cauções e depósitos vinculados	13.570		
Desativações em curso	163	191.081	
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		3.443	
		-----	
Total do ativo circulante		207.968	
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:</b>			
CRÉDITOS, VALORES E BENS REALIZÁVEIS APÓS 1 ANO			
Quota de reserva global de garantia a receber (nota 5)	8.194		
Obrigações e empréstimos a receber	2.175		
Títulos de renda	242		
FGTS conta empresa	6.622	17.233	
		-----	
ATIVO PENDENTE:			
INVESTIMENTOS-			
Participação societária		2.799	
ATIVO IMOBILIZADO (nota 3)- Bens e instalações			
Terrenos	16.956		
Edificações, obras civis e benfeitorias	298.061		
Máquinas e equipamentos	480.514		
Veículos	16.024		
Móveis e utensílios	16.462		
	-----		
Subtotal	828.017		
Menos: Depreciação acumulada	159.838		
	-----		
Subtotal	668.179		
Imobilizações em curso	82.144	750.323	
		-----	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>978.323</b>	
		=====	

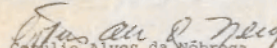
<u>PASSIVO</u>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE:</b>			
OBRIGAÇÕES VENCÍVEIS ATÉ 1 ANO- Fornecedores		54.755	
Folha de pagamento, tributos e contribuições sociais		6.769	
Contas a pagar		6.782	
Encargos de dívida		1.307	
Empréstimos e financiamentos (nota 4)			
Em moeda nacional		30.625	
Em moeda estrangeira		3.757	
Distribuição de lucros, dividendos e participações		43.841	
Outras obrigações		15.131	
		-----	
Total do passivo circulante		162.967	
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>			
OBRIGAÇÕES VENCÍVEIS APÓS 1 ANO- Empréstimos e financiamentos (nota 4)			
Em moeda nacional	116.960		
Em moeda estrangeira	31.487		
Créditos vinculados à concessão			
Reserva para reversão (nota 5)	2.663		
Auxílio para construção	53.128		
FGTS conta empresa	6.617		
Outras obrigações	5.078		
Obrigações especiais	47.848	263.781	
		-----	
CRÉDITOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
Adiantamentos e outros créditos		83.518	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>			
CAPITAL SOCIAL - 177.556.688 ações ordinárias e 41.673.991 ações preferenciais de um cruzeiro cada, totalmente subscritas e integralizadas (nota 6)		219.231	
RESERVAS DE CAPITAL-			
Correção monetária do capital integralizado	79.442		
Correção monetária do ativo imobilizado	112.050		
Outras reservas de capital	9.663	201.155	
RESERVAS DE LUCROS-			
Reserva legal	7.410		
Reserva estatutária (nota 7)	1.961		
Reserva para contingências (nota 8)	13.527		
Outras reservas de lucros	4.771	27.669	
LUCROS ACUMULADOS		20.002	
		-----	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>978.323</b>	
		=====	

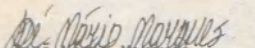
As notas explicativas anexas são parte integrante deste balanço.

Reconhecemos a exatidão do presente balanço, somando a importância de Cr\$ 978.323 (Novecentos e setenta e oito, trezentos e vinte e três milhares de cruzeiros).

Natal, 14 de março de 1979

  
Marilene Cambaia Coutinho  
Diretor Financeiro-CPF 011708804-87

  
Estelito Alves da Nobrega  
Diretor Presidente-CPF 005907704-20

  
José Mario Marques  
Diretor Administrativo-CPF 00468827-04

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

**(1) SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

**(a) Apresentação das Demonstrações Financeiras-**

O Decreto nº 82.962, de 29 de dezembro de 1978, estabeleceu o novo plano de contas para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica. A aplicação desse plano de contas é obrigatória a partir de 1º de janeiro de 1979, sendo facultativa no exercício de 1978 para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia optou pela aplicação desse plano de contas, na extensão praticável. As demonstrações financeiras deste exercício foram elaboradas também sob os efeitos das mudanças nas práticas contábeis decorrentes da nova legislação, tendo renunciado à apresentação de demonstrações financeiras comparativas. De acordo com a lei das sociedades por ações, as demonstrações financeiras comparativas são obrigatórias a partir do próximo exercício.

**(b) Atualizações Monetárias-**

As demonstrações financeiras anexas refletem as seguintes atualizações monetárias de ativos e passivos:

- I. Correção monetária das contas de ativo permanente e patrimônio líquido com base em índices que refletem os efeitos da inflação até a data do balanço, obtidos através da variação do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
- II. Atualização dos empréstimos e financiamentos em função das taxas de câmbio ou dos índices de correção monetária previstos nos respectivos contratos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço.
- III. As contrapartidas das atualizações acima descritas, estão consignadas, para o ano de 1978, na demonstração de resultado, como receitas ou encargos do exercício. O resultado de correção monetária especial do ativo permanente, consignado no patrimônio líquido.

**(c) Almoxarifado-**

Os itens componentes do almoxarifado estão avaliados ao preço médio de aquisição.

**(d) Ativo Imobilizado-**

É avaliado ao custo, o qual é monetariamente corrigido a fim de refletir os efeitos da inflação até a data do balanço. A depreciação é calculada sobre os bens depreciáveis monetariamente corrigidos pelo método linear, mediante a aplicação das seguintes taxas: Substituição e Transmissão 3%, Distribuição 4%, Apoio a uma taxa média de 3%.

**(e) Juros Durante a Construção-**

Os juros calculados sobre as obras em andamento, à taxa anual de 10%, são acrescidos ao custo dessas obras até a sua entrada em operação e creditados às receitas não operacionais. Os juros dos empréstimos e financiamentos são consignados como encargos do exercício.

**(f) Lucro por Ação-**

É determinado considerando as ações em circulação existentes no fim do ano.

**(2) MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

Em decorrência das novas disposições da legislação pertinente, neste exercício foram feitas as seguintes mudanças nas práticas contábeis:

**(a) Correção Monetária-**

De acordo com a sistemática vigente até o exercício anterior, a correção monetária do ativo imobilizado e o consequente aumento do patrimônio líquido eram contabilizados somente após a data do respectivo balanço base. Além disso, a correção monetária de depreciação acumulada era calculada com base no ano de contabilização das quotas de depreciação e, consequentemente, a depreciação acumulada da correção monetária não mantinha, em relação à correção monetária do custo, a mesma proporcionalidade da depreciação do custo em relação ao custo histórico.

As contrapartidas das atualizações monetárias dos empréstimos e financiamentos eram consignadas no ativo pendente somente para fins de demonstrações financeiras este valor era reclassificado no ativo permanente para posterior compensação com o crédito proveniente da correção monetária do ativo imobilizado.

A partir deste exercício foi adotada a nova sistemática de atualizações monetárias de ativos e passivos, descritas na nota 1(b), na qual os efeitos inflacionários são refletidos dentro do próprio balanço base e o resultado líquido das contrapartidas dessas atualizações monetárias é refletido no resultado do exercício.

Além disso, conforme legislação vigente, a Companhia contabilizou no balanço de abertura, a correção monetária especial do ativo imobilizado de acordo com os critérios de cálculo definidos pelo Poder Concedente a coerentes com aqueles preconizados pelo Decreto-Lei

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O ANO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

RESULTADO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA:

RECEITAS-  
Fornecimento de energia elétrica - consumidores 331.216  
Outras receitas 8.456 339.672

ADIÇÕES À RESERVA DE GARANTIA-  
Reserva global de garantia (nota 5) 36.222  
Subtotal 375.894

ENCARGOS E RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO CONSUMIDOR-  
Quota para reserva global de reversão (nota 5) 15.418  
Quota para reserva global de garantia (nota 5) 2.576  
Quota para a conta de consumo de combustível 2.751 120.733  
Subtotal 355.159

DESPESAS-  
Pessoal, material, serviços de terceiros e outros 75.811  
Energia elétrica comprada para revenda 143.736  
Quota de depreciação 32.438  
Variação monetária - Decreto-Lei nº 1.019-Artigo 156 589  
Outras despesas 36.468 277.982  
Subtotal 97.177

DESPESAS FINANCEIRAS-  
Fornecimento de dívidas 12.156  
Juros sobre os recursos aplicados no fundo de reserva em 1978 202  
Outras despesas 3.462 13.820

LUCRO OPERACIONAL 43.357

RESULTADO NÃO OPERACIONAL-  
RECEITAS-  
Quota debitada a construção (nota 7) 1.227  
Outras receitas 4.333 5.560

DESPESAS-  
Provisão para contingências (nota 8) 6.000  
Outras despesas 2.557 8.557

ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS-  
Correção monetária do ativo permanente 177.311  
Menos: Correção monetária do patrimônio líquido 115.362  
41.949  
Resultado da correção monetária  
Menos: Variações monetárias provisionadas 64.213 (2.264)

PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS (17.888)

LUCRO LÍQUIDO DE 1978 (em cruzeiros-Cr\$ 0,18 pr. ação) 40.198

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
**PARA O ANO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

Operações-  
Lucro líquido do ano 40.198  
Itens que não representam movimento de capital efetivo

Variações monetárias a longo prazo:  
De empréstimos e financiamentos 39.666  
Depreciação 24.547 64.213  
Provisão para contingências 6.000  
Juros debitados à construção 4.333 (11.277)  
Resultado da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido (61.949)

Resultado das operações 69.673

Capital-  
Aumento do capital social 51.548  
Acréscimo em créditos para futuro aumento de capital 28.822 80.369

Aplicações - empréstimos e financiamentos a longo prazo, líquido de Cr\$ 8.192, reclassificado para curto prazo 30.515  
Outros 218

Total das origens 180.775

APLICAÇÕES-  
Ativo imobilizado em 1978 137.248  
Participações estatutárias 7.588  
Dividendos propostos 16.065

Total das aplicações 160.901

AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE 19.874

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE:  
Ativo circulante 1978 (\*) 1872  
Passivo circulante (89.879) 207.968 (182.967) 25.001 45.001 19.874

(\*) Ajustado retroativamente

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA O ANO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros				Reservas Acumuladas	Total	
	Capital Social	Correção Monetária do Capital Intencionalizado	Correção Monetária do Ativo Imobilizado	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para Contingências			Outras Reservas de Lucros
SALDO NO INÍCIO DO ANO	167.683	-	44.439	471	3.308	539	5.525	3.698	16.435	242.098
Ajustes referentes a anos anteriores	-	-	-	6.748	-	-	-	-	(8.847)	(2.099)
Correção monetária especial	-	-	38.547	-	-	-	-	-	-	38.547
Participações Estatutárias sobre as operações de 1977	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.588)	(7.588)
Provisões durante o ano	-	-	-	-	-	-	6.000	-	-	6.000
Outros	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Aumento de capital com quota do imposto único sobre energia elétrica e recursos da SIEMEN	51.548	-	-	-	-	-	-	-	-	51.548
Correção monetária do patrimônio líquido	-	79.442	29.064	2.444	1.198	195	2.002	1.017	-	115.362
Lucro líquido do ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.198
APROPRIAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.904	-	-	-	(2.904)	-
Juros estatutários (nota 8)	-	-	-	-	-	1.227	-	-	(1.227)	-
Dividendos propostos (em cruzeiros-Cr\$ 0,08 por ação, pro-rata)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.065)	(16.065)
<b>SALDO NO FIM DO ANO</b>	<b>219.231</b>	<b>79.442</b>	<b>112.050</b>	<b>9.663</b>	<b>7.410</b>	<b>1.961</b>	<b>13.527</b>	<b>4.771</b>	<b>20.002</b>	<b>468.057</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

bilização da base de bens do ativo imobilizado, no qual os valores líquidos contabilizados contra os das bases, são resultados do exercício. Em exercícios anteriores, essas bases eram contabilizadas com uma conta de Reserva para Depreciação.

**III. Participações Estatutárias-**

A partir de 1978, a Companhia passou a demonstrar as participações estatutárias como débito às operações. Até o ano anterior, essas participações eram debitadas contra lucros acumulados.

**(d) Efeito das Mudanças-**

Devido ao alcance e profundidade das mudanças decorrentes da nova legislação, não foi praticável quantificar os efeitos dessas mudanças na sua totalidade. Entretanto, alguns dos efeitos mais significativos no lucro líquido deste exercício e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1977 (início do exercício), apurados de forma global, são os seguintes:

	Aumento	(redução)
Lucro do exercício		
Patrimônio líquido inicial de 1978	31.12.1977	
I. Efeito da contabilização da correção monetária especial	-	38.547
II. Efeito da adoção da nova sistemática de atualizações monetárias descritas na nota 1(b)- Depreciação Resultado líquido das contrapartidas das atualizações monetárias	(3.200)	-
III. Efeito da contabilização das participações estatutárias	(17.888)	-
	43.125	38.547

Além dessas mudanças, as contas foram classificadas e agrupadas nas demonstrações financeiras obedecendo a forma preconizada pelo novo plano de contas para as empresas de energia elétrica, cabendo destaque às seguintes mudanças no balanço:

- I. Almoarifado, anteriormente classificado como realizável a longo prazo, passou a ser classificado no ativo circulante
- II. Auxílios para construções, anteriormente demonstrados como dedução do ativo imobilizado, passaram a ser classificados como ativo a longo prazo.
- III. Reservas para amortização e reversão, anteriormente classificadas no patrimônio líquido, passaram a ser classificadas das como exigível a longo prazo.
- IV. Créditos de acionistas para futura capitalização, anteriormente classificados no patrimônio líquido, passaram a ser classificados em grupo específico do balanço.

**(1) ATIVO IMOBILIZADO:**

As contas do ativo imobilizado estão demonstradas no balanço de acordo com sua natureza. A sua composição em função das atividades operacionais da Companhia, em 31 de dezembro de 1978, é como segue:

Bens em operação no serviço-

Subestação	48.825
Transmissão	235.933
Distribuição	470.428
Apelo	72.831
	828.017
Menos: Depreciação acumulada	159.818
	668.199

**(2) IMOBILIZAÇÕES EM CURSO COMPREENDENDO O SEGUINTE:**

Subestação	10.850
Transmissão	9.849
Distribuição	48.698
Outras	4.747
	82.144

**(4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:**

A composição do saldo em 31 de dezembro de 1978, bem como os detalhes quanto ao período de amortização, juros e parcelas a utilizar dos empréstimos e financiamentos contratados, estão detalhados na demonstração dos empréstimos e financiamentos.

A maioria dos empréstimos e financiamentos é garantida por avais e fianças do Governo Estadual.

Alguns empréstimos a longo prazo, obtidos em exigências de garantias reais ou de terceiros, contêm cláusulas contratuais que requerem a manutenção de certos índices econômicos e financeiros.

**(5) QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSO, DE GARANTIA E RESERVA GLOBAL DE GARANTIA:**

De acordo com a legislação em vigor desde janeiro de 1972, a Companhia deixou de constituir a provisão para reversão e amortização, passando a contabilizar, como deduções à receita de tarifa, uma quota mensal de reversão e de garantia determinada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DAAEE.

A quota de reversão e de garantia, acrescida de juros de 10% ao ano sobre o saldo da reserva para reversão, é recolhida mensalmente à Eletrobrás.

A parcela de Cr\$ 8.184, consignada no realizável a longo prazo no rubro "Quota de reserva global de garantia a receber", conforme as pressupostas determinadas pelo Poder Concedente, refere-se a créditos não previstos no custo do serviço do exercício de 1978, decorrentes dos aumentos na quota de depreciação - devido a nova sistemática de correção monetária e na compra de energia.

**(6) CAPITAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos acionistas; no entanto, de acordo com os estatutos, possuem as seguintes vantagens:

- (a) prioridade de um dividendo mínimo anual de 4% ou garantia, pelo Governo Estadual, do dividendo anual de 4%;
- (b) prioridade no reembolso de capital.

De conformidade com os estatutos sociais, o dividendo mínimo obrigatório é de 2% do lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 1978, a participação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte corresponde a 7% das ações ordinárias da Companhia.

A distribuição de dividendos em dinheiro depende do cumprimento de certas cláusulas contidas em contratos de empréstimo. Do mesmo modo, em 1978 a COSEM recebeu recursos da "Reserva Global de Garantia", instituída pelo Decreto-Lei nº 1.381, de 26 de dezembro de 1974, em dividendos das ações pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte e à Eletrobrás, serão reinvestidos no Capital Social, nos termos da Portaria nº 143/75, do Ministério das Minas e Energia.

De acordo com os estatutos sociais, a forma de participação nos lucros para os empregados é estabelecida pela Assembleia Geral dos Acionistas.

**(7) REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO**

A remuneração do investimento computado no cálculo da tarifa, é baseada no regime de serviço pelo custo. As tarifas aprovadas pelo DNARE, possibilitaram à Companhia a obtenção de remuneração de 10,5% sobre o investimento remunerável em 1978.

Os juros sobre o capital aplicado aos investimentos em construção, na forma da legislação vigente, foram calculados na base de 10% ao ano e estão apropriados à Reserva de Lucros.

**(8) RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS**

O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) está recebendo da Companhia contribuições previdenciárias referentes aos exercícios de 1963 a 1968, cujo valor atualizado, inclusive multas,

foi estimado em Cr\$ 13.000. A Companhia está contestando a emissão da notificação e assim está contestando em torno de Cr\$ 7.527, a qual foi provisionada. A Companhia deu seu Edifício sede em garantia dessa ação.

Em contra a Companhia, certas reclamações trabalhistas no valor de Cr\$ 4.000. Os Diretores da Companhia não esperam um desfecho desfavorável em todos os processos, entretanto, a fim de manter-se dentro de princípios contábeis, registrou em reserva de Cr\$ 2.000 nas demonstrações financeiras anexas.

Além disso, a Companhia contabilizou uma provisão de Cr\$ 1.000 para ocorrer reclamações de qualquer outra natureza.

**(9) CONTRATOS, GARANTIAS E VALORES A UTILIZAR**

Em 31 de dezembro de 1978, a Companhia tinha os seguintes:

Reserva global de reversão	40.537
Reserva global de garantia	7.585
insuficiência de resultados de exercícios anteriores - diferença entre a remuneração permitida e obtida, a ser compensada em futuros ajustes tarifários.	18.087
Reserva de contingência a cobrança contratada de iluminação pública	5.304
	71.515

**DEMONSTRAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978**  
(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

Credores	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO		Parcela a Utilizar Cr\$	VENCIMENTOS			
	Moeda de Origem	Equivalente em Milhares de Cruzeiros Cr\$	Equivalente em Milhares de Cruzeiros Cr\$	Info		Término	Em caráter Anual		
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS-PAÍS</b>									
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás									
Contrato ECF-09	Cr\$	4.864	8.513	-	-	1971	1981	10%	
Contrato ECF-172	Cr\$	2.169	8.679	-	-	1974	1983	10%	
Contrato ECF-185	Cr\$	1.048	2.097	-	-	1972	1981	10%	
Contrato ECF-240	Cr\$	1.251	4.693	-	-	1973	1983	10%	
Contrato ECF-(FNL)-284	Cr\$	38	28	-	-	1975	1980	12%	
Contrato ECF-292	Cr\$	12.356	3.089	-	-	1975	1980	10%	
Contrato ECF-388	Cr\$	2.397	17.383	-	2.823	1977	1987	10%	
Contrato IRD-8	Cr\$	1.686	29.085	-	-	1977	1997	8%	
Contrato ECF-(IBR)-503	Cr\$	-	5.000	-	-	1982	1992	12%	
Contrato ECF-576	Cr\$	-	3.718	-	11.974	1980	1984	12%	
Contrato ECF-(IBR)-594	Cr\$	-	2.680	-	10.720	1983	1992	12%	
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Cr\$	2.660	2.661	-	-	1975	1980	8%	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária									
Contrato-IT Dix-Sept Rosado - Upanema	Cr\$	41	338	-	-	1973	1988	8%	
Contrato-IT Alagoinha-Gangorra	Cr\$	18	154	-	-	1973	1988	8%	
Contrato-Elet.Vale do Piranhas	Cr\$	115	745	-	-	1971	1986	8%	
Contrato-Projetos Rurais em Mossoró									
Contrato-Carnaubais/Vale do Açú	Cr\$	92	680	-	-	1972	1987	8%	
Contrato-Projetos Rurais Parna Mirim	Cr\$	71	581	-	-	1973	1988	8%	
Contrato-Projetos Rurais Parna Mirim	Cr\$	107	963	-	-	1976	1988	9%	
Contrato-IT Mossoró - Dix-Sept Rosado	Cr\$	87	817	-	-	1977	1989	9%	
Banco Nacional de Habitação	Cr\$	70	487	-	-	1972	1986	8%	
Contrato-Conj. Potengi									
Contrato-Conj. Lagoa Nova II	Cr\$	34	474	-	-	1976	1993	5%	
Contrato-Conj. Jiqui	Cr\$	13	176	-	-	1976	1993	5%	
Contrato-Conj. Igarapé	Cr\$	126	1.864	-	-	1976	1994	5%	
Contrato-Conj. Lagoa Nova I	Cr\$	38	575	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Cidade da Esperança III	Cr\$	24	318	-	-	1975	1993	5%	
Contrato-Conj. Panorama	Cr\$	30	279	-	-	1976	1989	7%	
Contrato-Conj. Abolição	Cr\$	65	1.010	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Amaranje	Cr\$	85	1.313	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Potiguara	Cr\$	130	2.007	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Solestade	Cr\$	46	709	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Candélabra	Cr\$	129	2.048	-	-	1977	1995	3%	
Contrato-Conj. Pirangi	Cr\$	326	5.269	-	-	1978	1996	3%	
Contrato-Conj. Panatás	Cr\$	275	4.578	-	-	1978	1996	3%	
	Cr\$	232	3.939	-	-	1979	1996	3%	
<b>TOTAL NO PAÍS</b>		<b>30.625</b>	<b>116.960</b>						
<b>EMPRÉSTIMO - EXTERIOR</b>									
Agência Interamericana de Desenvolvimento									
Contrato-BID-122/OC/BR	US\$	7	137	7	137	-	1969	1980	6%
Contrato-BID-203/SF/BR	US\$	125	2.613	1.186	24.826	-	1975	1989	3,25%
Contrato-BID-14/OC/BR	CAN\$	3	59	64	1.143	-	1976	1999	3%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás									
Contrato nº 1 - 1ª série	US\$	9	180	49	1.021	-	1968	1988	6%
Contrato nº 2 - 2ª série	US\$	37	764	207	4.328	-	1968	1988	6,5%
<b>TOTAL NO EXTERIOR</b>		<b>3.757</b>	<b>31.487</b>						
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>34.382</b>	<b>148.447</b>						

Observações: I - Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos à taxa de Cr\$ 20,92 por US\$ 1,00 e Cr\$ 17,86 por CAN\$ 1,00.  
 II - Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, quando indexados, foram atualizados às ORTN e UPC conforme o caso.  
 III - Os empréstimos e financiamentos a longo prazo serão amortizados obedecendo o seguinte escalonamento:  
 1980 Cr\$ 25.533 1982 Cr\$ 14.081 1984 Cr\$ 11.052  
 1981 Cr\$ 18.404 1983 Cr\$ 14.162 após 1984 Cr\$ 65.215

**ARTHUR ANDERSEN S/C**  
 SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA  
 RELATÓRIO DOS AUDITORES

Aos Senhores Diretores,

Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSEM

Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - COSEM levantado em 31 de dezembro de 1978 e as respectivas demonstrações do resultado, mutações

do patrimônio líquido e origens e aplicações de recursos para o ano findo naquela data. O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras refletem com propriedade e posição financeira da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSEM, em 31 de dezembro de 1978, os resultados das suas operações e as origens e aplicações de recursos referentes ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, os quais, exceto

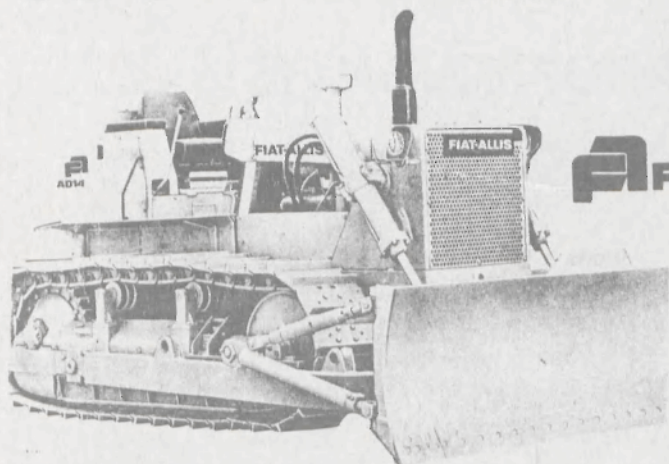
quanto as mudanças impostas pelas novas disposições de legislação pertinentes, descritas na Nota 2, foram aplicadas em bases anteriores em relação ao ano anterior.

*Arthur Andersen S/C*  
 Arthur Andersen S/C  
 CRC-RJ 1.8-50-30  
 CGC 33.017.310/0006-82

Salvador,  
 14 de março de 1979

*Fernando Marília*  
 Fernando Marília  
 Contador - CRC-BA 012-214-6-50-30  
 CPF 010.953.607-00

# A TURMA DA PESADA



**FIAT-ALLIS**



**PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"**

**TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"**



**GUINDASTES "GALION" ATÉ 14 TONELADAS**



**Empilhadeira Valmet 3000E**



**MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"**



**TRATORES DE PNEUS E EMPILHADEIRAS "VALMET"**

**E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS**



**COMERCIAL WANDICK LOPES S/A**

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN  
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.

## NATAL GANHA EDIFÍCIO DESTINADO A PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

O primeiro edifício de Natal especialmente projetado para acomodar consultórios médicos, odontológicos e laboratórios de análises clínicas, já está em fase de construção numa área da cidade onde já se concentram vários hospitais e casas de saúde. Trata-se do *Centro Odonto-Médico*, recém-lançado pelas construtoras PROEX e A. Azevedo.

Atualmente em Natal a grande maioria dos consultórios dos médicos e dentistas, e até as instalações dos laboratórios de análises clínicas, se comprimem em edifícios para fins comerciais, misturados a boutiques, escritórios de contabilidade, de advocacia, repartições públicas, etc. Situados na conturbada área do centro, por força das circunstâncias, os profissionais da saúde impõem aos seus clientes um verdadeiro corre-corre, e estes constantemente reclamam das grandes filas nos elevadores, da falta de estacionamento, ou mesmo do desconforto das salas-de-espera dos consultórios, quase sempre apertadas e sem ventilação.

Agora, finalmente, a classe odonto-médica começa a se conscientizar da necessidade de recorrer a melhores instalações, onde possa trabalhar com maior rendimento e comodidade, e onde os clientes se sintam melhor atendidos. Muitos médicos e dentistas têm partido para construir pequenos prédios projetados para clínicas em boas áreas residenciais; outros reúnem um grupo de colegas e tomam a iniciativa de alugar grandes residências, que depois de adaptadas, passam a abrigar consultórios, laboratórios, enfermarias, etc. Mas, geralmente, estas soluções implicam em investimento muito elevado, sem falar também nos custos mensais muito altos para manter tudo dentro de uma perfeita ordem.



Flávio Azevedo (em primeiro plano) e Raimundo Correia Barbosa Filho, diretores respectivamente da Construtora A. Azevedo e da PROEX, lançam o Centro Odonto-Médico, um edifício inteiramente destinado aos serviços de saúde.

**ÁREA DE SAÚDE** — Um grave problema que a classe enfrenta quando resolve abandonar os edifícios comerciais e se instalar em clínicas é que nem sempre consegue uma localização adequada. Ficam, assim, criadas outras dificuldades para a clientela: a falta de serviços de transporte, o acesso complicado às ruas que às vezes não são muito conhecidas, etc.

Foi depois de pesquisar o mercado e sentir todos estes problemas que atingem os profissionais liberais da área da saúde que duas empresas construtoras natalenses resolveram projetar e construir o primeiro edifício da cidade completamente dedicado aos consultórios médicos-odontológicos, com toda uma estrutura de apoio para atender às mínimas exigências que a finalidade





Nas fotos acima, aspectos do coquetel de lançamento do Centro Odonto-Médico, acontecimento prestigiado por centenas de médicos, dentistas, farmacêuticos, além de empresários e autoridades do Estado.

impõe. A *PROEX (Projeto e Execução de Engenharia Ltda.)* e a *Construtora A. Azevedo Ltda.*, unidas em consórcio, já oficializaram o lançamento e deram início à construção do *Centro Odonto-Médico*, um prédio de 10 andares dotado de 78 consultórios, 24 lojas, 6 laboratórios, 44 garagens, anfiteatro, área de festas e reuniões, além de outros requisitos importantes para a sua destinação.

**O QUE É O CENTRO** — O planejamento foi bem feito a partir da escolha do local para a construção da obra. O *Centro Odonto-Médico* ficará situado exatamente numa área da cidade já definida como de vocação para empreendimentos no setor de saúde: a rua Joaquim Manoel, no bairro de Petrópolis, onde já existem vários hospitais e clínicas nas proximidades, como o *Hospital Médico-*

*Cirúrgico*, a *Maternidade-Escola "Januário Cicco"*, o *Hospital das Clínicas da UFRN*, o *Banco de Sangue*, a *Clínica Pediátrica*, o *Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio Grande do Norte*, a *Casa de Saúde Petrópolis*, entre outros. Com a construção do *Campus Biomédico da Universidade*, já iniciada, a região consolidará de fato sua viabilidade para empreendimentos no setor da

saúde.

O *Centro Odonto-Médico* terá, na parte térrea, espaço reservado para a instalação de lojas especializadas em produtos relacionados com as ciências da saúde, tais como óticas, farmácias, revendas de materiais dentários, etc., além de uma bem montada lanchonete. No segundo andar serão instalados seis laboratórios de análises clínicas e mais seis consultórios. E do terceiro andar até o nono haverá 12 consultórios por pavimento. No décimo andar será o anfiteatro com capacidade para 40 pessoas, o bar e restaurante, que poderão ser utilizados por todos os condôminos quando pretenderem promover reuniões, encontros sociais, etc.

### DETALHES IMPORTANTES —

Segundo informa *Flávio Azevedo*, diretor da *Construtora A. Azevedo Ltda.*, cada consultório do *Centro* será constituído de uma sala grande e de uma ante-sala para espera, ambas com instalações sanitárias. Porém, um dos aspectos mais importantes que ele ressalta na obra é o seguinte:

*“As instalações hidro-sanitárias serão apropriadas para o uso específico da atividade odonto-médica e farmacêutica, que geralmente lida com produtos químicos e com ácidos capazes de afetar e até destruir, depois de algum tempo, as instalações comuns, geralmente feitas de plástico. Também tivemos cuidados especiais quanto às instalações elétricas, pois sabemos que grande parte dos sofisticados equipamentos usados por médicos, dentistas e farmacêuticos têm procedência estrangeira e utilizam tensão de 110 volts. Por isso, o edifício possuirá um transformador geral e subestação que atuará como regulador de voltagem, oferecendo em todos os consultórios tomadas com saídas de 110 e 220 volts, sem quedas ou cortes de energia. Conterà também com gerador próprio que entrará em funcionamento imediato nos casos de falta de energia”.*

*Raimundo Correia Barbosa Fi-*



Raimundo Correia Barbosa Filho ressalta a importância da destinação específica do Edifício.

*lho*, diretor-presidente da *PROEX*, empresa que elaborou o projeto do edifício, também tem uma opinião formada a respeito do empreendimento:

*“O Centro Odonto-Médico tem tudo para permitir um bom intercâmbio entre os profissionais que vão ocupá-lo. Lá eles não ficarão misturados a corretores de imóveis, representantes comerciais, escritórios de contabilidade, companhias de seguros, como vivem aqueles profissionais da área da saúde que possuem consultórios nos edifícios comerciais da cidade. Por outro lado, os clientes receberão maior conforto, não terão problema de estacionamento e não enfrentarão as longas filas nos elevadores”.*

O LANÇAMENTO — O lançamento oficial do *Centro Odonto-Médico* ocorreu com um coquetel no *late Clube de Natal*, no último dia 30. Centenas de autoridades do Es-

tado especialmente convidados, além dos mais ilustres representantes da classe odonto-médica e farmacêutica de Natal, estiveram presentes ao evento e não pouparam elogios ao projeto da *PROEX/Construtora A. Azevedo*. O engenheiro *Flávio Azevedo* fez a apresentação do *Centro Odonto-Médico*, tendo diante de si a maquete do edifício, e na mesma ocasião já foram feitos inúmeros pedidos de reserva.

Presentes ao encontro, o secretário do *Conselho Regional de Odontologia* e membro da diretoria do *Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte*, *Ruy Medeiros Fernandes*, declarou:

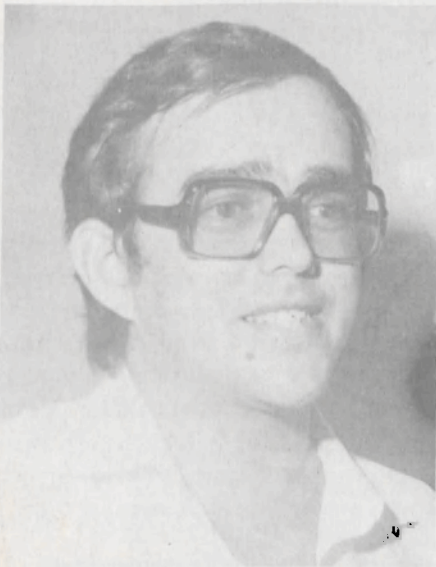


*Ruy Medeiros Fernandes*, do *Conselho Regional de Odontologia*, diz que o Edifício proporcionará facilidades a médicos e dentistas.

*“A construção do Centro Odonto-Médico vem preencher uma lacuna no que se refere a instalações adequadas para o exercício da atividade profissional do médico, do cirurgião-dentista e do bioquímico. Como sabemos, as salas dos edifícios comerciais da cidade nem sempre oferecem condições de trabalho, obrigando os profissionais a fazerem investimentos elevados na sua adaptação. No Centro Odonto-Médico es-*

tes problemas não existirão, com a vantagem de que, da forma como foi projetado, o edifício proporcionará facilidades que os profissionais da área de saúde não encontrariam em outros locais”.

O médico oftalmologista *Antônio Aladim de Araújo Neto* foi outro que expressou o seu entusiasmo pelo empreendimento:

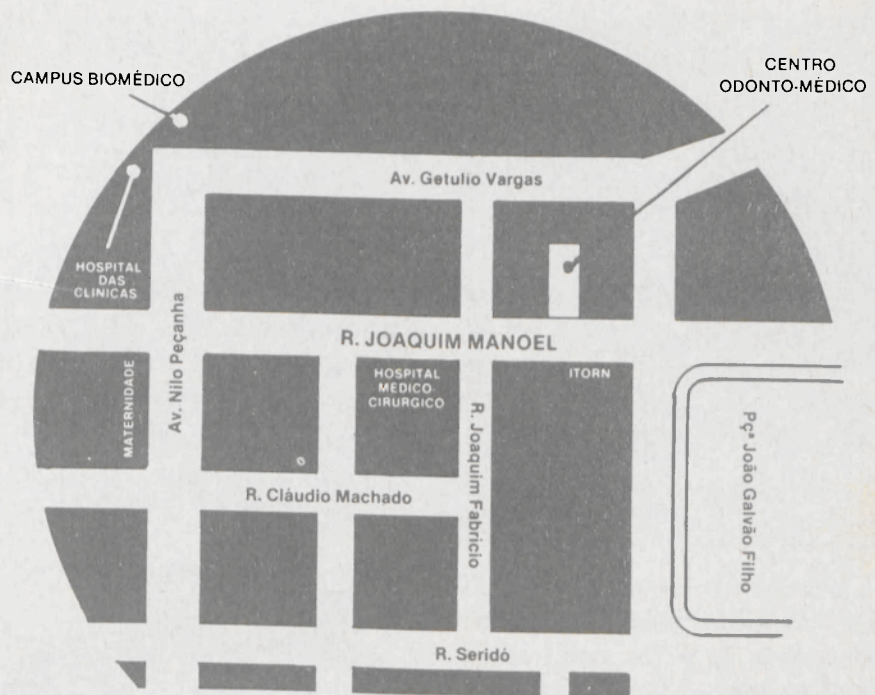


**Antônio Aladim de Araújo Neto**, oftalmologista, acha que o Centro Odonto-Médico beneficiará inclusive os pacientes.

“*Refuto o Centro Odonto-Médico como o mais válido projeto no ponto de vista da integração clínica. Tudo vai ficar num mesmo local, o que deixará o paciente mais tranqüilo*”.

O dentista *Lenilson Carvalho*, que não se transferirá para o Centro Odonto-Médico por já haver instalado sua própria clínica, tem a seguinte opinião:

“*Como já possuímos uma clínica montada em bom local, que assegura a nós e aos nossos clientes todas as condições de conforto, não vou me mudar para o Centro Odonto-Médico. Mas vou investir nele, pois é um lugar de muito futuro e quem adquirir um conjunto ali experimentará muito em breve uma grande valorização*”.



**Lenilson Carvalho**, odontólogo, considera o Centro Odonto-Médico um lugar de muito futuro.

**VENDAS** — As vendas do Centro Odonto-Médico foram confiadas a uma das principais corretoras de imóveis de Natal: *Arnon Imóveis Ltda.* Acredita o seu diretor, *Arnon Sávio e Silva*, que dentro de 30 dias todos os conjuntos estarão vendidos, pois a procura já havia começado antes mesmo de ter sido feito o lançamento do prédio.

*Francisco das Chagas Fernandes de Oliveira*, diretor da *Ótica Pérola*, por seu turno, já reservou uma das lojas do edifício para instalar ali mais uma filial da sua organização.



**Gilson Ramalho**, um dos mais credenciados incorporadores de Natal, estará à frente do consórcio PROEX-A. Azevedo, responsável pelas obras.

Por outro lado, à frente do consórcio *PROEX/Construtora A. Azevedo*, cuidando diretamente da construção do Centro, ficará o empresário *Gilson Ramalho*, que desfruta de grande conceito no setor de incorporações imobiliárias, tendo sido anos atrás o responsável pela construção do *Edifício Étoile*, ainda hoje um dos melhores prédios de apartamentos de Natal. *Gilson* informa que a obra já foi iniciada e deverá ser construída em menos de 18 meses.

# CRIAÇÃO DE EQUINOS NO RN

## JÁ É UM NEGÓCIO VIÁVEL

A criação de cavalos de raça começa a se tornar uma atividade econômica significativa no Rio Grande do Norte. Quatro haras já são conhecidos e chegam a vender animais até para outros Estados. *Puro Sangue Inglês*, *Árabe* e *Quatro de Milha* são as raças preferidas. Um bom cavalo chega a ser comercializado por até Cr\$ 500 mil.

A criação de equinos como atividade econômica planejada tem no Rio Grande do Norte uma história muito recente: menos de dez anos, sendo que, somente nos dois últimos, experimentou um desenvolvimento mais acelerado. Hoje já se pode contar no Estado quatro haras instaladas e participando ativamente do comércio de cavalos em toda a região e até exportando e importando animais de excelentes origens.

Três raças são preferidas pelos criadores do Estado: o Puro Sangue Inglês, o Árabe e o Quarto de Milha, este sendo o que tem maior aceitação no mercado local. Na 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas, realizada recentemente no Parque de Exposições de Eduardo Gomes, foi implantado o leilão desses animais, com os criadores aprovando inteiramente a idéia.

**O PURO SANGUE** — O Puro Sangue Inglês é a raça com maior tempo de criação no Rio Grande do Norte. E o pioneiro na comercialização desses animais é Francisco Ribeiro, proprietário do Haras Rial que está implantado na Fazenda Logradouro, município de Jardim de Angicos. O Puro Sangue Inglês é um animal mais apropriado para competições de Jockey, apesar de também ser muito usado na região para as vaquejadas. Segundo Francisco Ribeiro, os lugares ideais para criar o Puro Sangue são aqueles onde



Francisco Ribeiro Alves é o maior criador de cavalos do Estado.

existam campos de pastagens com bom valor nutritivo, numa região com boa calcificação. Explica ele:

*“O Puro Sangue Inglês tem formação óssea frágil e necessita de uma boa calcificação. Nós temos que ter muito cuidado na aquisição dos animais, como também escolher bem a mão-de-obra especializada para o tratamento dos cavalos”.*

O Haras Rial faz o período de adaptação dos seus animais na Fazenda Progresso, município de Extremoz. Após esse período os cava-

los são transferidos para a Fazenda Logradouro, e depois para a Fazenda Surubim onde é feita a criação propriamente dita. Atualmente, o Haras Rial conta com 15 matrizes puras e três reprodutores, um dos quais importado dos Estados Unidos da América. O restante do seu plantel é composto por mais 66 éguas mestiças e dois cavalos tordilhos, mestiços.

Anderson Abreu Júnior, importante pecuarista do Estado, também está iniciando a criação da raça Puro Sangue, no Haras São Vicente do Potengi, município de São Pedro, nas margens da BR-304.

Os cavalos PSI são vendidos numa faixa de preço que varia entre 15 e 60 mil cruzeiros.

**QUARTO DE MILHA** — O Quarto de Milha é o cavalo que tem maior aceitação na região, por vários motivos: é um cavalo de selva e tem utilidade nos trabalhos de fazenda e à velocidade nas curtas distâncias, daí a sua utilização em larga escala nas vaquejadas. Além de uma musculatura geral bem desenvolvida, característica também do Puro Sangue, o Quarto de Milha é um animal dócil e tem capacidade de arranques poderosos e viradas súbitas, o que o torna de grande utilidade no trabalho com o gado. E um cavalo de origem americana e atualmente a sua cria-

ção experimenta uma rápida expansão no Brasil.

No Rio Grande do Norte a criação de Quarto de Milha é feita pelo Haras São José, no município de São José do Mipibu, de propriedade de Carlos Roberto Mariz Duarte. Contando com oito piquetes de dois hectares, dois campineiros para fornecimento de capim, nove baias para abrigar os garanhões (reprodutores), escritório, farmácia, quarto-de-sela, casa residencial, depósito de ração equipado com duas máquinas forrageiras, pátio de vaquejada e dois cercados de 10 hectares para abrigar as éguas, Carlos Duarte cria atualmente 26 éguas mestiças, 2 reprodutores, e ainda mantém seis cavalos treinando para vaquejada, cinco potros e 12 potros ainda na fase de adestramento.

Desde que iniciou a criação de Quarto de Milha, há praticamente 4 anos, afirma Carlos Duarte que já



Carlos Duarte iniciou há alguns anos a criação da raça Quarto de Milha e o seu Haras São José é muito bem equipado.

comercializou aproximadamente 80 animais em todo o Estado, 80% deles destinados a vaquejadas.

ÁRABE — O único criador de cavalos Árabes no Nordeste é Moacir

Duarte. A criação é desenvolvida no Haras Santa Tereza. Ele afirma que o cavalo dessa raça é um animal que tem um mercado ainda muito restrito, em termos da nossa região. E complementa:

*"Agora é que estamos começan-*

## Parecia impossível fazer o D6 mais produtivo. Mas a Caterpillar conseguiu!

Aperfeiçoar um Trator como o D6C parecia realmente uma tarefa muito difícil. Mas os Engenheiros de Projeto da CATERPILLAR conseguiram a proeza, através do novo D6D, a máquina do seu porte que dá maior produção, seja nos campos de cultivo, construindo estradas, canais, açudes, barragens, enfim, todas as benfeitorias necessárias.



O Trator de esteiras D6D, fabricado no Brasil, é de operação e manutenção ainda mais fáceis, possibilitando maior produtividade e economia.



CATERPILLAR



**marcosa S.A.**

NATAL — R. G. do Norte  
Trav. das Donzelas, 311

J. PESSOA — Paraíba  
BR-101, nº 235

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

FORTALEZA — Ceará  
Rua João Moreira, 359

do a conquistar o mercado. No entanto, no Sul do País, ele é negociado por excelentes preços”.

Cruzando-se a raça Puro Sangue Inglês com a raça Árabe, obtém-se a variedade Anglo-Árabe, um cavalo que conserva a inteligência e a resistência do Árabe e a velocidade do Puro Sangue Inglês. Para obter esse cruzamento, Moacir Duarte mantém em seu Haras um reprodutor Árabe e dez matrizes, sendo duas puras e oito de alta mestiçagem, acima de 3/4 de sangue. Possui também seis fêmeas puras de PSI para cruzar com o reprodutor Árabe.

**ALIMENTAÇÃO** — Francisco Ribeiro, o principal criador de Puro Sangue Inglês no Rio Grande do Norte, além da ração normal de pastagem, adota uma complementação de ração balanceada para determinados animais como as éguas em pe-



Os cavalos Quarto de Milha são muito bons nas vaquejadas.

ríodo de gestação e potros no período de crescimento.

Já Carlos Duarte, criador de Quarto de Milha, adota uma sistemática diferente na alimentação dos seus animais: os reprodutores e cavalos de vaquejada comem aveia, alfafa, corselina e capim. As éguas soltas no campo dispõem de sal mineral e farinha de osso que são colocados em vasilhas no pátio. Os potros depois de desmamados vêm para o trato, onde são preparados para a venda, e as poldras vêm para a baía para não sentirem a falta da égua.

**PERSPECTIVAS** — Atualmente o mercado de cavalos no Estado pode ser considerado bom para a maioria das raças. A faixa de cotação dos animais está entre 15 e 60 mil cruzeiros, havendo as exceções, quando espécimes importadas, de alta qualidade, chegam às vezes a serem negociadas por até mais de Cr\$ 500 mil.

Para Francisco Ribeiro, as perspectivas do mercado são muito ani-



**Master Incosa Engenharia S/A**  
saúda o novo Governo do Estado,  
ao mesmo tempo em que comunica algumas  
das suas principais obras executadas, ou em  
execução, no Rio Grande do Norte:

- ★ Edifício-Sede da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (custo da obra: Cr\$ 25.000.000,00)
- ★ Vila Industrial da ALCANORTE, em Macau (valor do contrato: Cr\$ 45.000.000,00)
- ★ Centro de Convenções de Natal (valor do contrato: Cr\$ 17.000.000,00)

Escritórios da MASTER INCOSA ENGENHARIA S/A em Natal: Rua João Pessoa, 265 — Telefone: 222-4455

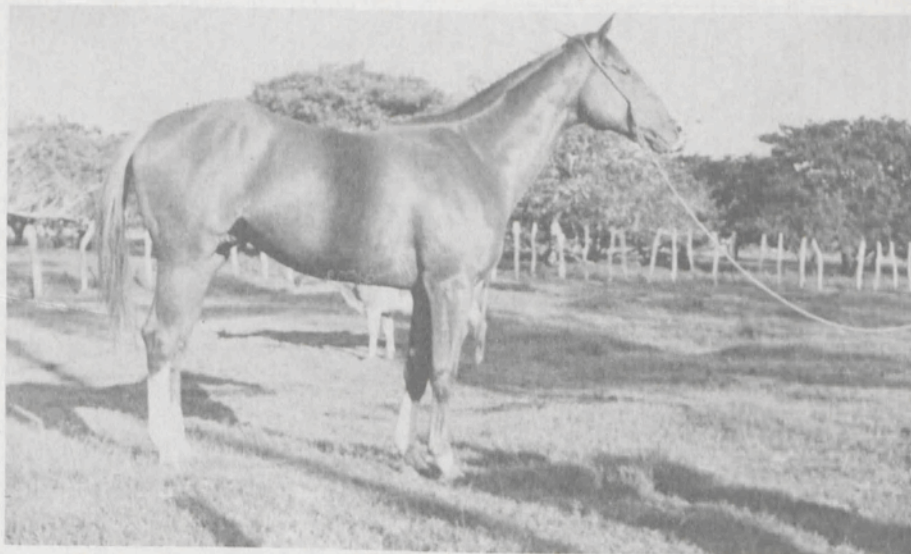
madoras. Diz ele:

*“Estamos comandando uma campanha para reabrir o Jóquei Club do Rio Grande do Norte, que está há seis anos fechado. Ele está localizado em Eduardo Gomes, tem instalações próprias e conta com um terreno de 38 hectares na zona urbana, logo após o Parque de Exposições Aristófanes Fernandes. Com o Jóquei funcionando, teremos mais mercado, sem dúvida”.*

Carlos Duarte também está muito satisfeito com a sua criação e pretende dinamizar ainda mais o seu negócio. Ele explica:

*“A tendência para quem cria Quarto de Milha é experimentar um aumento na comercialização. Atualmente o QM é um cavalo de grande aceitação não só para ser usado em vaquejada como também para passeio. Não temos dúvidas que as perspectivas de mercado são muito boas”.*

Anderson Abreu enfocou aspecto para comprovar o crescimento do mercado de cavalo no Estado:



O Puro Sangue Inglês é principalmente um cavalo de corrida.

*“Acho que as perspectivas são muito boas, haja vista que há tempos atrás se processou uma grande matança do rebanho equino para transformação em carne de charque. Agora, com a escassez extraordinária de cavalos e até mesmo de jumentos nas fazendas, é que se está*

*ra auxiliar o homem nas tarefas da pecuária e da agricultura. Portanto, está havendo grande procura de vendo como esses animais são úteis, necessários e até indispensáveis para cavalos e a tendência é ela aumentar nos próximos anos”.*

# instalação todos fazem.



## Mas sonorização mesmo só na Lázaro.

Instalar som no seu carro até que é fácil. Agora, sonorizar é negócio da LÁZARO. A LÁZARO faz sonorização perfeita há muito tempo. Nossos técnicos são especializados. Damos 6 meses de garantia para a instalação do seu equipamento de som. Além da sonorização, você encontra na LÁZARO, os melhores equipamentos para instalação no seu carro. Amplificadores, toca-fitas, rodas em vários estilos, bancos, buzinas, relógios, vidros fumé ou degradê, enfim, tudo que vai deixar seu carro uma máquina invejável. Agora escolha. Se você quiser apenas instalar som no seu carro e pendurar coisinhas nele, tem mil lugares para isso. Mas se você quiser sonorizar e equipar mesmo só tem um lugar:

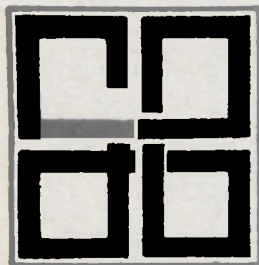
**EQUIPADORA  
LÁZARO**

GARANTIA DE  
SUA TRANQUILIDADE

Avenida Deodoro, 431 — Natal-RN

Telefone: 222-0284

Amplo estacionamento.



# Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte COHAB - RN

C.G.C. M.F. 08.418.634/0001-70 INSCRIÇÃO ESTADUAL 200.115.29-4

## Relatório da Diretoria

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, encaminhamos à deliberação dessa Augusta Assembléia, o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e a respectiva Demonstração de Resultados, Demonstração de Lucros acumulados e a Demonstração de origem e Aplicação de recursos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1978.

### 1. Desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação Popular (PEHAP).

Nº DE ORDEM	NOME DO PROJETO	Nº DE UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	FASE EM QUE SE ENCONTRA				VALOR DO INVESTIMENTO		
				CONCLUÍDA	EM CONST.	EM APROVAÇÃO DO BNH	EM PLANEJAMENTO COHAB	HABITACIONAL	INFRA-ESTRUTURA	TOTAL
01	LAGOA NOVA II	174	NATAL-RN	174	—	—	—	7.093.535,00	225.645,00	7.319.180,00
02	JIQÚÍ	623	"	623	—	—	—	25.330.174,00	5.744.309,00	31.074.483,00
03	POTENGI	379	"	379	—	—	—	14.862.726,00	2.452.399,00	17.315.125,00
04	IGAPÓ	113	"	113	—	—	—	9.324.041,00	2.032.343,00	11.356.384,00
05	PANORAMA I	260	"	260	—	—	—	21.424.102,00	3.075.357,00	24.499.459,00
06	SOLEDADE	540	"	540	—	—	—	46.536.207,00	7.321.117,00	53.857.324,00
07	PANORAMA II	80	"	80	—	—	—	7.324.954,00	—	7.324.954,00
08	MARECHAL DUTRA I	40	PAU DOS FERROS	40	—	—	—	1.537.175,00	246.672,22	1.783.847,22
09	MARECHAL DUTRA II	32	"	32	—	—	—	1.229.740,00	197.337,78	1.427.077,78
10	TERRENO PRÓPRIO I	187	DIVERSOS	187	—	—	—	16.999.774,00	—	16.999.774,00
11	ALFREDO MESQUITA I	55	MACAÍBA	56	—	—	—	2.699.885,00	360.305,00	3.060.190,00
12	ABOLIÇÃO I	430	MOSSORÓ	430	—	—	—	34.118.302,00	12.938.649,00	47.056.951,00
13	AMARANTE (LOTES URB.)	648	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	648	—	—	—	12.686.011,00	4.006.761,00	16.692.772,00
14	MELHORIA E AMPLIAÇÃO	460	NATAL	460	—	—	—	7.769.420,00	—	7.769.420,00
15	REFORMA DA CASA PRÓPRIA I	1.000	DIVERSAS	1.000	—	—	—	60.000.000,00	—	60.000.000,00
16	ABOLIÇÃO II	600	MOSSORÓ	600	—	—	—	54.877.290,00	13.608.316,00	68.485.606,00
17	ALFREDO MESQUITA II	40	MACAÍBA	40	—	—	—	3.526.959,00	2.468.774,00	5.995.733,00
18	JANDUÍ I	100	AÇU	100	—	—	—	12.131.600,00	4.285.494,00	16.417.084,00
19	TERRENO PRÓPRIO II	600	DIVERSOS	23	577	—	—	70.405.732,00	—	70.405.732,00
20	PIRANGI	2.100	NATAL	1.073	1.027	—	—	244.417.185,00	20.361.662,00	264.778.847,00
21	Stª CATARINA	2.200	NATAL	—	2.200	—	—	105.692.160,00	23.054.700,00	128.746.860,00
22	ABOLIÇÃO III	1.046	MOSSORÓ	—	1.046	—	—	78.637.830,00	12.544.332,00	91.182.162,00
23	JANDUÍ II	148	AÇU	—	—	—	148	13.507.323,00	2.683.510,00	16.190.833,00
24	REFORMA DA CASA PRÓPRIA II	600	DIVERSAS	200	400	—	—	36.000.000,00	—	36.000.000,00
25	PANATIS	1.123	NATAL	1.123	—	—	—	109.131.927,00	12.979.293,00	122.111.220,00
26	CEARA MIRIM	256	CEARÁ MIRIM	—	256	—	—	48.675.020,00	13.814.932,00	62.489.952,00



O quadro acima oferece uma visão real dos resultados alcançados por esta Companhia no período de 1975/78 quanto ao cumprimento do Programa Estadual de Habitação Popular — PEHAP, parte integrante do Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, uma vez que o referido Programa se propôs a atender 12.830 famílias, com construção, melhoria e ampliação da casa própria, tendo inclusive extrapolado o número previsto, em 1.044 famílias beneficiadas.

Perseguindo esta meta, a COHAB-RN, contou com o permanente e integral apoio do Governo Estadual traduzido por uma perfeita integração dos seus mais variados Órgãos, cada um executando o que é de sua responsabilidade, bem como, com a cooperação das Prefeituras Municipais das diversas cidades em que tem atuado, tudo isso fruto do crédito de confiança do Banco Nacional da Habitação — BNH.

## 2. Equipamentos Comunitários/Infra-estrutura (Obras Especiais)

### 2.1. Unidades Policiais

- 2.1.1. Unidade Policial do Conjunto Habitacional Alfredo Mesquita — Macaíba-RN
- 2.1.2. Unidade Policial do Conjunto Habitacional Panatis em Natal
- 2.1.3. Unidade Policial do Conjunto Habitacional Pirangi em Natal

### 2.2. Centros Comerciais

#### 2.2.1. Concluídos

- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Abolição — Mossoró-RN
- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Lagoa Nova I — Natal-RN
- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Potengi — Natal-RN
- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Alfredo Mesquita — Macaíba-RN
- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Janduis — Açu-RN

#### 2.2.2. Em conclusão

- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Panatis — Natal-RN
- Centro Comercial do Conjunto Habitacional Santa Catarina — Natal-RN

### 2.3 — Unidades de Saúde

#### 2.3.1. Concluídas

- Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Monsenhor Walfredo Gurgel — Mossoró-RN
- Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco — Caicó-RN
- Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Potengi — Natal-RN
- Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Panatis — Natal-RN

#### 2.3.2. Em conclusão

- Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN

### 2.4. Quadras Múltiplas de Esportes para administração dos Conselhos Comunitários

#### 2.4.1. Concluídas

- Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Panatis — Natal-RN
- Quadra Múltipla de Esportes do Centro Sócio-Cultural Câmara Cascudo — Natal-RN

#### 2.4.2. Em conclusão

— Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN

— Estádio de Futebol da Cidade da Esperança — Natal-RN

### 2.5. Abrigos para Passageiros de Transportes Coletivos

— Abrigo para passageiros de transportes coletivos do Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN

### 2.6. Centros Sócios-Culturais para operação pela FUNBERN e Conselhos Comunitários

#### 2.6.1. Concluídos

- Centro de Integração Comunitária — CICOM — Conjunto Habitacional Lagoa Nova II — Natal-RN
- Centro de Promoção ao Menor — Mossoró-RN
- Centro de Integração Comunitária — CICOM — Conjunto Habitacional Potengi — Natal-RN
- Centro de Integração Comunitária — CICOM — Conjunto Habitacional Panatis — Natal-RN
- Centro de Integração Comunitária — CICOM — Conjunto Habitacional Lagoa Nova I — Natal-RN

#### 2.6.2. Em conclusão

- Centro de Integração Comunitária — CICOM — Conjunto Habitacional Santa Catarina — Natal-RN
- Centro Integrado de Atenção ao Menor — CIAM — Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN
- Centro Integrado de Atenção a Família — Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN
- Clube de Mães do Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN

### 2.7. Unidades Escolares

#### Concluídas

- Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Panatis (Leste) — Natal-RN
- Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Panatis (Oeste) — Natal-RN
- Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Pirangi — Natal-RN
- Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Janduis I — Açu-RN

### 2.8. Restaurações e Ampliações

- Restauração de 94 unidades do Conjunto Habitacional Santa Maria Goretti — Currais Novos-RN
- Restauração de 100 unidades do Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco — Caicó-RN

### 2.9. Urbanização

- 2.9.1. 390,00 m2 de pavimentação e 180,00 ml de meio-fio,

no conjunto Lagoa Nova I

2.9.2. Pavimentação da área onde está encravado o Centro Comercial do Conjunto Soledade e Rua Feira de Santana do mesmo conjunto, num total de 2.550 m2 de paralelepípedos e 200,00 ml de meio-fio

2.9.3. Recuperação da pavimentação Bripap do Conjunto Amaranite (114,00 m2 de pavimentação e 75,00 ml de meio-fio)

2.9.4. Pavimentação da Av. Alagoas (parada de ônibus do Conjunto Jiqui) 396,00 m2 de paralelepípedos e 50,00 ml de meio-fio)

2.9.5. Pavimentação de ruas internas do Conjunto Amaranite — 9.629,63 m2 de paralelepípedos e 969,15 ml de meio-fio

2.9.6. Recuperação da pavimentação do Conjunto Amaranite — 3.350,80 ml de meio-fio e 140,00 de paralelepípedos

2.9.7. Pavimentação das áreas onde estão encravados o Centro Comercial e a Unidade Policial do Conjunto Panatis — 3.500,00 m2 de paralelepípedos e 1.120,00 ml de meio-fio

2.9.8. Pavimentação do CIAM das Rocas — 140,00 m2 de paralelepípedos e 30,00 ml de meio-fio

2.9.9. Pavimentação da área onde está encravada a parada de ônibus da Cidade da Esperança — 280,00 m2 de paralelepípedos e 57,00 ml de meio-fio

2.9.10. Urbanização dos Conjuntos Habitacionais Soledade I e II — 59.316,70 m2 de paralelepípedos e 17.026,70 ml de meio-fio

2.9.11. Urbanização do Conjunto Habitacional Mons. Walfredo Gurgel

## 3. Resultado

No exercício de 1978 a COHAB-RN apresentou um resultado final de Cr\$ 829.686,47. De acordo com orientações governamentais programadas nos exercícios anteriores, observamos que:

a) as metas de produção e melhoria de habitações, definidas no Programa Estadual de Habitação Popular — PEHAP, foram executadas e fortalecidas pela COHAB-RN, conforme apresentamos no Quadro 1 do presente relatório;

b) os resultados foram reinvestidos em acordo com suas normas estatutárias, na melhoria de qualidade de vida de seus conjuntos habitacionais, através dos Programas de Obras Especiais, como mostramos detalhadamente no item 2, subitens 2.1 a 2.9;

c) foi mantida a consolidação de sua posição empresarial, objetivando sempre um melhor cumprimento do papel que lhe é reservado no Sistema Financeiro da Habitação.

## Balço patrimonial, em 31 de dezembro de 1978

ATIVO	Exercício 1977	Exercício 1978	PASSIVO	Exercício 1977	Exercício 1978
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.904.522,50</b>	<b>34.900.016,22</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.861.360,51</b>	<b>16.052.596,27</b>
Caixa	122.630,25	1.362.471,56	Fornecedores e Prestadores de Serviços	4.279.849,49	9.249.790,20
Depósitos Bancários à Vista	2.705.954,88	12.503.964,68	Depósitos para Benefício do DL 1358/74	2.184.282,43	3.731.307,61
Outras Disponibilidades	1.522.982,61	69.577,00	Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo	4.397.228,59	3.071.528,46
Prestações a Receber	2.406.673,57	7.505.701,62			
Outros Valores Realizáveis a Curto Prazo	4.146.281,19	13.458.301,36	<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>368.633.025,82</b>	<b>830.994.421,12</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>383.450.460,21</b>	<b>835.031.808,40</b>	Empréstimos do BNH	361.927.082,46	824.527.240,45
Devedores por Vendas Compromissadas	195.206.986,26	334.352.456,51	Outros Valores Exigíveis a Longo Prazo	7.005.943,36	6.467.180,67
Devedores por Contratos de Financiamentos	28.711.135,23	68.154.440,89	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>726.635,94</b>	<b>5.338.927,89</b>
Terrenos	2.245.482,14	4.180.502,20	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.132.137,19</b>	<b>36.312.111,97</b>
Projetos em Fase de Desenvolvimento	151.974.047,43	423.919.626,46	Capital Social		
Outros Valores Realizáveis a Longo Prazo	5.312.809,05	4.424.782,34	Capital Realizado	17.473.583,00	17.473.583,00
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>9.998.176,75</b>	<b>18.766.232,63</b>	Reservas de Capital		
Imobilizado	9.812.898,36	19.873.432,19	Correção Monetária do Ativo Imobilizado	—	2.751.906,42
(—) Depreciações Acumuladas	(233.740,61)	(1.799.096,09)	Reserva para Manutenção de Capital de Giro Próprio	1.123.000,00	1.529.939,76
Imobilizado Líquido	9.579.157,75	18.074.336,10	Reserva Correção Monetária Capital Social Realizado	—	6.331.875,08
Investimentos	419.019,00	691.896,53	Doações e Subvenções para Investimentos	200.000,00	375.426,18
			Fundo de Variações Correção Monetária do SFH	712.431,52	970.594,23
			<b>S O M A</b>	<b>19.509.014,52</b>	<b>29.433.324,67</b>
			Reservas de Lucros		
			Reserva Legal	584.637,59	796.491,81
			Outras Reservas	2.964.816,15	4.039.171,96
			<b>S O M A</b>	<b>3.549.453,74</b>	<b>4.835.663,77</b>
			Lucros Acumulados	1.072.590,97	2.042.045,57
			Recebimentos para Futuro Aumento de Capital	1.077,96	1.077,96
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>404.353.159,46</b>	<b>888.698.057,25</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>404.353.159,46</b>	<b>888.698.057,25</b>

### Demonstração do resultado do exercício

ESPECIFICAÇÃO	Exercício — 1977	Exercício — 1978
<b>RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Receitas Financeiras	2.414.456,06	4.893.649,08
Taxas de Serviços	3.546.642,57	5.259.888,45
Taxas de Ocupação de Imóveis	2.961.001,33	7.458.279,42
Receitas de Aplicações em Títulos e Depósitos	974.864,53	747.298,77
Receitas Complementares Produção e Comercialização de Projetos	8.897.685,23	23.079.665,46
Receitas de Correção Monetária	77.814.917,51	163.123.706,81
Receitas com Vendas de Materiais de Construção	6.113.295,70	17.457.529,11
	102.722.862,93	220.020.017,10

### Demonstração das origens e aplicações de recursos

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO — 1978
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>	
Lucro Líquido do Exercício	829.686,47
Depreciação e Amortização	1.163.488,42
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	4.612.291,95

Despesas Financeiras	1.407.895,66	4.032.176,04
Despesas Tributárias	707.120,52	1.046.181,55
Despesas Complementares de Produção e Comercialização de Projetos	2.059.586,21	7.446.988,83
Despesas de Correção Monetária e Variação Cambial	72.489.324,98	157.020.596,89
Despesas c/ Custo Materiais de Construção	4.670.513,16	13.829.626,98
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>21.298.422,40</b>	<b>38.642.446,81</b>
<b>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>		
Despesas com Materiais	1.478.278,06	2.447.144,36
Despesas de Pessoal	8.136.129,07	14.714.904,14
Encargos Sociais	3.151.796,52	4.802.531,97
Serviços de Terceiros	4.055.375,50	8.947.873,66
Encargos Diversos	1.140.647,00	1.996.488,74
<b>LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO</b>	<b>3.336.198,05</b>	<b>5.733.503,94</b>
<b>RECEITA NÃO OPERACIONAL</b>		
Subvenções e Doações para Custeio	17.500,00	4.901.817,47
<b>RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.353.696,05</b>	<b>829.686,47</b>
<b>PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>1.006.108,00</b>	<b>248.905,00</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO — DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>2.347.588,05</b>	<b>580.781,47</b>

### Demonstração de lucros acumulados

ESPECIFICAÇÃO	Exercício — 1977	Exercício — 1978
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>720.209,81</b>	<b>1.072.590,97</b>
<b>CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO INICIAL</b>	<b>—</b>	<b>388.673,13</b>
<b>SALDO INICIAL CORRIGIDO</b>	<b>720.209,81</b>	<b>1.461.264,10</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.347.588,05</b>	<b>580.781,47</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO DESTINAÇÃO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.067.797,85</b>	<b>2.042.045,57</b>
Reserva Legal		
Reservas Estatutárias	518.930,45	—
Dividendos	201.279,36	—
<b>SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DESTINAÇÕES PROPOSTAS À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA</b>	<b>2.347.588,05</b>	<b>2.042.045,57</b>
Reserva Legal	75.269,54	102.102,00
Dividendos	357.530,33	510.511,39
Reservas Estatutárias	842.197,21	1.300.000,00
<b>SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.072.590,97</b>	<b>129.432,18</b>
<b>DIVIDENDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>Cr\$ 0,12</b>	

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN, em cumprimento ao disposto no inciso VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após examinar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros Acumulados e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, como também das Notas Explicativas correspondentes ao encerramento do exercício de 1978, com base nas análises periódicas realizadas, declaram que as peças acima referidas representam adequadamente a posição econômico-financeira da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN e, por seus membros abaixo assinados, recomendam que as contas submetidas à Assembléia Geral Ordinária sejam aprovadas pelos senhores acionistas.

Natal, 05 de fevereiro de 1979

Severino Lopes de Oliveira Contador  
 Jomar de Andrade Alecrim Economista

Eiinaldo Renovato de Lima Economista

### Notas Explicativas

- 01 — A partir do Exercício de 1978, passou a Companhia a adotar o regime de competência para a Receita. Esta providência refletiu no Resultado do Exercício, pelo registro de prestações de retorno de financiamentos vencidos, com um acréscimo na receita de Cr\$.... 1.294.491,17 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e hum cruzeiros e dezessete centavos).
- 02 — Em 1978 fez a Companhia pela primeira vez a Correção Monetária de seu Ativo Imobilizado, visto que sua condição de Sociedade de Economia Mista, lhe facultava este procedimento. Desta forma foram feitas as seguintes correções monetárias:
- a) Correção Especial do Ativo Imobilizado, que apresentou o líquido de Cr\$ 2.019.942,87;
- b) Correção Monetária de Balanço (art. 185 da Lei 6.404/76), que se refletiu pelo seu saldo a débito do Resultado do exercício, pelo valor de Cr\$ 4.903.817,47;
- 03 — Procedida a classificação do realizável e do exigível, segundo a expectativa do prazo de sua liquidação em curto e longo prazo;
- 04 — Em decorrência da Lei 6.404/76 e às normas do "Plano de Contas Padrão das Cohabs", foram processadas modificações abrangendo as contas retificadoras do ativo e eliminando os grupamentos "Resultados Pendentes", mediante reclassificação nas rubricas próprias;
- 05 — Os financiamentos concedidos pela Cohab a mutuários finais, é da ordem de Cr\$ 402.506.897,40;
- 06 — Os empréstimos obtidos do BNH até 31 de dezembro de 1978, é da ordem de Cr\$ 824.527.240,45;
- 07 — Os recursos aplicados em projetos habitacionais em fase de desenvolvimento somam o valor de Cr\$ 423.919.626,46;
- 08 — Constituída provisão para o Imposto de Renda;
- 09 — A próxima Assembléia Geral de Acionistas deverá apreciar a capitalização das reservas resultantes da correção monetária especial e correção do capital social, no valor de Cr\$ 8.351.817,95.

ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO  
 Diretor-Presidente

JOÃO EUDES FERREIRA  
 Dir. Adm. e Financeiro

ELIAS FERNANDES NETO  
 Diretor Técnico

JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA  
 Contador CRC-RN N° 2099  
 CPF — 029038224-68

<b>Aumento de Recebimentos para Futuro Aumento de Capital Contribuições para Reservas</b>	<b>12.179.974,78</b>
<b>Recursos Originários de:</b>	
— Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	348.670.702,47
— Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	309.589.330,26
— Alienação de Investimentos	—
— Alienação de Bens do Imobilizado	197.332,43
<b>S O M A</b>	<b>677.242.006,78</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>	
Aquisição de Direitos do Ativo Imobilizado	—
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	616.796.851,07
Aumento dos Investimentos	272.877,53
Aumento do Ativo Diferido	—
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	41.368.820,22
<b>S O M A</b>	<b>658.438.548,62</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>	<b>18.804.257,96</b>

### Demonstração da variação do capital circulante

ESPECIFICAÇÃO	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.904.522,50</b>	<b>34.900.016,22</b>	<b>23.995.493,72</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.861.360,51</b>	<b>16.052.596,27</b>	<b>5.191.235,76</b>
<b>CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>43.161,99</b>	<b>18.847.419,95</b>	<b>18.804.257,96</b>

ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO  
 Diretor-Presidente

ELIAS FERNANDES NETO  
 Diretor Técnico

JOÃO EUDES FERREIRA  
 Dir. Adm. e Financeiro

JOSE MARIA DE OLIVEIRA  
 Contador CRC-RN N° 2099  
 CPF — 029038224-68

### Deliberação nº 06/79-CA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO RIO GRANDE DO NORTE (COHAB-RN), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

RESOLVE:

Fica aprovada a Proposta 06/79/PD, da Diretoria em virtude de se encontrarem corretamente elaborados o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria relativas ao exercício Administrativo e Financeiro findo em 1978 e são do parecer unânime que ditos documentos sejam aprovados pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Esequias Pegado Cortez Neto  
 Presidente

Getúlio Alves da Nóbrega  
 Vice-Presidente

Raimundo Rands Barros  
 Conselheiro

# Motel Tahiti

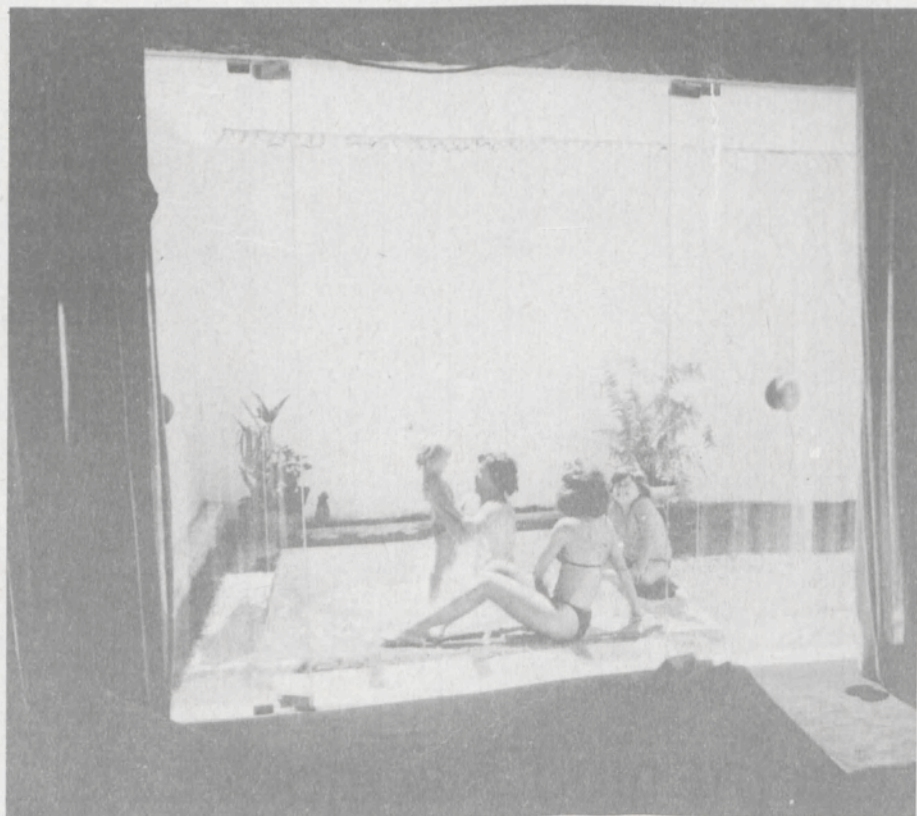
## UM EMPREENDIMENTO VITORIOSO

Um empreendimento cuidadosamente planejado, administrado com *atenção* e eficiência, consolidado graças a uma perfeita estrutura de atendimento ao público, serve para justificar o entusiasmo com que se empenha em seu negócio o hoteleiro Alcyony Dowsley, um pioneiro que acreditou e investiu na indústria do turismo quando Natal ainda tinha uma vida noturna monótona e sem atrativos.

Há seis anos atrás, aplicando todas as suas economias e ainda recorrendo a financiamentos oficiais, Alcyony dava início à implantação do seu Motel Tahiti, no molde dos melhores motéis do Rio de Janeiro e São Paulo, uma iniciativa que por muitos foi vista como perigosa. Mas o empresário acreditava no futuro de Natal. Por isso não teve dúvidas em dotar o seu estabelecimento de toda a sofisticação possível. E ele estava com a razão. (Prova disso é que, dentre o grande número de *empresários* do Estado que recorreram a empréstimos no Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte nos últimos anos, Alcyony Dowsley é, talvez, o *único* que nunca atrasou sequer uma de suas obrigações para com o estabelecimento).

**O BOM KNOW HOW** — Os turistas, os casais e as famílias que freqüentam o Motel Tahiti, seja para passar algumas horas, dias ou fins de semana, ficam impressionados com as instalações, a qualidade dos muitos pratos oferecidos pela sua cozinha, o cuidado com a higienização ambiental, o colorido paisagismo dos jardins e pomares internos, além do alto nível de atendimento e discrição oferecido pelos funcionários da casa.

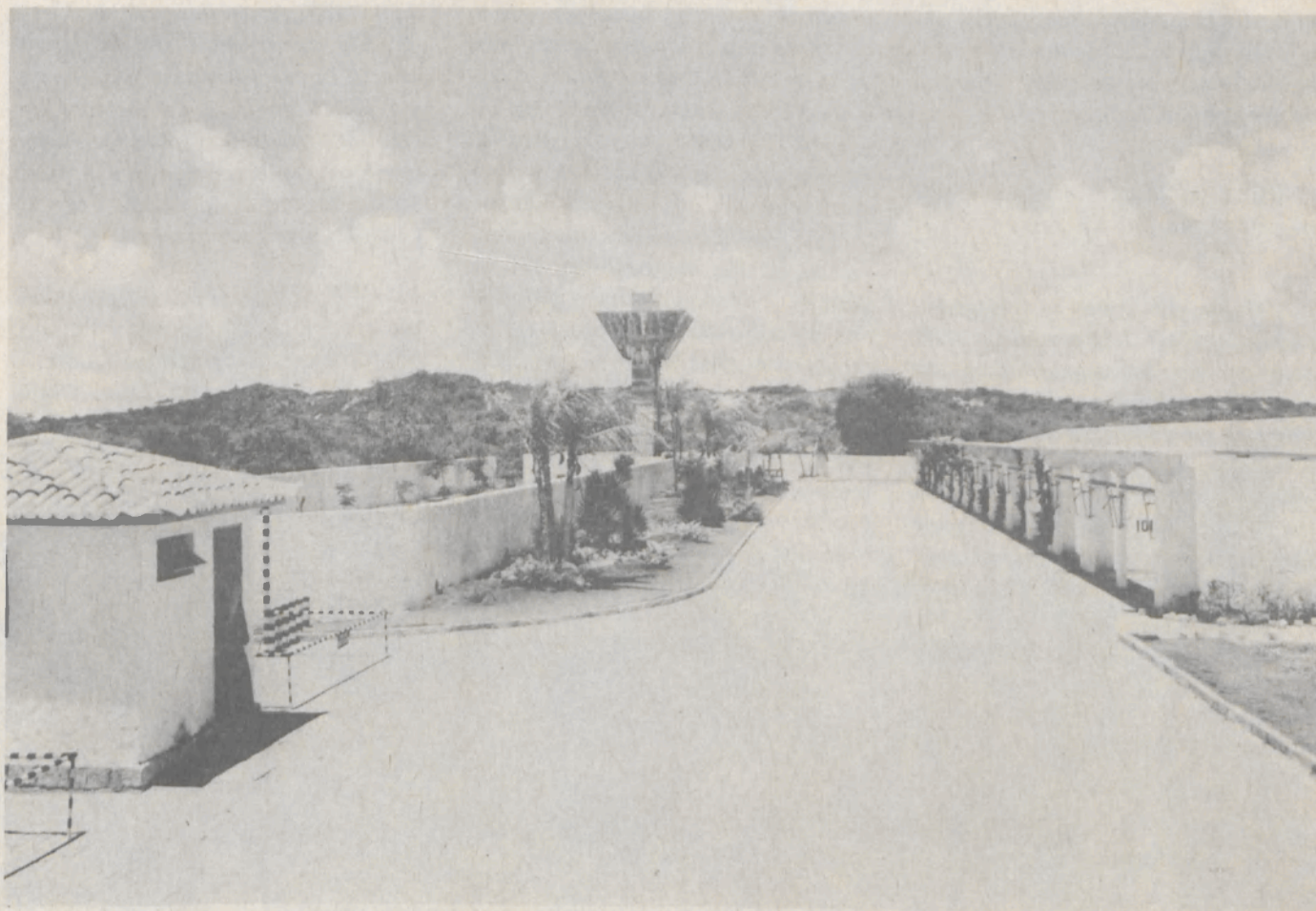
Alcyony Dowsley, que ao lado da sua mulher administra todo o complexo hoteleiro, acha que hoje todas



Turistas, casais e famílias que freqüentam o Tahiti se impressionam com as instalações, a higienização ambiental e o colorido paisagismo dos jardins e pomares internos. Todos os apartamentos e suítes possuem piscina privativa.

essas reações positivas são vistas com normalidade pela sua equipe, pois ela sempre foi preparada para fazer o máximo e alcançar os melhores resultados no seu trabalho. Com o detalhe de que ninguém está acomodado e a cada dia se aprimora o processo de atendimento aos que procuram os serviços do Tahiti.

Ele explica a origem de tudo: *"Quando decidi implantar em Natal o Motel Tahiti, tive como primeiro cuidado escolher o local mais aprazível e adequado da cidade, com área suficiente para a sua futura ampliação. Fui diversas vezes ao Rio de Janeiro e a outras capitais do Sul, onde verifiquei as instalações e*



Os investimentos realizados na primeira etapa do projeto do Motel Tahiti alcançam a soma de Cr\$ 15 milhões.

*o sistema de funcionamento dos melhores e mais sofisticados motéis do País. Numa certa ocasião, demorei-me por mais de um mês no Rio, numa espécie de estágio na Cadeia VIP de Motéis, considerada ainda hoje a melhor do Brasil. Foi principalmente dessa organização que trouxe o know how que implantei aqui”.*

**O EMPRESÁRIO** — Durante mais de 20 anos Alcyony Dowsley prestou serviços ao departamento de vendas de Confecções Guararapes S/A, indústria considerada um modelo nacional em termos de organização e rentabilidade. Ele se considera beneficiado pelos anos inteiros de convivência com os dirigentes da Guararapes e diz que, hoje, muitos dos bons resultados que obtém nos seus negócios são devidos à experiência adquirida nos velhos tempos

de vendedor. Ele sabe, por exemplo, que quem oferece o melhor produto sempre leva vantagem diante do consumidor.

Não é sem razão que ele afirma:

*“Alguns serviços do Motel Tahiti chegam a ser bem melhores do que os prestados pelos melhores motéis do Sul. Por exemplo: nossas piscinas individuais. Muitos hóspedes se surpreenderam ao chegar ao apartamento ou suíte e encontrar a piscina vazia. Então, nós explicamos: estando vazia, as torneiras que enchem a piscina serão abertas na hora, eliminando-se o risco da contaminação da água. Graças a um dispositivo especial, em cinco minutos a piscina estará cheia de água limpa e cristalina, preservando-se acima de tudo a higiene”.*

**INSTALAÇÕES** — As instalações do Motel Tahiti primam pelo conforto e a limpeza. Nas suítes e apartamentos o conforto é ressaltado em aconchegantes ambientes com ar condicionado dirigido, luxuosas toilettes, piscina automatizada, sauna privativa com controle também automático, telefone e música ambiente opcional rádio/fita.

Além disso, existe um perfeito serviço de bar, lanchonete e cigareira 24 horas por dia. A cozinha também funciona ininterruptamente e é o que pode existir de mais moderno: máquinas inteiramente revestidas em aço inoxidável, paredes revestidas de azulejo de alto a baixo, prateleiras equipadas com depósitos plásticos, tudo contribuindo para uma higiene perfeita.

O Motel Tahiti dispõe ainda de

moderna lavanderia automática, onde se lava, seca, engoma e esteriliza todas as peças de cama e banho, imediatamente após o uso.

Tudo na empresa segue rígido planejamento. Diz Alcyony:

*“Quem vive como eu, integrado no meu negócio, leva a vantagem de conhecer bem todos os problemas e de saber resolvê-los. Aqui eu tenho tudo que uma empresa do meu ramo precisa: a água é obtida de um poço tubular profundo e armazenada em duas caixas d'água com capacidade para mais de 300 mil litros, através de um sistema que utiliza bombea-*

*mento automático instalado dentro das modernas técnicas de segurança; a energia elétrica é fornecida pela COSERN, mas o Motel possui seu próprio gerador para os casos de emergência, sendo acionado automaticamente 20 segundos depois que se verificar o corte no fornecimento de luz; o abastecimento de gêneros e demais produtos consumidos no dia a dia da empresa é feito diretamente das fábricas, sem a presença de intermediários. O Motel possui três grandes depósitos sempre controlados para que o abastecimento se processe com perfeição e com o máximo de economia. Até máquina de fabricar gelo nós possuímos. Ela tem capacidade para pro-*

*duzir 180 quilos de gelo destilado por dia, o que nos livra da dependência de terceiros para nos abastecer desse produto. Temos também câmaras frigoríficas sempre cheias, como prevenção contra as eventuais faltas de carnes, pescados, crustáceos, legumes e verduras”.*

**INVESTIMENTOS** — Projetado para funcionar em três blocos distintos (dois de apartamentos e suítes e um de administração), o Motel Tahiti possui até agora dois blocos, que representaram investimentos da ordem de Cr\$ 15 milhões. A construção do que falta, que já está sendo iniciada, representará mais Cr\$ 10 milhões.



A cozinha do Tahiti é de excelente qualidade. Um serviço de bar e lanchonete funciona 24 horas por dia, para o absoluto conforto dos hóspedes



Considerado um empreendimento de interesse turístico pela EMBRATUR e pela EMPROTURN, o Motel Tahiti será agora ampliado. Um novo bloco de suítes e apartamentos será construído, representando investimento de Cr\$ 10 milhões.

Considerado empreendimento de interesse turístico pela EMBRATUR e pela EMPROTURN, a empresa *Motéis Tahiti Ltda.* conseguiu financiamentos do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), através de repasse do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BDRN, e hoje se constitui num dos poucos mutuários absolutamente em dia com os compromissos assumidos perante a instituição creditícia.

Indagado sobre a fórmula usada para atingir esta rápida consolidação, Alcyony Dowsley sorri e declara:

*“Os 21 anos que dediquei ao trabalho dentro de Confecções Gua-*

*rarapes, observando os métodos de Nevaldo Rocha, o maior “money maker” de todo o País, me possibilitaram o aprendizado de grandes lições sobre gerência de negócios. Nevaldo sempre dizia que na atividade empresarial temos que obter lucros na hora de comprar, na hora de produzir e na hora de vender; e que todo o lucro deve ser aplicado para produzir mais lucro. Foi isto que fiz, tenho feito e espero continuar fazendo”.*

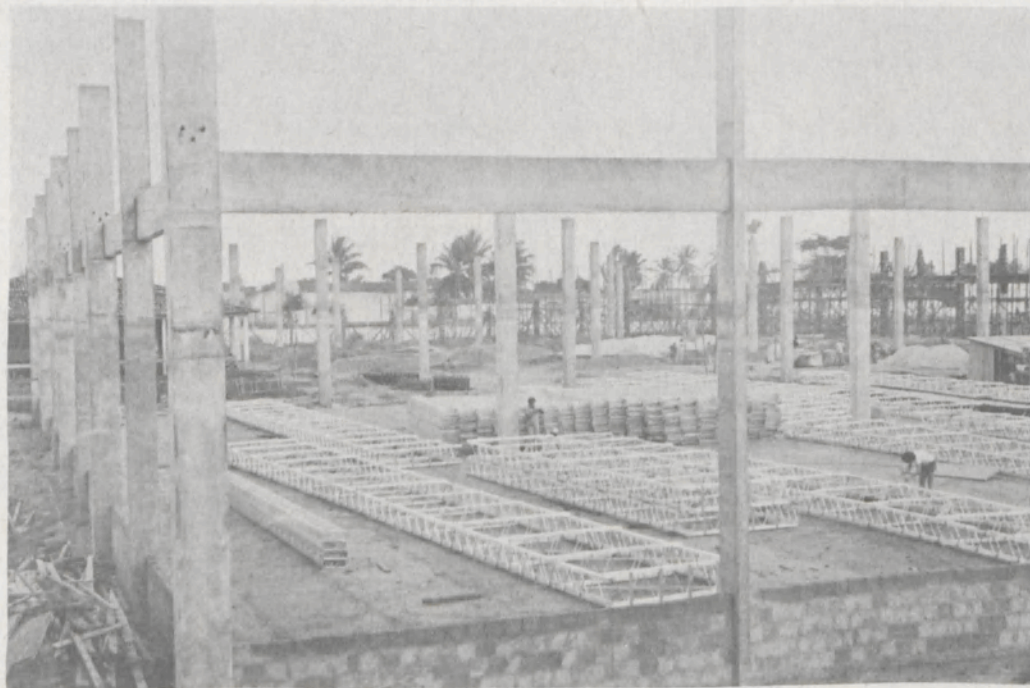
E finaliza o dirigente do Motel Tahiti:

*“A meta agora é construir logo o novo bloco de apartamentos e suítes, pois no momento temos sido obriga-*

*dos a recusar um grande número de pedidos de reservas e ficamos impossibilitados de receber quase que diariamente hóspedes que procedem de Recife, João Pessoa, Mossoró e Fortaleza, principalmente”.*

Uma empresa que não deve a ninguém e cujo único financiamento que recebeu vem sendo amortizado rigorosamente em dia, o Motel Tahiti mantém 47 empregados e contribui de modo importante para o desenvolvimento da indústria do turismo entre nós. Tudo por conta da boa administração e da filosofia do reinvestimento constante dos lucros, princípios dos quais Alcyony Dowsley não abre mão.

# GUARARAPES IMPLANTA NOVAS FÁBRICAS EM NATAL E FORTALEZA

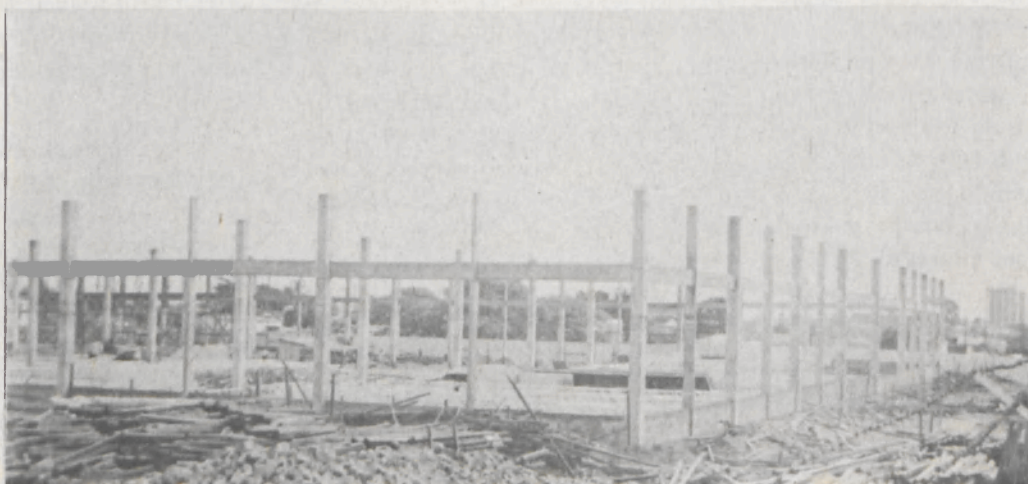


Até o próximo mês de dezembro, data prevista pelo cronograma para a conclusão da obra, as CONFECCÕES GUARARAPES S/A estarão inaugurando a sua segunda fábrica em Natal, denominada de Natal 2. A construção está sendo erguida ao lado da fábrica já existente e se encontra em fase de conclusão da estrutura de concreto armado e iniciando a estrutura de cobertura em alumínio.

Essa nova unidade industrial das CONFECCÕES GUARARAPES S/A ocupará uma área total de 14 mil metros quadrados, com uma área

útil de 12 mil metros quadrados, absorvendo mais 1.200 empregos para a produção de 12 mil camisas por dia. O ritmo das obras é considerado normal e tudo está de acordo com o cronograma previamente estabelecido.

Também em Fortaleza, as CONFECCÕES GUARARAPES S/A estão construindo obra semelhante. A segunda fábrica do Ceará ocupará uma área total de 17 mil metros quadrados e produzirá 8 mil calças por dia. O prazo para a sua conclusão está previsto para meados de 1980.





# ODONTO-MÉDICA INDUSTRIAL E FARMACÊUTICA S/A

C. G. C. N° 08.399.172/0001-91  
Rua Ulisses Caldas n° 187 — Cidade Alta

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, encerrado em 31 de dezembro de 1978.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos que colaboraram conosco no sentido de realizarmos nosso objetivo.

Natal-RN, 08 de março de 1979.

A DIRETORIA

### Balanço Geral Encerrado em 31 de Dezembro de 1978 — Copiado Diário n° 04 Folhas 052/053.

ATIVO		PASSIVO	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa.....	516.218,08	Fornecedores.....	1.638.255,38
Bancos C/Movimentos.....	128.899,93	Bancos C/Empréstimos.....	300.000,00
Contas a Receber.....	32.507,58	ICM a Recolher.....	128.118,28
Cheques em Cobrança.....	149.075,01	Imposto de R. R. na Fonte.....	587,00
Contas Correntes.....	6.527,00	Depósito p/ Aum. de Capital....	1.000.000,00
Duplicatas a Receber.....	1.531.041,08	Provisão p/ Riscos Crédito.....	45.931,00
Mercadorias em Estoque.....	4.330.347,28	Provisão p/ Imp. de Renda.....	210.000,00
Cheques Devolvidos.....	700,00		3.322.891,66
	<u>6.695.315,96</u>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Imobilizado		Capital.....	2.730.000,00
Instalações.....	71.000,32	Fundo de Reserva Legal.....	102.054,60
Móveis & Utensílios.....	313.981,28	Saldo a Disp. da Assembléia..	530.929,77
Prédios & Terrenos.....	790.322,92	Reserva de Capital.....	891.539,18
Veículos.....	242.427,86	Reserva Esp. do Capital.....	589.299,99
(—) Fundo de Depreciação....	182.874,76		4.843.823,54
	<u>1.417.732,38</u>	<b>CAUÇÕES DA DIRETORIA.....</b>	<u>41.600,00</u>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<u>8.208.315,20</u>
Ações diversas.....	45.235,80		
Capital em O. Organizações...	107.052,57		
Obras em Andamento.....	20.000,00		
Quotas do Finor.....	21.804,88		
Cauções.....	1.096,50		
Máquinas & Acessórios.....	41.351,87		
	<u>236.541,62</u>		
<b>AÇÕES CAUCIONADAS</b>			
	41.600,00		
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<u>8.208.315,20</u>		

### Demonstração do Resultado do Exercício

1 — RECEITAS BRUTA DE VENDAS.....	22.974.285,45	4 — RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
(—) Impostos.....	3.392.339,86	Rendas Eventuais.....	142.351,01
Receita Líquida das Vendas.....	19.581.945,59	Comissões Ativas.....	26.350,51
Custos das Mercadorias Vendidas.....	16.978.713,53	Outras Receitas não Operacionais.....	60.913,86
Lucro Bruto.....	2.603.232,06		<u>229.615,38</u>
Receitas Operacionais.....	660.817,53	5 — DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
	<u>3.264.049,59</u>	Outras despesas não operacionais.....	103.822,52
2 — DESPESAS OPERACIONAIS		6 — RESULTADO NÃO OPERACIONAIS....	125.792,86
Despesas Financeiras.....	135.676,52	7 — RESULTADO DE CORREÇÃO	
Despesas Tributárias.....	64.300,66	MONETÁRIA.....	492.134,72
Despesas Administrativas.....	1.928.857,11	8 — RESULTADO ANTES IMPOSTO RENDA.	768.873,44
	<u>2.128.834,29</u>	9 — (—) PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA..	210.000,00
3 — RESULTADO OPERACIONAL.....	1.135.215,30	<b>LUCRO LÍQUIDO.....</b>	<u>558.873,44</u>
		10 — DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO	
		Reserva Legal.....	27.943,67
		Saldo a Disposição da Assembléia.....	530.929,77
			<u>558.873,44</u>

NATAL, 31 DE DEZEMBRO DE 1978

VICENTE DE PAULO AVELINO  
CIC 003552404-91  
Diretor-Presidente

JOSÉ GABRIEL AVELINO NETO  
CIC 074602444-49  
Diretor Financeiro

FRANCISCO DAS CHAGAS AVELINO  
Téc. Contabilidade  
CRC 1853 — CPF 028212664

## PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DO ANO APRESENTOU BONS RESULTADOS

Pela primeira vez se realizou no Rio Grande do Norte uma feira e exposição de gado no mês de março. A experiência mostrou que em qualquer época do ano, havendo crédito e bons animais à venda, os pecuaristas se movimentam e participam. Prova disso é que os bancos oficiais financiaram operações da ordem de Cr\$ 53 milhões.



Mesmo diante da ameaça de uma seca, a feira de gado promovida pela ANORC teve grande êxito.

O calendário agropecuário do Rio Grande do Norte em 1979 começou mais cedo do que nos anos anteriores. Por reivindicação dos pecuaristas, devidamente apoiada pelo Governo do Estado, o comando e a coordenação das exposições de gado foram entregues à Associação Norte-Riograndense de Criadores — ANORC, que realizou com êxito, no período de 4 a 11 de março último, a Primeira Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas, no município de Eduardo Gomes.

Essa promoção apresentou vantagens e desvantagens, pontos posi-

tivos e negativos. Em primeiro lugar, foi realizada numa época não muito propícia, pois ainda existia uma dúvida muito grande do criador potiguar com relação ao inverno. Em segundo lugar, os bancos oficiais ofereceram um teto muito baixo para os financiamentos.

**MOVIMENTO FINANCEIRO** — Apesar dos bancos não terem oferecido um teto realista para os financiamentos (Cr\$ 7.500,00 para novilhas e Cr\$ 11.000,00 para vacas), o movimento financeiro da Feira foi considerado bom, levando-se em

conta que muitos negócios não chegaram a ser fechados porque vários pecuaristas não acharam válido arriscar na presença ou não de um bom inverno este ano.

Os financiamentos chegaram a casa dos Cr\$ 53 milhões. O Banco do Nordeste do Brasil realizou operações da ordem de Cr\$ 8,6 milhões; o Banco do Estado do Rio Grande do Norte financiou Cr\$ 4,5 milhões; enquanto que o Banco do Brasil atingiu a faixa dos Cr\$ 40 milhões, distribuídos em todas as suas agências instaladas no Estado.

**GADO DE PRIMEIRA** — Outro ponto positivo da 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas foi a boa qualidade do gado posto à venda. E esse foi um dos objetivos mais perseguidos pela Associação Norte-Riograndense de Criadores, que se baseou no fato de que na Exposição Nacional de Gado Guzerá, realizada em nosso Estado no fim de 1978, não houve comercialização de gado mestiço, que sempre reúne as maiores preferências dos pecuaristas da região. O gado mais comercializado agora foi o mestiço de Holandês, adquirido por fazendeiros do Rio Grande do Norte e de outros Estados nordestinos.

**OUTRAS ATRAÇÕES** — Além do comércio de gado de coréia, o mais procurado e o que conta com a maior aceitação dos pecuaristas, a 1ª ANORC também introduziu o comércio de cavalos, até então nunca praticado nas feiras de animais do Estado. A atração principal foi o leilão de equinos que veio precedido

de um bom esquema publicitário com apresentações de cavaleiros pertencentes a clubes hípicas da Paraíba e Pernambuco. Foram vendidos animais até na faixa de Cr\$ 60 mil.

Apesar do esforço dos organizadores da promoção, não faltaram as críticas com relação a esse tipo de leilão. Alguns expositores, mal satisfeitos, alegaram que não tinham realizado o leilão conforme ficara decidido nas reuniões anteriores. Ficou acertado antes que quem oferecesse o lance mais alto assinaria imediatamente uma duplicata no valor da compra e adiantaria 25 por cento do valor do lance, o que não ocorreu na maioria das transações.

**O OBJETIVO POLÍTICO** — Além de oferecer ao agropecuarista mais uma oportunidade para a compra financiada de animais mestiços, a 1ª Exposição-Feira de Animais e Máquinas Agrícolas promovida pela ANORC teve outro objetivo, talvez o principal: ela foi organizada com o

propósito de marcar o encerramento oficial do Governo Tarcísio Maia e também de oferecer uma oportunidade ao atual governador, Lavoisier Maia, de iniciar de imediato, antes mesmo de tomar posse, um diálogo franco com os criadores e agricultores, classes que serão muito visadas durante a sua administração.

E com relação a esse aspecto a Associação saiu-se muito bem, pois conseguiu promover a integração da classe agropecuarista, popularizando o novo Governo. O ponto alto da integração verificou-se por ocasião do encerramento da Feira, quando foi servido um churrasco, oportunidade em que Tarcísio Maia apresentou suas despedidas em um discurso emocionado.

Durante a Feira aconteceram demonstrações hípicas, exposições de cães, palestras sobre pecuária, leilões de bovinos e equinos, exposições de gado puro, demonstração de máquinas e implementos, shows artísticos e demonstrações do Corpo de Bombeiros.

*Informando sobre o desenvolvimento, falando sobre realizações dos homens de empresa, mostrando os melhores caminhos para o Rio Grande do Norte, RN/ECONÔMICO presta um valioso serviço à nossa terra. Não podemos deixar de parabenizar os que a fazem, na hora em que circula a sua 100ª edição.*



**PINHEIRO CHACON & CIA.**

**LEILÃO DE INSCRIÇÕES** —

Uma das inovações introduzidas pela Associação Norte-Riograndense de Criadores na Feira realizada em março, foi o Leilão de Inscrições para a escolha dos currais. E foi com o dinheiro arrecadado nesse leilão que a ANORC teve condições de executar a Exposição da Maneira que foi programada. Segundo estimativas levantadas pela diretoria da entidade, foram arrecadados no Leilão de Inscrições Cr\$ 1,3 milhão.

**CALENDÁRIO** — Após a realização da 1ª ANORC, a Secretaria de Agricultura do Estado divulgou o calendário oficial das feiras e exposições que serão realizadas este ano no Estado. Há uma alteração na programação, em relação à do ano passado: foram introduzidas mais duas feiras, atendendo assim a uma reivindicação antiga dos criadores. Os beneficiados foram os municípios de Currais Novos e Pau dos Ferros. Essa programação ainda poderá sofrer mais uma alteração. É que o atual

governador Lavoisier Maia assumiu um compromisso com o deputado Theodorico Bezerra de realizar também uma exposição em Santa Cruz. Confirmada a inclusão dessa feira na região Trairi, o número será elevado para sete, o que segundo os pecuaristas já melhorará muito o volume de negociações de animais, gerando a melhoria do rebanho do Estado.

O calendário elaborado pela Secretaria da Agricultura haverá as seguintes feiras de gado no Estado: de 20 a 23 de junho, Currais Novos, aproveitando a realização da tradicional "Festa de Santana" daquela cidade; de 25 a 28 de julho, Caicó, também dentro da programação da "Festa de Santana"; de 22 a 25 de agosto, Nova Cruz, que no ano passado se constituiu numa das mais bem sucedidas de todo calendário, apresentando um excelente índice de comercialização pelo fato de ter apresentado bons animais e condições físicas boas para a realização do evento; de 26 a 29 de setem-

bro, Mossoró; de 10 a 13 de outubro, Pau dos Ferros; e, finalmente, de 28 a 4 de novembro, a "Festa do Boi" no Parque Aristófanos Fernandes, em Eduardo Gomes, fechando o ciclo de feiras do Estado.

Tanto a direção da Associação Norte-Riograndense de Criadores, na pessoa do seu presidente, o vice-governador Geraldo José de Melo, e do vice-presidente Sidney Marques Fonseca, quanto os que estão à frente da Secretaria da Agricultura do Estado, acham que o ano de 79 marcará em definitivo o momento maior do criatório de gado e da mecanização agrícola no Rio Grande do Norte. Tudo está sendo elaborado com um grande esforço e toda a equipe que está engajada nessa tarefa conta com o apoio e o incentivo direto do governador Lavoisier Maia que, por várias vezes, em pronunciamentos que tem realizado, tem declarado seu interesse em desenvolver o setor primário da nossa economia.

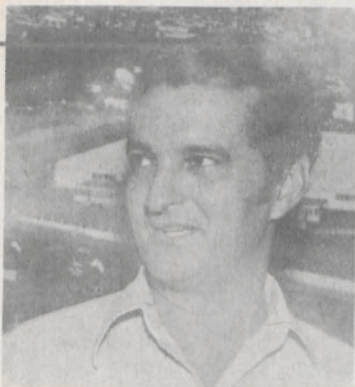
**Nós formamos mão-de-obra industrial.  
Com isto, oferecemos ao empresário  
o material humano básico para o  
sucesso dos seus empreendimentos.  
Quando, a cada mês, a revista  
RN/ECONÔMICO divulga o progresso  
das nossas indústrias, sentimo-nos  
estimulados a nos empenhar ainda mais  
em nossa missão. Cada novo número  
de RN/ECONÔMICO é sempre bem  
recebido pelos que fazem o SENAI.  
Felicitações pela edição nº 100**



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA

**SENAI**

**Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**



# RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL: UMA ABORDAGEM SIMPLIFICADA

Aluísio Machado Cunha, assessor de Direção das Confecções Guararapes S/A e professor de Organização de Empresas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, escreveu o presente trabalho e apresentou-o no Curso de Pós-Graduação em Administração, dentro da disciplina Desenvolvimento de Recursos Humanos, obtendo a nota máxima. Considerando-o de grande interesse para o empresariado do Estado, que tem no recrutamento de pessoal um dos seus mais sérios problemas, RN/ECONOMICO solicitou autorização do autor para publicar o estudo.

## 1. Considerações Gerais

É de fundamental importância na empresa moderna um bem estruturado esquema de recrutamento e Seleção de pessoal uma vez que o sucesso administrativo depende basicamente de pessoas capazes, qualificadas e habilitadas para diversas funções componentes de seu plano de cargos.

Da mesma forma que o engenheiro escolhe meticulosamente as matérias-primas para suas construções, de acordo com as especificações de cada projeto, da mesma forma procedimental deve comportar-se o especialista na área de recursos humanos procurando adequar da melhor maneira possível os candidatos as diversas funções a serem preenchidas de acordo com as necessidades da empresa, levando em conta os pré-requisitos de cada uma.

Afirmam os especialistas em Administração de Pessoal que o trabalho de recrutamento e seleção de pessoal é sobremaneira facilitado quando a empresa dispõe de bem elaborado plano de análise e descrição de funções pois enseja de forma cristalina que atividades desenvolverá o recrutando, e quais as exigências mínimas para o seu desempenho, refletindo-se inclusive nos programas de avaliação de cargos.

Insistir no desenvolvimento de programas de recrutamento e seleção sem bases científicas expõe a empresa a riscos como de flutuação de mão-de-obra (turn over), insatisfações sociais, baixos

índices de produtividade resultantes de desempenhos insuficientes, além dos custos de rotação decorrentes da legislação e rotinas trabalhistas, e adaptação dos substitutos.

Um bom sistema de recrutamento e seleção de pessoal tem dupla validade: para o empregado que se amoldará a função mais adequada ao seu potencial e para empresa que auferirá o natural rendimento da produção, satisfação e estabilidade do recém-admitido.

Vale ressaltar que apesar de recrutamento e seleção serem interdependentes diferem em conceituação pois o primeiro trata da atração dos recursos humanos: a primeira convocação, as pesquisas e contatos com o mercado de mão-de-obra; a seleção é todo um processo de triagem de candidatos onde se objetiva escolher os que apresentarem melhores aptidões reais ou potenciais para o exercício de determinadas funções.

No dizer de alguns teóricos na área de recursos humanos diz-se que o "recrutamento cessa quando de uma forma ou de outra o candidato é passível de eliminação". dessa fase em diante está desencadeado o processo de seleção de pessoal, acontecendo quase sempre a partir da entrevista inicial.

## 2. Etapas do Recrutamento

O recrutamento de pessoal se inicia quando as chefias competentes de cada setor fazem requisição de pessoal geralmente dirigindo-se ao órgão próprio de

cada organização: setor de colocação, setor de recursos humanos ou setor de recrutamento e seleção de pessoal.

### 2. 1 — A requisição

A requisição geralmente tem na sua estrutura de formulários dados básicos que guiam esse setor como sejam a função que se necessita, número de vagas existentes, sexo, salário, horário de trabalho e as razões da admissão quase sempre apontadas: substituição, ampliação do serviço, novos equipamentos. A aprovação dessa requisição, o que depende de argumentos apresentados pelo solicitante, dará prosseguimento a mais uma etapa que é a elaboração da ficha de função.

### 2. 2 — A ficha de função

Nesta etapa serão assinalados os aspectos analíticos e descritivos da função onde se incluem os requisitos individuais como: Instrução necessária, esforço físico e mental, responsabilidade por máquinas e equipamentos, informações confidenciais, riscos, condições de trabalho, atenção e ainda iniciativa.

### 2. 3 — Divulgação

Serve ainda de guia básico para a montagem de um esquema de divulgação e partir para convocação dos candidatos através de editais em jornais, anúncios pelo rádio, avisos nas escolas, conta-

tos com agências de empregos ou mesmo envio de circulares a aqueles que preencheram cadastros ou fichas de solicitação de emprego.

**3. Fontes de Recrutamento**

A escolha das possíveis fontes do recrutamento pessoal é assunto deveras controvertido pois não existem linhas-padrões procedimentais nessa área que indique a melhor, variando os critérios de escolha na razão direta dos programas de recrutamento e da filosofia que cada administrador empresta a esse campo de atuação.

É sabido e conhecido que as fontes de recrutamento mais conhecidas e citadas por quase todos autores especializados em Administração de Pessoal situam-se: entre os componentes da própria empresa (caso típico de um recrutamento interno resultante do aproveitamento dos seus valores), ex-empregados, recomendações de um modo geral, anúncios dos que se oferecem, escolas técnicas e universidades, troca de empregos, os que procuram emprego, nas agências particulares, consultores, através de anúncios.

Para cada caso específico existem vantagens e desvantagens e nessa questão o que vale mesmo é o critério central normativo que rege a política de recrutamento de cada empresa.

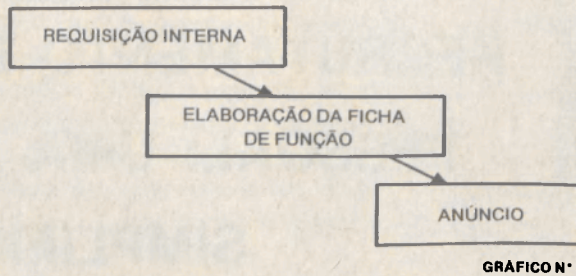
Durante longos anos atuando nessa área de especialização SENAI, SENAC, PIPMO, e hoje em Confecções Guararapes podemos observar que estes variam de empresa para empresa e cada uma possui argumentos bem "fundados" sobre como recrutar e as melhores fontes.

Evidentemente que os argumentos do técnico numa empresa tem validade substancial e conseguem introduzir algumas linhas gerais de ação mas devido sua própria natureza de elemento de apoio ou assessoria, há sempre a dependência de aprovo destes critérios, nem sempre aceitos unanimemente.

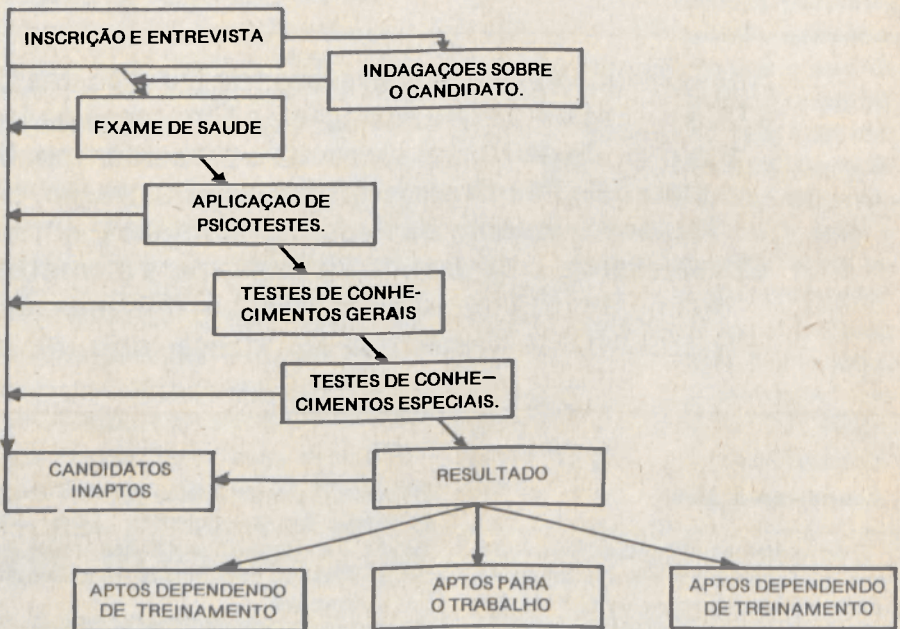
Apenas, como por exemplo, citamos o uso da fonte de ex-empregados para readmissão. Esta é uma faca de dois gumes. Se por um lado é um elemento conhecido, o recrutamento é barato, ganha-se o período de ambientação. No reverso da medalha cria-se um precedente para toda equipe, que é possível voltar ao emprego, não se eliminam as dificuldades existentes com antigos companheiros, e mais, é sempre um candidato potencial a nova demissão pela alternativa aberta.

A utilização do exemplo acima, visa somente fortalecer o argumento de que no caso sob enfoque não existe um consenso de critérios, pois alguns não aceitam ex-empregados, outros sim, e alguns dizem que "depende da necessidade".

**FLUXOGRAMA DO RECRUTAMENTO**



**FLUXOGRAMA DA SELEÇÃO**



comunique-se com o grupo executivo **GTE**



816  
1 tronco — 6 ramais



829  
2 troncos — 10 ramais



849  
4 troncos — 10 ramais



860  
6 troncos — 30 ramais

\* (extensíveis a 20)

**CÉSAR Comércio e Representações Ltda.**

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754 — NATAL-RN.

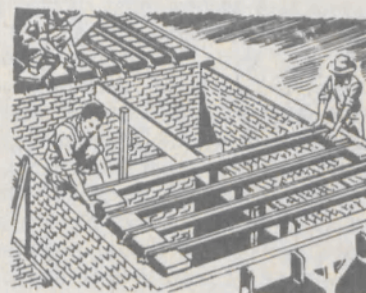
## PAINEL DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECRUTAMENTO

POR: JACKSON MATTHEW

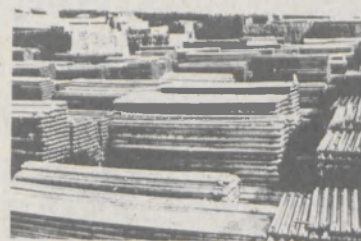
FONTES	VANTAGENS	DESvantagens
1. Pessoal da empresa.	São conhecidos — Promoção aumenta o moral — Economia não necessita de ambientação.	Limitação de candidatos — Resistência dos não aproveitados — Falta de experiência externa.
2. Ex-empregados.	São conhecidos — Conhecem as normas da empresa — Economia.	Abertura do precedente — Escolha limitada — Dificuldades com antigos inimigos.
3. Recomendações.	Interesse em trabalhar na empresa — Economia.	Escolha limitada — Dificuldades quando há reprovação — Precedente Imagem interna de prestígio.
4. Os que se oferecem nos jornais.	Economia.	Escolha limitada — Escassez de ofertas.
5. Universidades e escolas.	Bom nível de aptidão e intelecto.	Exigem treinamento — Usam o trabalho como apoio financeiro aos estudos — Esperam sempre lugar de destaque no futuro.
6. Troca de Empregos.	Bons elementos — Tem experiência.	As vezes não comprovam experiência.
7. Os que procuram emprego.	Disposição para trabalhar — Preferência pela empresa — grande número.	Baixa qualificação — Procuram em muitas empresas — Mão-de-obra flutuante — Quando surge uma vaga não estão em disponibilidade.
8. Agências particulares de emprego.	Grande número de candidatos — Economia — Rapidez.	Perda do Comando do processo seletivo — Baterias de testes desatualizadas — Dificuldades de adequação dos elementos aos cargos por desconhecimento das reais necessidades de suas atividades.
9. Consultores.	Nível do trabalho realizado — Conhecimentos das necessidades da empresa.	Elevados custos — Dificuldade de contar todas as horas com o consultor.
10. Anúncios.	Amplo universo de escolha do candidato.	Dificuldades de seleção devido o grande número dos que se apresentam — Frustrações dos reprovados Revelador para o pessoal das condições oferecidas — Perigo do anúncio mal elaborado.



**economia,  
simplicidade  
e qualidade.**



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:  
222-1543 — 222-4677 — 222-3513  
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

#### 4. O Anúncio

Poderíamos dizer que o anúncio é a etapa final do processo de recrutamento de pessoal e se reveste de importância pois, dependendo deste, na forma como for elaborado, os objetivos de atração, motivação de pretendentes a emprego, e até mesmo consolidação da imagem da empresa poderão não alcançar os resultados esperados.

Recomenda-se que o anúncio seja o mais racional possível constando as funções que se recruta, o salário oferecido, as vantagens decorrentes e os requisitos mínimos exigidos pela empresa.

É de importância sem par a escolha do veículo de anúncio que deverá ser o mais adequado ao atingimento da fonte escolhida que dependerá sem dúvidas da natureza e qualificação das funções que se recruta, pois se assim não for feito os custos com a divulgação serão desperdiçados e nem obtido o contingente mínimo do mercado de mão-de-obra que possa fazer uma seleção aceitável.

Dentre dos objetivos gerais que pretende alcançar com o processo de divulgação através do anúncio poderíamos alinhar: atrair bons candidatos a custos baixos, desestimular os que não possuem requisitos mínimos, consolidar ou melhorar a imagem geral da empresa pelas condições salariais e ambientais oferecidas.

O mais utilizado dos anúncios é o jornal pelo alcance diário de sua tiragem. No entanto deve-se na decisão do uso desse veículo de comunicação ter alguns cuidados como: tipo do jornal, o que publicar, posição do anúncio, e o número de publicações. Não sendo exaustivo citar que para algumas funções não é aconselhável seu uso.

O anúncio para ser eficiente deverá levar em conta os seguintes elementos básicos: atração visual (válido também para TV) tamanho do anúncio e sua localização, ou horário no caso de Rádio-divulgação.

Outros meios de anúncio poderão ser utilizados com menos frequência podendo-se citar: revistas semanais, televisão, editais internos, rádio, cartas circulares, reuniões nas fontes (escolas), avisos na faixa das empresas e até pedido a empregados como intermediários na convocação de candidatos e utilização de caixa postal como instrumento derivado, geralmente acionado a princípio pelo jornal.

#### 5. Seleção de Pessoal

A Seleção de pessoal é a etapa que sucede ao recrutamento de pessoal e teoricamente se inicia quando o candidato é passível de rejeição.

O processo de seleção depende muito, para seu êxito, de um bem armado esquema de recrutamento que enseje o melhor universo de candidatos a ingresso

nas vagas oferecidas pela empresa, possibilitando a escolha de elementos que realmente possuam condições de desempenharem a contento suas funções, sem riscos de insatisfações, por razões já referidas no início deste trabalho.

As etapas de desenvolvimento de um esquema de seleção de pessoal varia segundo o nível de qualificação, as exigências da empresa e a estrutura que dispõe para esse fim. Nas empresas de maior porte geralmente essas etapas são iniciadas com a inscrição do candidato onde são verificadas se as exigências solicitadas no anúncio de recrutamento foram cumpridas pelo candidato, a entrevista, encaminhamento para os exames de saúde, aplicação de psicostestes, aplicação de testes de conhecimentos gerais, aplicação de testes de conhecimentos especiais e por fim o resultado final, valendo ressaltar que em todas as fases desse processo o candidato poderá ser rejeitado, desde a inscrição.

#### 5. 1 — Inscrição e Entrevista

A inscrição é feita em formulário próprio denominando-se de Ficha de Solicitação de Emprego que tem dupla função. A primeira é a senha de ingresso no processo seletivo, pois admite-se que o candidato tenha satisfeito todas exigências pré-estabelecidas no anúncio de recrutamento. A segunda é que tratando-se de elemento novo que pretende ingressar na empresa tem-se oportunidade de obter alguns dados que servirão de guia para a entrevista como: os de natureza pessoal, escolaridade, outras aptidões, referências e o mais importante que é a citação de empregos anteriores e as razões de demissão dos mesmos, para testagem com os dados obtidos pela coleta de indagações sobre sua vida funcional.

Ainda nesta fase é procedida a entrevista que é um instrumento de seleção que tem por objetivo precípua coletar dados, fatos passados e esclarecer pontos obscuros da inscrição.

A entrevista para fins de seleção de pessoal tem recebido muitas críticas dos estudiosos dessa área de recursos humanos, dado o seu objetivismo e os perigos que cercam-na do efeito "aureola" e outros fatores relevantes dos entrevistados que as vezes impressionam sobremaneira aos entrevistadores e levam-nos a avaliações precipitadas.

Em nossa opinião a entrevista deve ser encarada como um meio auxiliar de seleção de pessoal, de relativa importância, dado não revelar uma miríade de fatores intrínsecos dos candidatos que inteligentemente ou por timidez os escondem, revelando-os quando depois de admitidos.

Evidentemente por estas razões que não se deve abandonar totalmente essa técnica que dia a dia vem se aprimorando a modo que os riscos de aplicação e julgamento de entrevistas sejam os menores possíveis.

O planejamento de entrevistas adequadas para cada função, seguindo roteiros bem estruturados, e uma metodologia uniforme para cada candidato indicarão valores que somados aos demais testes aplicados poderão estabelecer indicadores mais seguros das potencialidades destes.

Os bons resultados de uma entrevista reside também na escolha do entrevistador dentre elementos capacitados, com experiência na área e que possuam um atilado senso de observação e avaliação.

#### 5. 2 — Exames de Saúde

Esta fase da seleção é colocada propo-



## PRUDÊNCIO-Lojão das Baterias



COM AMPLO ESTACIONAMENTO



- QUALIDADE E GARANTIA VULCANIA

**PRUDÊNCIO Lojão das baterias**

MATRIZ: Av. R o Branco, 786 — Fones: 222-1518 — 222-4643.

FILIAL: Av. Alex. de Alencar, 1046 — Fone: 231-6003 — NATAL-RN.



sitadamente no início do processo a fim de se evitar a figura do candidato apto em todos os testes e reprovado nos exames de saúde, gerando conseqüentemente problemas das mais variadas natureza, inclusive o de comunicação ao candidato de seu julgamento como inapto.

Na empresa Confecções Guararapes onde emprestamos nossa colaboração na área, a princípio fazia-se a testagem dos exames de saúde no final do processo e os aborrecimentos eram os maiores, pois em alguns casos, o setor médico competente esquivava-se de fornecer o diagnóstico por questões de ética, estendendo-se o conflito até a familiares que desejavam saber qual a doença "incurável" que era portador o filho.

Os critérios para escolha dos tipos de exames variam também de empresa para empresa. Algumas se satisfazendo com a simples apresentação da carteira de saúde, fornecida pelos órgãos de saúde pública, enquanto outras exigem exames laboratoriais preliminares, de fezes, urina e sangue negativos para iniciar metuculosos exames admissional físico e mental de cada candidato a emprego.

A experiência que vivemos em Confecções Guararapes com a adoção do sistema como o utilizado pelas últimas empresas citadas serviu para reduzir os índices de ausentismos, licenças médicas, demissões por doença e a gradativa diminuição das filas de consultas no posto médico interno desta empresa, apesar dos custos decorrentes do sistema.

### 5.3 — Aplicação de Psicotestes

Esta etapa do processo de seleção exige a presença de um especialista na aplicação dos psicotestes, sendo, ao nosso ver o único caminho que o uso destes, como instrumento de seleção, seja consciente acasalado com as reais necessidades da empresa.

Neste mister o que se sente é uma verdadeira invasão de pseudos-técnicos na maioria despreparados fazendo uso de técnicas da Psicologia sem habilitação devida.

Os testes mais usuais na área ocupacional são os testes de inteligência (verbal, numérica e perceptiva), os de aptidões (mecânica, destreza manual, expressão verbal, pendor artístico), os de ofício ou profissionais (vitrinismo, mecânica, datilografia) que são testes que pressupõe o uso de ferramentas ou máquinas, os testes de interesse ou preferências; que visam identificar interesses para determinados ofícios, e os testes de personalidade que objetivam identificar os vários aspectos comportamentais de um candidato a emprego, correacionando-os com função pretendida, e mais os testes projetivos para a interpretação de ilustrações ou gravuras sendo os mais co-

nhecidos os de Rorschach e os testes de aparcepção temática de Murray e Morgan, T. A. T.

Talvez o mais difícil, sob o prisma da aplicação de psicotestes na área ocupacional seja a perfeita identificação destes com cada função podendo assim verdadeiramente, servirem de instrumental auxiliar para a seleção.

### 5.4 — Aplicação de Testes de Conhecimentos Gerais

Em muitas e conhecidas empresas existe um só tipo de testes para todas as pessoas que procuram emprego, geralmente surrados pelo tempo, devido aos longos anos de uso. Sua aplicação é na maioria dos casos feita por leigos, sem os requisitos mínimos para este mister.

As provas de conhecimentos gerais utilizadas nas empresas organizadas nessa área incluem comumente conhecimentos de Português, Matemática e, tem por fito verificar se o candidato apresenta condições mínimas exigidas para desempenho do cargo ao qual se candidata.

Essas provas são divididas em três módulos aplicáveis a grupos de categorias funcionais dando-se-lhes maior peso de julgamento às disciplinas que mais se correlacionam com a função em julgamento.

Testes desta natureza não são utilizados com os especialistas, portadores de curso superior ou pessoal de nível gerencial.

### 5.5 — Aplicação de Testes Específicos

As provas específicas objetivam fazer a testagem dos candidatos habilitados, até essa fase, em termos práticos, em operações, tarefas ou mesmo atividades que venha a desempenhar no seu exercício.

Constam de uma parte teórica e outra prática, geralmente aplicada pelos especialistas que a empresa possui, guiados por técnicos e formulários e fichas padrões de avaliação fornecidas pelo setor de recursos humanos.

A técnica de simulação no processo de seleção é também de grande valia no caso de algumas funções que exigem para seu desempenho prático, fluência verbal, argumentação e raciocínio lógico, como no caso das atividades ligadas a venda ou comercialização no sentido amplo.

## 6. Conclusões

1. Recrutamento e seleção de pessoal são atividades da maior importância dentro da empresa, no atual estágio de administração.
2. Pode-se inclusive medir o grau de organização de uma empresa pela estrutura e atenção que dedica ao processo de recrutamento e seleção de pessoal.
3. O processo de atração e escolha de recursos humanos varia de empresa para empresa, segundo sua amplitude, grau de qualificação de sua força de trabalho e principalmente a filosofia de administração que guia as suas diretrizes gerais.
4. Recrutamento e seleção são atividades interdependentes e que devem trabalhar em perfeita conexão. Uma seleção somente deve ser iniciada quando concluído todo esquema de recrutamento.
5. Uma empresa que não utiliza um organizado esquema de recrutamento e seleção de pessoal está fadada a perder terreno no campo competitivo e ser ultrapassada pelos concorrentes.
6. O uso de entrevistas dentro do processo seletivo deve ter, por orientação básica, sua aplicação como um meio de selecionar e nunca como um fim.
7. O bom discernimento e capacidade na escolha das adequadas fontes de recrutamento ajudam, sobremaneira, a colocação para seleção de uma massa de candidatos favoráveis a uma boa escolha.
8. A aplicação de psicotestes deve ser dirigida por um especialista em Psicologia, em trabalho conjunto com especialistas em recursos humanos, a fim de se obter os melhores resultados nessa etapa de seleção.
9. Os testes de conhecimentos gerais e especiais têm que ser elaborados segundo as funções que se pretende selecionar de modo que esse instrumento de seleção possa ser decisivo na comprovação dos conhecimentos dos candidatos.



## ANOTAÇÕES PARA UMA NOVA ÉTICA (1)

Nos idos de 60, um movimento internacional denominado "Rearmamento Moral" lançava suas bases no Brasil. Entre seus adeptos, um mestre em revoluções — um eterno insatisfeito com os rumos políticos brasileiros de todas as épocas: Juarez Távora. Em Natal, o movimento se apresentou a partir de uma gigantesca concentração no Estádio Juvenal Lamartine.

Pouco ou quase nada sei do movimento rearmamentista, exceto que subjetivava a moral como pressuposto e condicionante da política. Lembro também que alguns tiveram o movimento como obscurantista; outros, como mera extensão do movimento anti-Goulart que se definiria em março de 1964. Entretanto, a maioria aceitou seus fundamentos, como resposta direta ao comportamento prosaico dos políticos brasileiros, à própria conjuntura política nacional. Obscurantista, oportunista ou verdadeiramente moralista, os fundamentos desse movimento se alinham entre as justificativas de março de 1964 e se constituiu em seu mais forte apelo político, num indiscutível demonstrativo de que a preocupação moral é indissociável da própria prática política.

A preocupação com a moral não é nova. Ao contrário, sua antiguidade a faz supor retrógrada e imobilista. As Ordenações e os Códigos medievos foram elaborados à sua inspiração. A hipocrisia também foi seu sub-produto, escape de inflexibilidade. Na antiguidade clássica, Diógenes desafiava a população decadente, em pleno dia, com a lanterna acesa, procurando um homem probo. Rui, amargando a falência dos costumes e o desencanto dos jovens, desfiou, em sua Oração: "... de tanto ver triunfar as nulidades... o homem se envergonha de ser honesto..."

A busca de uma nova Ética não admite equívocos. Que não a confundam com preceitos **vitorianos**, pois, quem o fizer, aceita um jogo que convém aos espertalhões. Admitir caráter dogmático à moral, é aceitar outra espécie de jogo que convém ao imobilismo, ao conservadorismo — e aí sim — ao obscurantismo. Hoje, mais que nunca é necessária uma revisão na Ética de certos preceitos — ou talvez por carência da Ética desses preceitos. Mormente, no terreno movido da política.

### II

O jogo do Poder justificaria o destempero da moral política? Seria a política um conjunto assistematizado de **estratégias** que objetivassem a detenção ou a conquista do Poder? Aceitando-se os conselhos de Niccolò Machiavelli, sim. Por esta lógica, o "sistema" é infalível e todas as suas regras se justificariam pela tese de conservação do poder. Mas, cabe argumentar: a prática induz apenas ao proselitismo, ou objetiva a satisfação de princípios no interesse do "subject" de sua prática, a sociedade? Se for este o entendimento, a política como meio e não como fim, esta seria medianeira entre propostas e resultados, com um objetivo comum, embora com propostas diferentes. As propostas podem e **devem** divergir, nunca, porém, o objetivo final. Se, ao contrário, se conduzissem propostas para objetivos dissensuais com relação à sociedade, o pacto entre esta e a política estaria desfe-

to. É o que informa Althusen (Entre os cidadãos e os governantes existe um pacto pelo qual são investidos no Poder **sob a condição** de servir ao povo. Converte-se em tirano, a quem não é devido obediência, quem viola tal contrato). Na mesma linha vem o clássico Locke (Ao receber o poder das mãos dos indivíduos vinculados pelo pacto, não podem os governantes usá-lo arbitrariamente, mas apenas na salvaguarda das pessoas e de seus bens).

O casuismo é, contemporaneamente, o "modus" político mais usual. A simplificação utilizada pelos prosélitos para justificar seus métodos de ação política, para dizer o mínimo, violenta qualquer compromisso da Política com a Moral.

A legislação eleitoral está cheia de "equivocos". É um "pacote" casuístico em que o Príncipe se permite acomodar à sua própria conveniência utilizando simplória justificativa de manutenção do poder. A estratégia substitui o **princípio** e a **esperteza**, o **critério**. E os "espertos" aplaudem cada novo golpe de astúcia, de estratégia, de esperteza do sistema dominante. Fica muito fácil, realmente, até para um time de várzea, ganhar qualquer campeonato, desde que o juiz seja um torcedor do time, o campo de propriedade do time, a bola do time e o conselho diretor da agremiação estabeleça as regras do jogo. O conspícuo Conselheiro Avelino conclui o raciocínio, acrescentando que ganhar o jogo é fundamental, claro, mas muito melhor é assegurar a vitória de todos os campeonatos, mudando as regras em favor do time oficial.

A prática encontra oposição no próprio Conselho diretor. O deputado Célio Borja, aconselhando os novos advogados, num programa de televisão, afirmou: "... entre ser esperto e ser honesto, prefira sempre a última alternativa...". Mas, a prática da "esperteza" é fascinante, é envolvente. O aspirante ou estreante político se maravilha com golpes de astúcia, de matreirice — se deixa envolver pelo pragmatismo, pelo realismo do exercício político que supõe, falsamente, uma verdade segundo a qual, na política, como no teatro, deve-se ser fingidor, porque tal postura exclui a **acareação** com os compromissos, um fardo pesado, difícil de carregar e impossível de ser conduzido — embora houvesse prometido carregá-lo. Seu ídolo é sempre uma "**Raposa velha**". Raposa, pela matreirice, pela capacidade de se acomodar sempre à vontade nas ante-salas do sistema dominante, de escamotear a verdade, de receitar sempre fórmulas infalíveis que nunca curarão doença alguma, principalmente as grandes enfermidades sociais, de possuir um especial carisma (capaz de envolver multidões com palavras inócuas, mas bonitas). Velha, porque vive ainda no "ancient regime" onde a prática política era, antes de tudo, um ato de paternalismo. Velha, porque imóvel, fossilizada, sem nada de novo no "front" ideológico. Velha, porque contraria ao novo, principalmente às mensagens novas, comprometidas com a realidade sócio-econômica, das novas gerações. Entretanto, o novo não é privilégio da juventude, tanto quanto o velho não é apanágio da velhice. Há jovens politicamente semelhantes aos senadores do império. E velho capazes de assumir a contemporaneidade a plenos pulmões. Temos de todos os espécimes, aqui, no Estado.

## III

Afirma-se que o Brasil vive um momento de transitoriedade, em que o surgimento de novas instituições e a extinção do estado de exceção marcaria uma nova era política. Redescobre-se a pobreza. A dignidade liberal é restaurada. A contestação é "permitida". Procura-se forjar em têmpera ainda não definida, novos quadros sociais para a Nação brasileira. Então, é hora de reexaminar princípios para o estabelecimento de uma nova Ética, em substituição ao casuismo. Não através de um protocolo de intenções, mas de uma carta de princípios. Schumpeter afirma que "a melhor maneira de destruir um ponto-de-vista, é estabelecer uma questão de princípios". Os pontos-de-vista são as intenções, mutáveis ao sabor de novos posicionamentos. Já os princípios se cristalizam e para mudá-los é necessário o consenso comum de todos os segmentos que os consolidaram. De mais a mais, a verve popular consagrou o ditado: de boas intenções o inferno está cheio.

## IV

Nosso Estado é uma projeção, ao inverso da lente de aumento, dos episódicos casuismos. Os jornais anunciaram fartamente um "sorteio" para definição dos titulares de alguns órgãos da administração federal. O sistema do mérito, naturalmente, decorrerá de fatos acidentais e não propositalis. Sempre foi assim, me asseguram. Mas nunca de maneira tão acintosa, tão insultuosa à dignidade daqueles que, no mínimo, esperavam uma discussão de currículos, nunca uma competição de apadrinhamentos políticos.

Ainda aqui mesmo, a especulação sobre os auxiliares do novo Governo Estadual, decorreu de pontos-de-vista políticos. Tratava-se de conciliar extremos nem tão inconciliá-

veis assim, embora doutrinariamente — em tese — divergentes. Zelava-se pela manutenção de um sistema de forças interpartidário... num sistema **bipartidário**, solidário — não no câncer, como os mineiros — nas alegrias e fanfarras do poder. E se pode imaginar a defesa de interesses populares num sistema político sem oposição? Democracia é dissenso não é consenso. Onde e como haverá democracia se as opiniões são uniformes e verticais nada mais restando à comunidade senão acatá-las? Onde entra o povo, tão insistentemente invocado, nesta estória?

O governador anuncia um Governo político. Até onde, São Tomás de Aquino, irão as implicações do termo **político**? A julgar pelos fatos, no proselitismo, nas acomodações, na manutenção de um "status" casuístico ou continuista.

Um prefeito, recém-empossado, descobre a pobreza e proclama a Prefeitura "a casa dos pobres". Até onde, São Francisco de Assis, a pobreza será distinguida como segmento sócio-econômico, carente de integração, ao invés de fenômeno sujeito a experimentações assistenciais? Não consta que a Prefeitura tenha foros de competência ou de renda para enfrentar a solução da miséria em Natal, a pobre entre as pobres cidades de uma região pobre. Não discutiremos as **intenções** do prefeito, o despertar de sua sensibilidade para a angústia do problema. Mas, duvidamos da capacidade instrumental que terá à sua disposição, do globalismo das soluções que não poderão ser empreitadas de uma sub-unidade federativa. Principalmente, depois que o município perdeu sua autonomia. A partir de 1967, nada mais resta ao prefeito senão a **gerência** do município. Considere-se, ainda, que a visão do prefeito reflete uma ótica particular: a de um empresário afastado de sua cidade, afeito a conciliação de problemas de produtividade, sem contar com o fato de que não recolheu os problemas populares em suas belezas, como o faria um militante político que se submetesse ao referendo po-

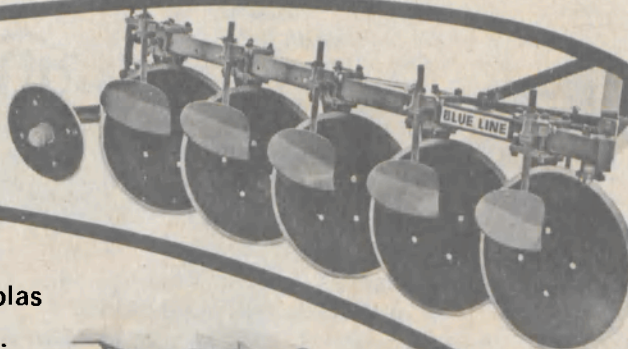
## Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.  
Departamento de Tratores.



### ARADO FIXO

\* Grande Robustez e Eficiência.



### TRATOR FORD 4600

\* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS,  
ASSIST.  
TECNICA

\* O Apoio contínuo.

SERVIÇO  
DE PROTEÇÃO  
AO CLIENTE

\* Garantia de sua Tranquilidade.



pular. Não tem compromissos com o povo, mas com o sistema que o conduziu ao cargo. Como ficamos, então? Nas intenções.

V

Como nas intenções o Governo encherá a "panela dos pobres". O problema da produtividade agrícola poderá ser dissociado do problema fundiário? Mas, segundo o ministro Delfim Netto, reforma agrária é problema para economista desocupado. Haverá, então, um substituto para o radicalismo da solução? Se não houver, não haverá de se falar em desenvolvimento. Desenvolvimento é uma proposta global e não setorial. Tanto é assim que convivemos com a concentração de rendas e as disparidades econômicas regionais, a despeito do crescimento econômico — e as panelas dos pobres continuam vazias, apesar do propalado "noveau richisme" do Brasil. (E por falar em "panelas dos pobres", anotamos com alegria a preocupação generalizada, em todos os escalões do poder, com esta entidade, subitamente entronizada: a pobreza).

VI

A administração da economia nacional adota o pragmatismo como corolário de idéias, se bem que a associação William James/John Dewey se traduza muito mais como uma filosofia de ação. E a consequência da distorção, como se conclui ao final de cada mês, é a carência de resultados positivos no combate à inflação, o crescimento cada vez maior das desigualdades sociais e o fracasso do "modelo exportador". Os fatos são conhecidos, não adianta repeti-los. O "milagre" brasileiro posto à prova apenas acentuou as desigualdades já existentes. E não satisfaz à conjuntura a desabusada defesa que se fundamenta na crise do petróleo. Nem ao Presidente Figueiredo, que já advertiu aos novos governadores

sobre a matéria. A crise não é nossa, não é particular, é universal. Entretanto, todos os países buscam uma fórmula para conviver com a crise sem afetar em profundidade as suas conjunturas sócio-econômicas. Onde, então, o erro essencial? Talvez resida na confusão entre as competências de "planejamento" e "estratégia". Aquele, é de competência do Governo, mas este pertence à política. É a política que deve comandar a economia, a estratégia vem a reboque da política. Até o senador Magalhães Pinto concorda com esta tese.

E a política carece de reorientação. A solução é de caráter subjetivo, agrava-se pela falta de uma definição de princípios, de doutrina, pela permanência de certas situações anunciadas como transitórias.

VII

O Humanismo está voltando. Certa intelectualidade está preocupada com os rumos de tantas intenções desenvolvimentistas. E a dúvida que lhes ocorre é: quem seria o beneficiário do desenvolvimento — o Homem ou o Estado? Até agora, o segundo — um incorregível perseguidor do "destino manifesto", da hegemonia. Preferimos apostar no Homem, mas será que o governo garantirá a aposta? Intencionalmente, sim, mas propositadamente, não sabemos. Só os propósitos definirão as intenções. E essa definição se dará com o retorno ao Estado de Direito. Então, uma nova Ética — humanista — haverá de nascer neste novo País que se anuncia. É preciso devolver ao povo a confiança no seu próprio "destino manifesto" enquanto nação, enquanto sociedade agrupada em todos os seus segmentos sociais — integrada. Abdicar do manifesto destino nacional em favor de um ente instrumental é escravizar o homem à sua própria criação. E o humanismo deverá ser a Ética de todas as propostas. Em oposição ao Leviatã, o engolidor de homens.

SKF  
Rolamentos.POP  
- Rebites e  
Rebitadores  
SCHULZ - Co  
- mpressores.  
ELETELE - Re  
ostatos e Resistên  
cias. RIGID - Ferr  
mentas Pré-testadas  
que Reduzem o Trabalho.



CODIF TEM:

Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.  
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.  
INVICTA - Tudo para Madeira. WEG - O Motor Elétrico.  
OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico  
Industrial. HARTMANN & BRAUN DO BRASIL  
Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos.  
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.

ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL  
Equipamentos para Lubrificação.

ADELCO - Transformadores.  
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. STARRETT - Serras de Aço. BURNDY DO BRASIL  
Conectores e Válvulas. — Etc.

3M  
Emen  
das Terminações.  
PIRELLI -  
Fios e Cabos  
Elétricos. 3M  
PETERCO - Ilu  
minação Comercial. STANLEY - Ferr  
mentas de Aço. BELZER  
-ITMA - Ferramentas do

**COMPANHIA  
DISTRIBUIDORA  
DE FERRAGENS**

CODIF  
Matriz: Recife-PE  
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190  
Tels.: 222.3571 - 222.8210  
222.8033 — Natal-RN

R  
I  
O  
N  
O  
R  
T  
E

A RIONORTE é uma financeira do Estado aplicando permanentemente no desenvolvimento do próprio Estado. Financiando máquinas industriais, veículos pesados, automóveis, eletrodomésticos, estamos ajudando a gerar riquezas em nosso meio e a fortalecer a economia do Rio Grande do Norte. Por isso, quando pensar em financiamentos, procure a RIONORTE. O seu dinheiro continua em casa!



**Cia. Norteriograndense de Crédito,  
Financiamento e Investimento**

Rua Mossoró, 359 — Natal-RN.

## HENCIL: EM SEIS ANOS, 66 OBRAS CONCLUÍDAS EM VÁRIOS ESTADOS

A HENCIL figura hoje entre as principais firmas de construção civil do Rio Grande do Norte, embora tenha sido fundada há apenas 6 anos. Prestando serviços ao poder público e a empresas, ela também executa projetos próprios, como faz agora com o Edifício São Lucas, em Natal, que será construído especialmente para profissionais da área da saúde.



No rol das suas obras mais importantes, a HENCIL relaciona a Penitenciária Agrícola Dr. Mário Negócio, construída para o Governo do Estado, na cidade de Mossoró, com 7.126 m<sup>2</sup> de área coberta. Na foto acima, o instante em que o então Governador Tarcísio Maia dava por inaugurada a construção.

Decorridos apenas seis anos da sua implantação, a HENCIL — HOLLANDA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. está concluindo a sua obra n<sup>o</sup> 66, um marco que realmente enche de otimismo toda a diretoria da empresa, embora a exemplo da maioria das empresas locais que atuam no ramo da construção civil, seja forçada a enfrentar a pesada concorrência das construtoras de fora.

Com obras nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, a HENCIL se esforça sempre para atingir a perfeição nos trabalhos que executa. A maioria dos pro-

jetos são contratados pelos Governos Estadual ou Federal; no entanto, importantes obras particulares também têm sido por ela projetadas e construídas.

**COMO NASCEU** — Com o objetivo de prestar serviços de construção civil e engenharia civil em geral, confecção/execução de projetos arquitetônicos e fabricação e venda de produtos de cerâmica, foi criada a 2 de maio de 1973 a HENCIL — HOLLANDA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. A sua diretoria está composta dos seguintes sócios: Dirceu Victor Gomes de

Holanda (Diretor-Presidente), Daniel Geraldo Gomes de Holanda, Decio Américo Gomes de Holanda e José Vasconcelos Rocha.

**OBRAS** — Entre os 66 projetos que já foram executados pela HENCIL, o Diretor-Presidente, Dirceu Holanda, afirma que dois se destacam e podem aparecer como as obras mais importantes desses seis anos:

“A maior obra da empresa é, sem dúvida, o Conjunto Habitacional Morro Branco. São 200 apartamentos divididos em sete edifícios, sendo quatro de oito pavimentos e 3

de seis pavimentos. A área total desse projeto atinge 23.128 metros quadrados. A segunda obra mais importante é a Penitenciária Agrícola Dr. Mário Negócio, erguida na cidade de Mossoró. São 18 blocos totalizando 7.126,50 metros quadrados''.

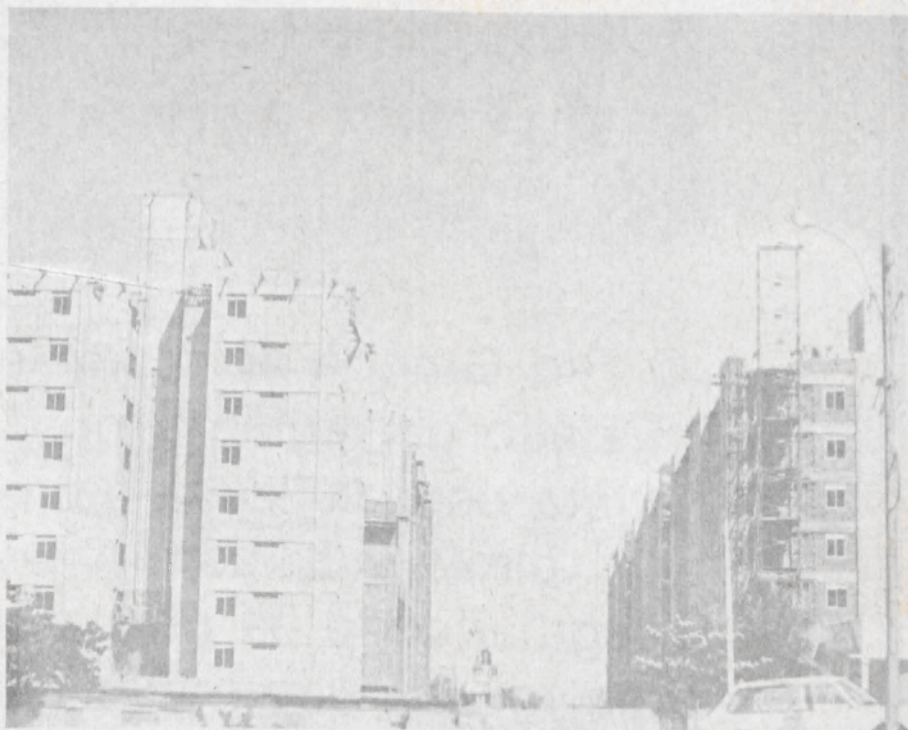
No que se refere a obras particulares, as mais importantes foram as da Usina Estivas S/A, onde foram executadas a quase totalidade de suas obras de ampliação, não só no parque industrial, como residencial e de apoio (ambulatório, escritório, laboratório, etc) e as do Supermercado Mini-Preço S/A para quem estão construindo uma loja com área de 4.130 metros quadrados e um depósito com 2.340 metros quadrados, ambos na cidade de Mossoró.

Vale ainda mencionar, segundo Dirceu Holanda, ''o conjunto de 30 casas residenciais para oficiais do CATRE, bem como o Conjunto Habitacional Ceará Mirim, constante de 264 casas populares com uma área total de 11.458 metros quadrados, para a COHAB/RN''.

**PERSPECTIVAS** — Da mesma forma que a maioria das empresas que atuam no ramo da construção civil no Rio Grande do Norte, a HENCIL também demonstra preocupação face ao momento de mudança de Governo, quando já começa a se sentir uma diminuição no ritmo das obras oficiais. Geralmente esse período dura seis meses e as empresas são forçadas a planejarem com o máximo de rigor o seu cronograma de obras para que não se vejam forçadas a paralisar o trabalho nesse período de retração do mercado.

Sobre as perspectivas para o restante de 1979, afirma Dirceu Holanda:

''No que diz respeito a construções do setor público, o Banco Nacional de Habitação, principalmente a nível estadual, parece ter definido um vasto programa. Só na Companhia de Habitação Popular do Estado — COHAB/RN, 23.000 casas deverão ser construídas até 1982. O INOCOOP já está definindo a Cidade Satélite e aí serão mais 4 mil ca-



O Conjunto Habitacional Morro Branco, em Natal, é atualmente a principal obra da HENCIL. É composto de 7 edifícios com 200 apartamentos, totalizando 23.128 metros quadrados de área construída. A obra foi contratada pelo INOCOOP-RN e já se encontra em fase de acabamento.

sas. A nível nacional, o Ministro Mário Andreazza, do Interior, já afirmou que vai procurar dinamizar o setor de construções habitacionais no País. É provável que outros Estados também acelerem os seus programas de habitação de massa e isso pode nos favorecer. O primeiro semestre não trás uma perspectiva alentadora, mas tudo indica que no segundo haverá a retomada do ritmo de obras públicas. A nível de iniciativa própria, a HENCIL estará lançando neste mês de abril o Edifício São Lucas, constante de 36 salas para consultórios médicos, dentários e laboratórios ligados à área de saúde, além de sala-de-estar e auditório para conferências na cobertura, com estacionamento próprio para os adquirentes das salas. Será erguido na esquina da rua Maxaranguape com a avenida Afonso Pena. O projeto é do Arquiteto Daniel Holanda''.

A respeito da infiltração das empresas de outros Estados, diz o Diretor-Presidente da HENCIL:

''De uns anos para cá, o mercado potiguar ficou bastante interessante para as empresas cearenses. Esse fenômeno não ocorreu somente no Rio Grande do Norte, mas em vários outros Estados. Acho que o que devemos fazer é fortificar também nossas empresas para podermos concorrer dentro do Ceará''.

**CERÂMICA** — Além da parte de elaboração de projetos e execução de obras, a HENCIL também participa do mercado de cerâmica com uma indústria localizada no município de São Gonçalo do Amarante, ocupando uma área construída de 8.718 metros quadrados. Lá são fabricados telhas, tijolos e blocos para laje pré-moldada. Antes, a produção era suficiente apenas para o abastecimento das obras da firma; no entanto, agora que a indústria passa por uma ampliação, ela começa a participar do mercado, fornecendo os seus produtos a outras empresas construtoras e aos consumidores em geral.

O Rio Grande do Norte é o único Estado da região a possuir uma revista especializada em economia, circulando com absoluta regularidade há quase 10 anos. Uma revista que possui um padrão de qualidade no nível das melhores publicações do país. Informativa, independente e atual, RN/ECONÔMICO dá a cada mês uma lição de confiança no futuro do Estado. Parabéns pela sua centésima edição!

**Nóbrega & Dantas S/A**

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



## REDUÇÃO DE PRAZO NOS FINANCIAMENTOS NÃO ALTERA O RITMO DAS VENDAS EM NATAL

Os financiamentos de móveis e eletrodomésticos tiveram os seus prazos reduzidos para 12 meses; os de automóveis, para 18. A medida, que parte do Ministério da Fazenda, visa combater a inflação através do desaquecimento da economia. Mas os nossos comerciantes acham que dela não decorrerão quedas nos volumes de vendas, mantendo-se estável o volume de negócios.

O comércio de bens de consumo durável se transforma em mais uma vítima de política oficial de combate à inflação no país. O Ministério da Fazenda, pelo Conselho Monetário Nacional, dando sequência a uma série de medidas que objetivam conter o consumismo e forçar um tipo discutível de recessão no mercado, criou nos últimos dois meses barreiras ao crédito pessoal, estabelecendo em 18 meses prazo máximo para os financiamentos de automóveis, e em 12 meses para móveis e eletrodomésticos em geral.

É bem verdade que, reagindo aos juros extorsivos que o governo não consegue e parece não poder disciplinar, a maioria dos consumidores já vinha fugindo das compras a prazo muito longo. Mas ainda assim uma parcela ponderável da população, principalmente na faixa intermediária de renda continuava usando por necessidade o crédito direto ao consumidor, tomando financiamentos em 18 e 24 meses, independente de saber que nesses prazos o objeto comprado tem o seu preço majorado em até mais de 100 por cento.

**PROBLEMA REGIONAL** — Airton Soares Costa, diretor da Revendedora Costa Máquinas e Peças — RECOMAPE, e ex-presidente do Clube de Diretores Lojistas de Natal, admite que a redução dos pra-



Airton Costa explica que os lojistas já vêm educando o consumidor para que ele prefira os prazos menores.

zos implicará numa relativa diminuição das vendas, pois os consumidores de menor poder aquisitivo não terão meios de se submeter às prestações mais pesadas dos financiamentos a curto prazo. E ele demonstra com a seguinte explicação:

*'No Nordeste, como se sabe, os níveis salariais são muito baixos. Todas as famílias, como é natural, desejam e precisam possuir alguns móveis ou eletrodomésticos essenciais, como um televisor, um rádio,*

*liquidificador, geladeira, fogão a gás, etc. Se o assalariado necessita desses equipamentos e tem as suas despesas de manutenção da família consumindo praticamente todo o salário, ele sempre procurará um jeito de ter acesso a esses bens. E o único jeito é a compra pelo crediário, mediante a prestação mais baixa possível, ou seja, em 18 e até 24 meses'.*

Apesar da realidade ser esta, explica Airton Costa que a maioria dos lojistas tem procurado educar o cliente no sentido de que ele prefira prazos menores, pelos quais os juros são também menores.

**AS VENDAS SE MANTÊM** — O diretor de compras da cadeia de lojas A Sertaneja, Luciano Rodrigues Lúcio, tem confiança em que, mesmo com a proibição das vendas a longo prazo, não haverá redução no movimento comercial da empresa. E ele diz porque:

*'Mesmo quando os móveis e eletrodomésticos podiam ser comercializados em até 36 meses, as lojas de A Sertaneja procuravam desestimular os consumidores a optar por prazo tão longo, mostrando-lhes sem subterfúgios a exorbitância de juros que eles estariam forçados a pagar às financeiras. Depois, quando o prazo máximo caiu para os 24 meses, continuamos com a mesma política, estimulando inclusive*

PARELHAS • PATU • LAGES • CEARÁ MIRIM • AREIA BRANCA • CURRAIS NOVOS • MACAIBA • TANGARÁ • SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE • SEMOES • EDUARDO GOMES • SÃO PAULO • BRASÍLIA • RIO DE JANEIRO • NATAL • RIBEIRA • CENTRO • ALECRIM • MOSSORÓ • CAICO • MACAU

# O PONTO DE ENCONTRO DOS NORTE-RIOGRANDENSES NO RIO DE JANEIRO

A agência carioca do BANDERN não é um lugar onde você, apenas, deposita seu dinheiro, paga suas contas de água e luz, seus impostos ou faz todos os demais serviços bancários.

A agência do BANDERN é muito mais do que isso. É o lugar onde você pode encontrar gente. Gente norte-riograndense como você. Do Governador ao Secretário de Estado. Do parente que você não vê há muito tempo ao amigo de infância.

Gente que tem muita coisa em comum com você. Do cliente ao gerente.

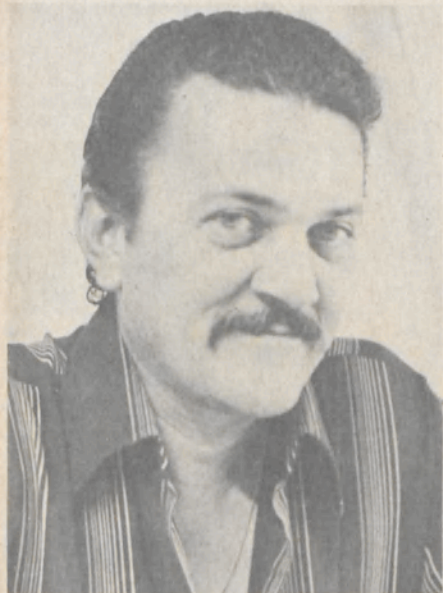
Gente que fala a linguagem norte-riograndense.

Apareça! Rua Buenos Aires, 59

## **bandern**

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

- o banco do amanhã, hoje mesmo.



Luciano Rodrigues Lúcio não acredita em redução das vendas

com financiamentos da própria empresa (a taxas de juros menores), os clientes que optassem pelos 12 ou 18 meses. O êxito dessa política foi fruto do bom treinamento que a organização proporcionou ao seu quadro de vendedores. Hoje, depois de haver passado por uma série de vexames ao operar com as financeiras, as lojas de A Sertaneja possuem a sua própria carteira de financiamentos, devidamente adaptada aos planos de pagamento que às vezes são propostos pelos próprios clientes. Mas, em linhas gerais, os planos de comercialização adotados pela empresa são os seguintes: 25 por cento de entrada e mais cinco pagamentos, sem juros, com preço de a vista; ou 30 por cento de entrada e o saldo em 12 meses”.

**POVO JÁ PREFERE 12 MESES**  
— Segundo os gerentes das principais financeiras que operam em Natal (FINIVEST, FINASA, RIONORTE, MERCANTIL), os que procuram financiamentos de móveis e eletrodomésticos fazem sempre a opção pelo prazo de 12 meses, isto porque para as operações em 18 meses o valor mínimo financiável é de Cr\$ 23.000,00 correspondente a 20 salários-referência, sendo o consumidor obrigado a participar



Nelson Freire admite que os prazos serão reduzidos ainda mais.

com 30% deste total, ou seja, Cr\$.... 6.900,00. Como a maioria das pessoas que compram a prazo tem renda familiar em torno de Cr\$ 8 a 10 mil, fica difícil cobrir esses 30 por cento. E, por outro lado, só em poucos casos os consumidores compram de uma só vez mercadorias no valor de Cr\$ 23 mil. Assim, a proporção de financiamentos em 18 meses vinha sendo de um para cem, comparados às operações em 12 meses.

Nelson Hermógenes Freire, novo diretor-presidente da RIONORTE Crédito, Financiamento e Investimento, pertencente ao sistema financeiro do governo do Estado, dá sua explicação para a medida do Conselho Monetário Nacional diminuindo os prazos dos financiamentos:

“A medida tem por fim promover o desaquecimento no setor industrial, em favor de uma maior expansão na agropecuária, área da economia à qual o Presidente Figueiredo empresta prioridade absoluta. Ao nosso ver, esta é uma política absolutamente correta. Por outro lado, alcançados os objetivos dessa política, através do aumento da produção agrícola nacional, todos os incentivos à indústria deverão retornar”



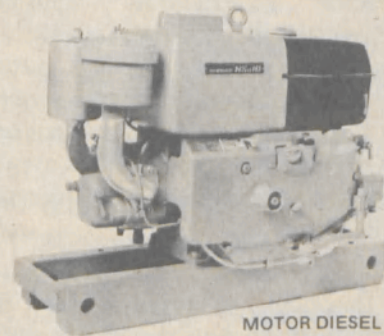
**DIVISÃO  
AGROPECUÁRIA**

Comercial José Lucena Ltda.

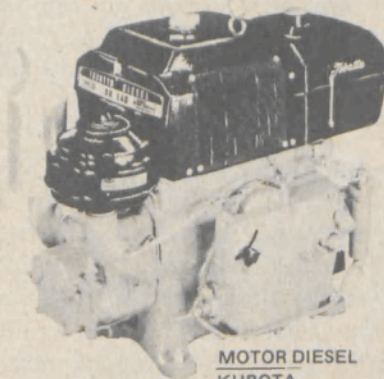


**NOGUEIRA**

a máquina para a vida inteira



MOTOR DIESEL  
YANMAR



MOTOR DIESEL  
KUBOTA



MOTOR WEG

Comercial José Lucena Ltda.  
Matriz: R. Frei Miguelinho, 120  
Tels.: 222-2304 — 222-1506 —  
Natal-RN  
Filial: R. Dr. Mário Negócio,  
1470 Tel.: 222-0229 - Natal-RN



Acredita Nelson que futuramente poderá vir a ser determinada outra redução do prazo máximo de financiamentos, de 12 para apenas 9 meses. E se isto vier a acontecer o impacto sobre o comércio lojista seria bem mais sério.

**MERCADO DE AUTOMÓVEIS**

— Com relação ao financiamento de automóveis, desde o dia 1º de fevereiro último que o prazo máximo foi baixado de 24 para 18 meses, medida que se enquadra inclusive no elenco de providências oficiais para forçar a queda do consumo de combustível. Sendo obrigados a pagar prestações mais altas, os proprietários de automóveis de uma maneira generalizada sentirão necessidade de diminuir suas despesas com gasolina. E, por outro lado, uma ponderável faixa do mercado consumidor preferirá demorar por mais tempo com o mesmo carro, ao invés de trocá-lo com frequência muito curta.

Enquanto os revendedores de automóveis novos e usados sentem o início de uma ligeira retração no mercado, os consórcios ganham um novo alento e começam a ser mais procurados pelo consumidor de classe média.

Analisando as mudanças no setor, Nivaldo Rodrigues, chefe do departamento financeiro da Auto-brás, empresa que, revende carros novos e usados, acha que como uma forma de combate à inflação a redução dos prazos de financiamentos é uma medida correta, mas que trará alguma insatisfação para alguns segmentos da sociedade. No seu entender, agora fica muito mais difícil para um pobre possuir um automóvel. Na sua loja, mais de 80 por cento da clientela vinha optando pelas compras em 24 meses, e ainda havia muita gente que aventava a hipótese dos financiamentos em 36 meses, que há bastante tempo estão fora de uso.

Diz Nivaldo Rodrigues acreditar que o governo venha cada vez mais a



Nivaldo Rodrigues vê na medida um reflexo da política de economia de combustível.



Pedro Guedes Fonseca diz que a medida vem em proveito do próprio consumidor.

adotar critérios restritivos para o financiamento de veículos, pois esta é uma maneira de se evitar o crescimento da inflação, haja vista que muita gente para manter o automóvel chega até a gastar o que não possui. Com a fixação de menores prazos, sem dúvida este tipo de automobilista sairá de circulação, enquanto outra grande parcela procurará economizar mais gasolina

para suportar os encargos que o carro representa.

**BENEFÍCIO PARA O CONSUMIDOR** — Pedro Guedes Fonseca, proprietário da Loja dos Automóveis, que atua há 15 anos no ramo do comércio de veículos, declara que a redução dos prazos de financiamento vem em favor dos próprios

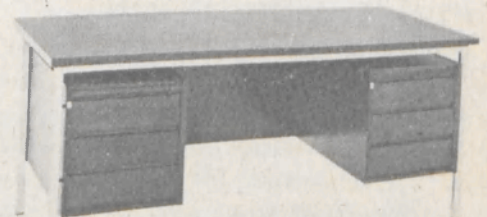
**RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO**



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

**RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.**



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242  
Filial: Praça Augusto Severo, 91  
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:  
Rua Cel. Gurgel, 266  
Fone: 321-1330

consumidores, que assim passam a pagar menos juros, e se libertam mais cedo dos seus compromissos. E ele dá o testemunho de que até agora não deixou de fazer nenhum negócio por causa do problema do prazo de financiamento reduzido em seis meses. E faz uma demonstração:

*“Alguém que procurasse um financiamento de Cr\$ 30 mil em 24 meses, iria pagar uma prestação de Cr\$ 2.098,50. Agora, em 18 meses, essa prestação subiu para Cr\$..... 2.494,50. Pelo que se vê, o aumento não é tão violento e as pessoas ainda têm a vantagem de se livrar mais depressa da obrigação”.*

Segundo o raciocínio do proprietário da Loja dos Automóveis, a medida do governo não influirá decisivamente nos hábitos de consumo em vigor, pois *“quando a pessoa deseja realmente possuir um automóvel, não será por causa de seis meses a mais ou a menos no prazo de financiamento que o desejo deixará de ser satisfeito”.*

**ADAPTAÇÕES** — As empresas financiadoras de automóveis, de modo geral, porém, acham que a diminuição do prazo no mínimo provocará uma fase de adaptações, havendo nos primeiros meses algum tipo de retração no mercado. O gerente-adjunto da financeira do BANORTE, Leôncio Costa, acha que a determinação implicará numa queda temporária do movimento de financiamentos, até que o mercado se adapte à nova modalidade dos 18 meses. Em compensação, continuam liberados os financiamentos em 24 meses para os veículos pesados (ônibus e caminhões), que representam um grande volume de negócios por conta dos seus altos preços.

**A VEZ DOS CONSÓRCIOS** — Depois de terem passado anos atrás por uma fase de grande sucesso, os consórcios automobilísticos ficaram nos últimos tempos funcionando de forma menos dinâmica. Agora, como se transformaram na única alternativa de se comprar um carro a longo prazo (os consórcios podem



Para Leôncio Costa, a queda das vendas será apenas temporária.

ser divididos em até 36 prestações), voltam eles a ser muito procurados.

Segundo o gerente do Consórcio Nacional Ford, em Natal, Ideilton Soares, o movimento dos consórcios aumentará consideravelmente, pois esta se transformou na fórmula mais suave de se comprar carro no Brasil. No consórcio, as pessoas re-

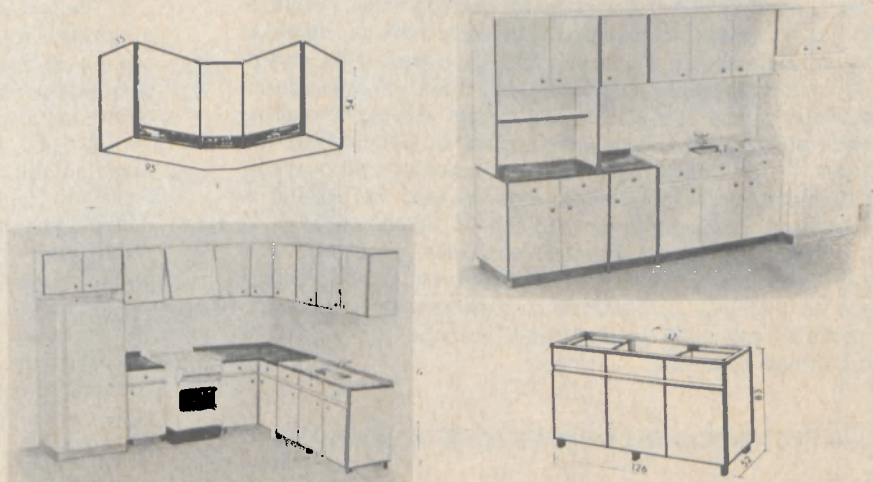


Ideilton Soares acha que chegou de novo a vez dos consórcios.

cebem mediante sorteio ou lance, um automóvel zero quilômetro, sem pagar juros e sem necessidade de fiador.

A prova de que o consórcio deverá passar por uma fase de incremento é que as revendas Volkswagen, Chevrolet e Fiat em Natal já estão inscrevendo candidatos e inúmeros grupos já estão formados em todas elas.

## Você já tem onde comprar as cozinhas componíveis TODESCHINI!



As cozinhas TODESCHINI são componíveis e se adaptam a qualquer espaço. E dinheiro não é problema: você pode montar sua cozinha TODESCHINI aos pouquinhos, de acordo com as suas possibilidades.

CONHEÇA AS COZINHAS TODESCHINI NAS LOJAS DE

# QUEIROZ OLIVEIRA

Av. Rio Branco, 185 — NATAL

Rua Cel. Gurgel, s/n — MOSSORO



## GOVERNO E EMPRESA

Interrompo a série de artigos que escrevo sobre as origens e evolução doutrinária do Direito Econômico, para agradecer as congratulações que tenho recebido, face a encampação recente, pelo Governo Federal, da tese e projeto-de-lei de minha autoria, relativos à reciprocidade de direitos e obrigações entre o Estado e a empresa. Defendi tal ponto de vista quando deputado federal pelo Rio Grande do Norte, recebendo apoio quase unânime dos órgãos classistas do País, inclusive da Presidência da Confederação Nacional da Indústria, através de ofício. Em maio de 1978, convidado oficialmente pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, defendi tese na VII Conferência Nacional da OAB, realizada em Curitiba e nas conclusões do trabalho sobre o Estado de Direito Econômico, voltei a destacar a importância da matéria, anexando a minuta do projeto de lei.

Hoje, no desterro político, construído criminosamente pelos que temiam a concorrência do meu trabalho sério e responsável, vejo, com indistigável satisfação íntima, os frutos do mesmo, registrado nos jornais de maior circulação do Brasil. Com humildade, porém sem subserviência, interpreto os fatos atuais como os desígnios de Deus, onde o mal nunca vence por completo e os inocentes, cedo ou tarde, recebem a reparação do seu sacrifício injusto.

Pergunta-se: por que a defesa tão arraigada desse princípio de igualdade entre Governo e iniciativa privada, atualmente acatado pelo novo presidente da República?

Explica-se pela circunstância de que o Estado contemporâneo a que se denomina "Estado Econômico com fins sociais", em última análise, pode ser considerado o resultado político do amadurecimento da sociedade humana, desde as Cruzadas do século XI, renascimento, descobertas marítimas, revoluções americana, francesa, industrial, até o período posterior aos dois conflitos mundiais. Nestas condições, não se pode negar a noção incontestável de Estado Federativo (art. 1º, da Constituição Federal), assentado no princípio da igualdade entre governantes e governados. Na área específica do relacionamento jurídico entre o Estado e a iniciativa privada, objeto do Direito Econômico, prevalece essa igualdade, acrescida de salvaguardas constitucionais à liberdade de iniciativa e preferência da empresa privada na organização e exploração das atividades econômicas (art. 170 da Constituição Federal).

### A RECIPROCIDADE DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

A reciprocidade de direitos e obrigações entre o Estado e a iniciativa privada, encontra respaldo constitucional, como já demonstrado. Assim sendo, formulo proposta concreta de projeto de lei, no sentido de que se institucionalize, no Brasil, a compensação de crédito entre órgãos da Administração Pública, direta e indireta, e as empresas privadas, corrigindo, em parte, a situação anômala atual, onde os órgãos públicos não saldaram os seus débitos para com as empresas privadas, porém exigem o recolhimento, rigorosamente em dia, das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

O projeto de lei, ora sugerido, tem a seguinte redação:

"Dispõe sobre a compensação de créditos entre órgãos da Administração Pública, direta e indireta, e as empresas privadas, para os fins que especifica, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Todos os órgãos da Administração Pública, direta e indireta, deverão certificar os débitos que tenham para com as empresas privadas que lhes executem obras, prestem serviços ou forneçam materiais, para o efeito de compensação de crédito.

§ 1º — A comprovação do débito somente far-se-á após o recebimento, por inteiro ou etapas, da obra, prestação de serviço ou fornecimento de material, respeitando-se os critérios para esse fim estabelecidos em contrato firmado, de acordo com o art. 134 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 2º — Os certificados de reconhecimento a que se refere este artigo, serão expedidos no prazo de 15 (quinze) dias, após o cumprimento das exigências do parágrafo anterior e o disposto em Regulamento.

§ 3º — O prazo definido no parágrafo anterior, somente poderá ser dilatado pela Administração, em casos excepcionais, devidamente comprovados, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias.

Art. 2º — Somente farão jus aos benefícios desta Lei as empresas regularmente cadastradas nos órgãos da Administração e que não tenham sofrido a sanção prevista no art. 136, parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º — As empresas abrangidas por esta Lei poderão utilizar os respectivos certificados para saldar débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.

Parágrafo único — Para efeito do que dispõe este artigo, a compensação far-se-á com crédito originário de qualquer pessoa de direito público, desde que obedecidas as prescrições estabelecidas nesta Lei e, para os Estados e Municípios, o definido na Lei nº 5.456, de 20 de junho de 1968.

Art. 4º — A liquidação do débito, feita de acordo com esta Lei, quitará o devedor do principal e acessórios.

Parágrafo único — Fica expressamente vedada a liquidação de débitos com particulares, através da utilização dos certificados expedidos na forma do art. 1º, mesmo havendo a intervenção de órgão público.

Art. 5º — Na hipótese de consórcio organizado de acordo com o art. 22 e seguintes do Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973 o crédito será reconhecido isoladamente a cada consorciado, na proporção dos compromissos e obrigações assumidos, individualmente, em relação ao objeto da licitação.

Art. 6º — As revisões de contratos procedidas na forma do Decreto-lei nº 1.339, de 20 de agosto de 1974, serão transformadas em créditos das empresas, após a formalização do aditamento de reajuste ou prorrogação de prazos, aplicando-se, para todos os efeitos, o disposto na presente Lei.

Art. 7º — O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dentro de 120 dias contados da sua publicação, estabelecendo o modelo dos certificados de crédito e condições para a sua emissão e aceitação.

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário".

CONSULTAS & SUGESTÕES para esta coluna devem ser enviadas ao dr. Ney Lopes de Souza, **ADVOCACIA**, à rua Junqueira, 430 — Fones: 222-1226 — 222-2483 (084), Natal, RN.

**TEMOS TUDO  
PARA LHE  
SERVIR BEM.**



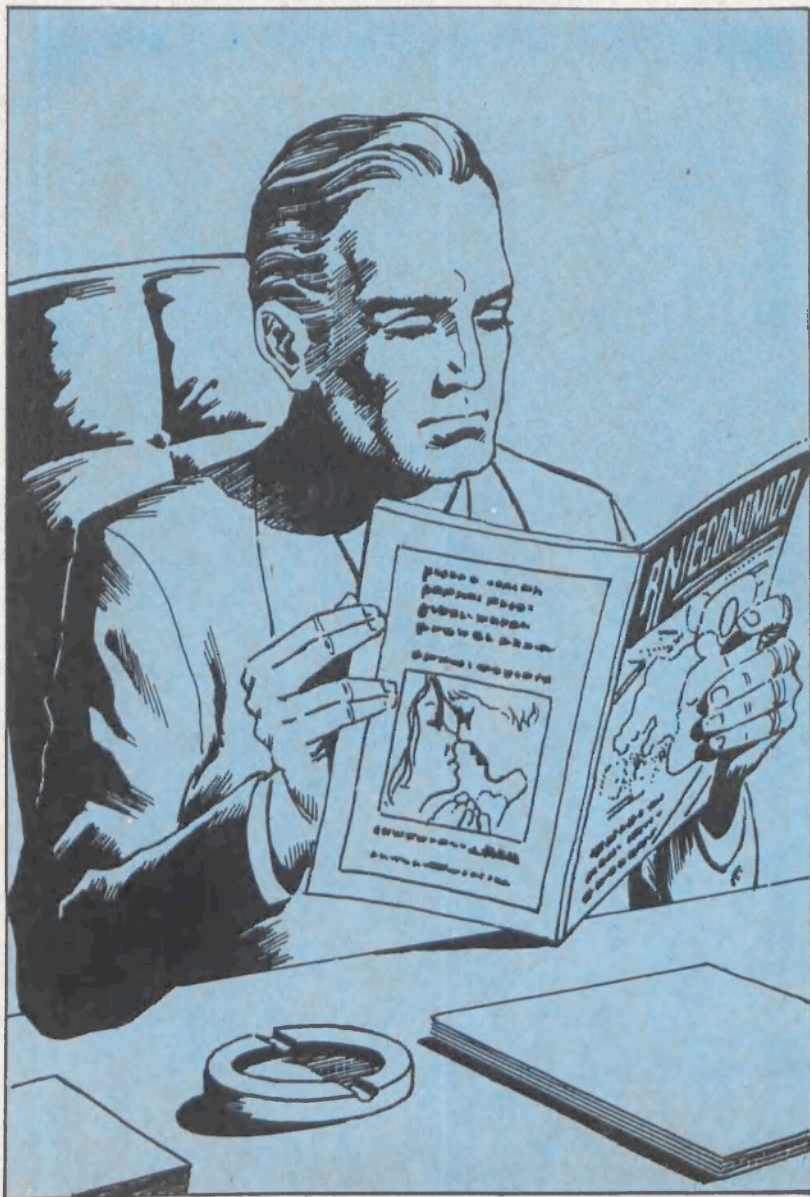
**Galvão Mesquita Ferragens S/A**



**Casa Lux S/A**

Rua Dr. Barata, 217/219 — Fones: 222-2968, 222-2983, 222-4145, 222-4142 e 222-2819  
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 — Fone: 222-2149 — Rua Segundo Wanderley, 651 — Fone: 222-2850  
Rua Dr. Barata, 194/200 — Fones: 222-0048, 222-2785 e 222-3008 — Rua Amaro Barreto, 276  
Fone: 222-1500 — Av. Rio Branco, 643 — Fones: 222-2841 e 222-3034.

# Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.